

Página Inicial

Comissão Organizadora

Apresentação

Resumos

**X ENCONTRO DE PEDAGOGIA DO LITORAL PARANAENSE
(EDEPE)**
Colegiado de Pedagogia

29-30 novembro e 1º de dezembro de 2021

**Escola, Democracia e Universidade:
Emancipação, Humanização e Libertação**



ISBN: 978-65-86807-23-3



UNESPAR
UNIVERSIDADE DO PARANÁ

Campus Paranaguá

2021

X ENCONTRO DE PEDAGOGIA DO LITORAL PARANAENSE (EDEPE)
Colegiado de Pedagogia
29-30 de novembro e 1º de dezembro de 2021

**Escola, Democracia e Universidade:
Emancipação, Humanização e Libertação**

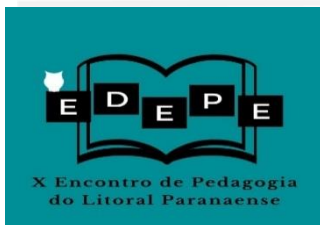


Organizadoras:
Denise Maria Vaz Romano França
Elizabeth Regina Streisky de Farias
Leociléa Aparecida Vieira
Roseneide Maria Batista Cirino



Campus Paranaguá

2021



X Encontro de Pedagogia do Litoral Paranaense (EDEPE)
29-30 de novembro, 1º de dezembro 2021
"Escola, Democracia e Universidade:
Emancipação, Humanização e Libertação"
Colegiado de Pedagogia



Anais do X Encontro de Pedagogia do Litoral Paranaense (EDEPE);
Os organizadores destes anais não se responsabilizam pelo teor de qualquer um dos textos nele presentes, assim como por qualquer opinião expressa pelos autores em seus respectivos trabalhos.

Comissão Organizadora do Evento:

Prof^a Denise Maria Vaz Romano França
Prof.^a Dr.^a Elizabeth Regina Streisky de Farias
Prof.^a Dr.^a Leocilêa Aparecida Vieira
Prof.^a Dr.^a Roseneide Maria Batista Cirino

E56c

Encontro de Pedagogia do Litoral Paranaense (EDEPE) (10.: nov. 29-30, dez. 1º, 2021: Paranaguá – PR)

Anais do X Encontro de Pedagogia do Litoral Paranaense (EDEPE); 29-30 de novembro; 1º de dezembro de 2021 / Organização: Denise Maria Vaz Romano França; Elizabeth Regina Streisky de Farias; Leocilêa Aparecida Vieira; Roseneide Maria Batista Cirino – Paranaguá: UNESPAR – campus Paranaguá, 2021.

xxxxp.

ISBN 978-65-86807-23-3

Tema central: Escola, democracia e universidade: emancipação, humanização e libertação

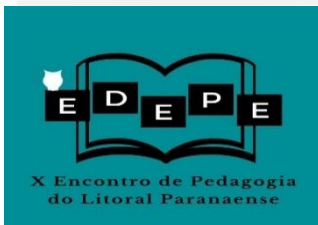
1. Educação - Congressos 2. Pesquisa - Congressos. I. França, Denise Maria Vaz Romano (Org.). II. Farias, Elizabeth Regina Streisky (Org.). III. Vieira, Leocilêa Aparecida (Org.). IV. Cirino, Roseneide Maria Batista (Org.) V. Encontro de Pedagogia do Litoral Paranaense (EDEPE). VI. Título. VII. Título: Escola, democracia e universidade: emancipação, humanização e libertação

CDD 378

23. ed.

CDU 371.13

Ficha catalográfica elaborada por Leocilêa Aparecida Vieira – CRB 9/1174.



X Encontro de Pedagogia do Litoral Paranaense (EDEPE)
29-30 de novembro, 1º de dezembro 2021
“Escola, Democracia e Universidade:
Emancipação, Humanização e Libertação”
Colegiado de Pedagogia



APRESENTAÇÃO

A Décima Edição do Encontro de Pedagogia do Litoral Paranaense (X EDEPE) aconteceu nos dias 29 e 30 de novembro e 1º de dezembro de 2021. Contou com a participação de pesquisadores, professores do ensino superior e educação básica, além de acadêmicos dos diversos cursos da Unespar - Campus Paranaguá. O EDEPE é um evento anual consubstanciado pelo envolvimento de acadêmicos das diversas licenciaturas da Unespar - campus Paranaguá, sobretudo, dos acadêmicos do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Nesta edição teve como mote pensar o processo formativo docente, bem como a função social da educação formal sob o tema: *Escola, Democracia e Universidade: Emancipação, Humanização e Libertação*.

Com esta temática buscamos vislumbrar contribuições do legado de Paulo Freire a partir dos princípios: democracia, emancipação, humanização e libertação. Uma característica importante deste encontro anual consiste em congregar pesquisadores, professores e acadêmicos em diálogos sobre desafios e problemática que circunscreve a educação. Se materializando, assim, como importante espaço de debate e divulgação do conhecimento científico, produzido na área da educação.

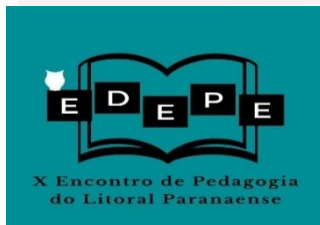
Nesta Encontro, totalmente, *online* contou a presença de pesquisadores nacionais e internacional. Além das palestras, também, foram organizadas rodas de conversa, nas quais acadêmicos, pós-graduandos e demais pesquisadores apresentaram produções, debateram com vistas a fomentar o diálogo acadêmico. O evento, por ser considerado um espaço de reflexão, diálogo e produção criativa contou, ainda, com atividades culturais.

Saudações Acadêmicas!

As organizadoras.

RESUMOS APRESENTADOS

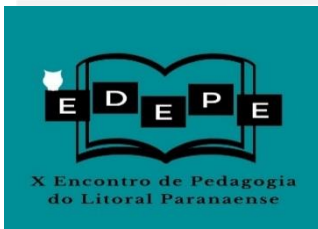
NOME DOS AUTORES	TÍTULO DO TRABALHO
Adriana Inocência Gonçalves Roseneide Maria Batista Cirino	Educação inclusiva: um imperativo ético para o reconhecimento da diversidade e direitos humanos
Ana Carolina Bandeira Emídio Denise Maria Vaz Romano França	A importância da música no processo de alfabetização e letramento
Aparecida Fatima Vilhalva Ferreira Victor Gabriel Castagnara	A importância do PNAE como garantia ao Direito humano à alimentação adequada nas escolas
Beatrice Callegari Gonçalves Leociléa Aparecida Vieira	A função do pedagogo hospitalar e sua contribuição para a aprendizagem da criança hospitalizada
Diana Keli Denise Maria Vaz Romano França	O Programa saúde na escola no litoral do Paraná
Elenice Dias Ribeiro Emérico Arnaldo de Quadros	O relacionamento professor aluno na visão de professores de Escolas do município de Paranaguá- PR
Igor Maciel Marchiori João Guilherme de Souza Corrêa	Um olhar sobre a Escola Rural Municipal Maria Augusta Campos Cagni: durante a pandemia Covid-19
Janete Aparecida Primon Roseneide Maria Batista Cirino	História em quadrinhos como recurso mediador para apropriação da leitura e escrita pelo educando com deficiência intelectual
Jessica Bukareswicz Roseneide Maria Batista Cirino	Dificuldade e distúrbio e distúrbio de aprendizagem: desafios no contexto escolar
Juliana dos Santos Ronconi	O resgate da memória e preservação da cultura das comunidades litorâneas parnanguara por meio da contação de histórias
Karen Cristina de Moura Gomes Denise Maria Vaz Romano França	Dificuldades de aprendizagem e prática docente no litoral do Paraná
Kerin da Silva Macedo Danielle Marafon	As práticas pedagógicas dos professores da Educação Infantil em tempos de pandemia no município de Paranaguá - PR
Kerin da Silva Macedo Roseneide Maria Batista Cirino	Educação Inclusiva e diversidade humana resultados e discussões da aplicação na Unespar Campus Paranaguá
Kethleen Padilha dos Santos Leociléa Aparecida Vieira	Tecnologias assistivas e o Desenho Universal para Aprendizagem
Laura Mayer de Souza Elizabeth Regina Streisky de Farias	Os desafios da gestão escolar na educação básica em tempos de pandemia de Covid-19
Leticia Yuri Kodaira Costa Denise Maria Vaz Romano França	Educação inclusiva e crianças com paralisia cerebral no litoral do Paraná



X Encontro de Pedagogia do Litoral Paranaense (EDEPE)
29-30 de novembro, 1º de dezembro 2021
"Escola, Democracia e Universidade:
Emancipação, Humanização e Libertação"
Colegiado de Pedagogia



Lorena Lys da Silva Reis Andrade Elizabeth Regina Streisky de Farias	Desafios na educação inclusiva: percepção dos professores de uma escola pública municipal de Paranaguá
Lorena Ohana Souto de Oliveira Elizabeth Regina Streisky de Farias	O educando da EJA: suas realidade e necessidades
Luany da Silva Santos Leociléa Aparecida Vieira	O estágio supervisionado no Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná – campus de Paranaguá em tempos de pandemia
Maria Tais Oliveira Santana Federico Alvez Cavanna	O ensino religioso no litoral do Paraná na perspectiva do conceito de laicidade
Mayvillis Cristine Pires da Conceição Denise Maria Vaz Romano França	Qualidade de vida no trabalho de professores do litoral do Paraná
Rayssa Albino Ferreira Danielle Marafon	O processo de alfabetização e letramento em tempos de pandemia no município de Paranaguá
Renata Cristina da Cunha Elizabeth Regina Streisky de Farias	O papel do estágio na formação do professor
Roseneide Maria Batista Cirino Victor Gabriel Castagnara	VIII Seminário Educação, Universidade, Diversidade e Inclusão
Sabrina Lima Silvia de Ross	Educação sexual nas escolas: entre os discursos nos documentos norteadores para a educação e em jornais diários de Paranaguá, 2017-2021 (Brasil, Paraná)



X Encontro de Pedagogia do Litoral Paranaense (EDEPE)
29-30 de novembro, 1º de dezembro 2021
*“Escola, Democracia e Universidade:
Emancipação, Humanização e Libertação”*
Colegiado de Pedagogia



RESUMOS

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM IMPERATIVO ÉTICO PARA O RECONHECIMENTO DA DIVERSIDADE E DIREITOS HUMANOS

Adriana Inocência Gonçalves
Profei/Unespar/Paranaguá, adriinocencia@gmail.com

Roseneide Maria Batista Cirino
Unespar/Paranaguá, roseneide.cirino@ies.unespar.edu.br

RESUMO

Atualmente é comum ouvir a palavra inclusão, no que tange ao contexto educacional isso não é diferente. A Educação Inclusiva, é uma proposição a todos os níveis e modalidades de ensino, entretanto, reconhecer as diferenças, ainda, não é algo natural como deveria ser. Nesta direção este trabalho tem por objetivo instigar reflexões sobre a importância do reconhecimento das diferenças como um imperativo ético, para garantia dos direitos humanos instituídos. Desenvolveu-se por meio de pesquisa bibliográfica e documental, através de uma revisão de literatura realizada a partir da coleta de periódicos científicos, dissertações e teses, ademais, foram coletadas informações para subsidiar e estruturar a exposição da temática aqui apresentada. Os estudos realizados confirmam a importância da disseminação de informações para a transformação das ações e construção de uma nova cultura inclusiva, pautada na concepção de equidade, iniludivelmente ligada a uma educação de qualidade, para todas as pessoas independente de suas condições biopsicossociais. Nesta direção toda e qualquer ação educativa precisa ser pensada e planejada de forma intencional, coletiva e articulada. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, tem como principal objetivo a defesa e a promoção dos direitos humanos, estando baseada em três princípios básicos: inviolabilidade, autonomia e dignidade da pessoa. Desta Declaração emergem muitas leis, dentre elas a Constituição Federal do Brasil, promulgada em 1988, a qual se constitui como a lei suprema do país, que em seu art. 205 traz “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Conquanto, a sociedade vem sendo marcada por uma série de conflitos resultantes das mais diversas formas de intolerância (étnico-racial, religiosa, territorial, gênero, entre outras), fato que evidencia a violação dos direitos e o respeito à dignidade humana. Conforme Gimeno Sacristán (2002), esses problemas não são novos, nem fruto de modismo, são frutos de descontinuidades nas lutas para mudar as escolas. Na década de 1990, Freire destaca a dimensão cultural nos processos de transformação social e o papel da cultura no ato educacional, e a importância de preocupar-se com o futuro da sociedade, dado o crescimento da violência, da

intolerância e das desigualdades socioeconômicas, já destacava a importância da ética e de uma cultura da diversidade. Candau (2011) afirma que as diferenças são concebidas como realidades sócio-históricas, em processo contínuo de construção-desconstrução-construção, dinâmicas, que se configuram nas relações sociais, devendo ser constitutivas dos indivíduos e dos grupos sociais, ser reconhecidas e valorizadas positivamente. A diversidade sempre existiu entre os seres humanos, entretanto, com a globalização, os múltiplos meios de comunicação e expressão, a diversidade foi se evidenciando e, nestes contextos, mostraram também os preconceitos. A fim de conhecimento desse assunto, Souza e Duarte (2020) definem a palavra preconceito como uma opinião desfavorável. Pré, dá ideia de algo anterior, antecedente, que existe de forma primária, primeira, precedente; e conceito, aquilo que se entende ou compreende em respeito de algo, concebido antecipadamente ou independente de experiência ou razão. Assim dizendo, muitas vezes sem conhecimento da causa ou situação tece-se um parecer geralmente desfavorável de algo ou alguém sem conhecer de fato. Isso acontece porque no decorrer da história foram sendo instituídos discursos ideológicos, forjados pelas percepções de uma parcela da sociedade, ousado dizer, por uma pequena parcela preconceituosa, entretanto, com poder de persuasão. Cardoso (2014), se reporta ao clássico da literatura infantil, *O Patinho Feio*, para retratar este cenário ideológico, o Patinho só é aceito e incluso quando descobre ser na verdade um lindo Cisne. Isso emerge a uma problematização, “Será que todos os ‘patinhos feios’ se tornarão cisnes? Se isso não acontecer, serão aceitos?” Diferente dos peixes, que nascem prontos o ser humano precisa se humanizar, e este processo não é natural, precisa ser ensinado, e a melhor pedagogia sempre será as relações sociais vividas, nestas oportunidades os humanos se humanizam, adquirindo princípios e valores. Uma das principais características humanas é a capacidade de se educar e a individualidade, a capacidade de pensar e viver de modo diferente uns dos outros, tendo uma identidade própria e liberdade, diferentemente dos animais que tem comportamentos parecidos, o ser humano é único. Nesta direção a escola se configura como um espaço privilegiado para educação e construção de conhecimento, estabelecimento de valores e relacionamentos. Destarte é preciso pensar em uma educação que eduque para transformação da sociedade, não na padronização de “iguais”, ao contrário, torná-la mais democrática. Neste contexto é preciso emergir reflexões sobre as formas de inclusão e exclusão social, viabilizando a construção de políticas e práticas inclusivas. Freire (2001), afirma que os oprimidos (não ouvidos), na falta de participação social, são consequentemente excluídos, desse modo, faz-se necessário constantemente lembrar que ser cidadão significa gozar dos direitos sociais, e a escola precisa urgentemente buscar a implementação dos direitos, convertendo intenções e discursos ideológicos em ações, as quais precisam estar explícitas no projeto político-pedagógico, nas diretrizes curriculares, nos documentos norteadores, a fim de dialogar com a perspectiva da educação inclusiva de fato. Tendo muita clareza da dialética inclusão-exclusão, constante em transformação, dependendo sempre das relações sociais que a constitui. Por ser um processo dinâmico e controverso, relativo às condições sócio-político-históricas de um dado contexto, dificulta, confunde e camufla os excluídos, por este motivo, o mero reconhecimento das relações de inclusão/exclusão não é suficiente: é preciso que o indivíduo se identifique como participante, legitimando-se como pessoa de direito, criando e recriando, herdando a experiência adquirida, gerando às condições, respondendo a seus desafios,

discernindo, transcendendo, lançando-se como ser humano de domínio de seus direitos. Cardoso (2014) reafirma que educar na diversidade é ensinar e aprender junto, é conviver com o diferente, destacando cada uma delas, sejam: físicas, sociais e culturais. Por sua vez, educar para a diversidade prioriza o respeito entre todos e, por isso, trabalha com valores e conceitos como: tolerância/intolerância; preconceito; diversidade/identidade/desigualdade; liberdade/ igualdade; inclusão/exclusão; cidadania/paz. Construindo uma nova cultura, a cultura inclusiva. Havendo uma necessidade de desmistificar alguns conceitos em relação a própria cultura, erroneamente instituída como sinônimo de volume de conhecimento, acúmulo de informações e títulos. Conforme DaMata (2014), a cultura permite traduzir ainda mais a diferença entre os seres humanos, fazendo, resgatar a humanidade no outro e a do outro, nesta direção cultura deve ser compreendida como algo muito mais amplo, sendo um conjunto de hábitos, crenças e conhecimentos em relação a um fato ou determinada situação, algo que é cultivado de algum modo. Neste viés é preciso cultivar através das práticas a importância do respeito ao outro, percebendo que este outro tem sentimentos, que fica triste, que tem medo, que quer ser acolhido e respeitado. Omote (2014) afirma que a Educação Inclusiva representa um caminho no combate às exclusões e desigualdades sociais, onde as minorias podem encontrar alternativas de efetiva inserção social, e todos podem formar uma nova mentalidade acerca da diversidade, construindo novos modos de convívio e relações interpessoais e sociais. Para tanto, os profissionais da educação e professores precisam estar motivados e comprometidos nesse empreendimento. Formando-se continuamente, buscando um domínio de conhecimentos acerca da temática, a qual nem sempre é compreendida e a ela é atribuída diferentes significações, muitas vezes confusas e desconstruídas, legitimando ainda mais as desigualdades. Concluindo a pesquisa, ficou evidente que a escola deve desempenhar uma função ideológica e cultural, com vista a emancipação e reflexão dos contextos sociais, os currículos precisam ser elaborados tendo em vista a formação crítica e cidadã, baseada na solução de problemas, compreendendo o desenvolvimento da empatia, colaboratividade e respeito. Entretanto, não há um caminho desenhado a ser seguido, a conquista de cada ação inclusiva deve ser estimada e estimulada permanente e dialeticamente. E neste cenário o professor precisa ser visto como protagonista em formação constante, só assim poderá gerenciar as relações sociais que se estabelecem em sala de aula, possibilitando o convívio produtivo e formando novas gerações tendo em vista uma nova sociedade, sociedade inclusiva.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Diversidade. Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. Diário Oficial da União. Brasília, 1988. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em:
25/07/2021.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, Disponível em:
<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html> Acesso em:
25/11/2021.

CANDAU, V. M. F. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. **Currículo sem Fronteiras**, v.11, n.2, p.240-255, jul./dez. 2011 Disponível em:
<https://saopauloopencentre.com.br/wp-content/uploads/2019/05/candau.pdf> Acesso em: 20/11/2021

DUARTE, M. L.; SOUZA, L. V. de S. **O racismo enraizado em uma sociedade classista.** Disponível em:
<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/8771/67650225> Acesso em: 27/11/2021

SACRISTÁN, J.G. **Atenção a diversidade:** a construção do discurso sobre a diversidade e suas práticas. Inovação. Pedagógica. 2002. Disponível em:
https://gestaoeducacaoespecial.ufes.br/sites/gestaoeducacaoespecial.ufes.br/files/field/anexo/sacristan_a_construcao_do_discurso_sobre_a_diversidade_e_suas_praticas.pdf Acesso em: 26/11/2021

SILVA, A. P; ALVES, C. N; SOUSA, L. P. F; et al. Paulo Freire: pedagogia da diversidade? V Colóquio Internacional Paulo Freire – Recife, 19 a 22-setembro 2005 Disponível em: (PDF) PAULO FREIRE -PEDAGOGIA DA DIVERSIDADE? (researchgate.net). Acesso em: 26/11/2021

RODRIGUES, O.M.P.R.; CAPELLINI, V.L.M.F.; SANTOS, D.A.N. (Orgs.) . Diversidade e Cultura Inclusiva Unesp ; Redefor Educação Especial e Inclusiva. – São Paulo: Unesp, Núcleo de Educação a Distância, 2014. Disponível em:
https://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/155241?locale=pt_BR Acesso em: 26/11/2021

A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Ana Carolina Bandeira Emídio
Unespar/Paranaguá, anacarolinabandeira6@gmail.com

Denise Maria Vaz Romano França
Unespar/Paranguá, denisefranca77@gmail.com

RESUMO

A música constitui-se num poderoso recurso na Educação, especialmente, na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A música possibilita o desenvolvimento de habilidades auditivas, cognição, desenvolvimento motor, da sensibilidade, emocional. A música é uma linguagem universal, possui muitas maneiras de ser representada, permitindo a expressão das crianças, adolescentes, jovens e adultos e as emoções e sentimentos que despertam contribuem para sua formação geral (BRESCHIA 2003). Contribui também no desenvolvimento de habilidades auditivas e do processamento auditivo central, fundamentais para a consciência fonológica que é base do processo da alfabetização nas línguas alfabéticas. Quando a criança inicia seu processo de alfabetização escolar, ela já é capaz de utilizar a linguagem com função comunicativa, isto é, como instrumento de expressão e compreensão de significados ou conteúdo. A consciência que a criança apresenta sobre a estrutura sonora da palavra falada, denominada como consciência fonológica, é considerada a ligação primordial entre a linguagem oral e a linguagem escrita (GILLON, 2000). Para que as habilidades auditivas fiquem cada vez mais refinadas e efetivas, é necessário que haja estimulação. Dessa forma, a música se mostra um excelente meio de intensificar essas capacidades (BOÉCHAT *et al.*, 2015). Aprender a linguagem musical exige uma complexa operação do cérebro, já que implica o envolvimento de diversas áreas cerebrais ao mesmo tempo, tais como: percepção, desde as vias auditivas até o processamento nas regiões superiores do cérebro; cognição, compreendendo memória, atenção e funções executivas; habilidades motoras e habilidades aurais, bem como, capacidade de se moldar ao surgimento de novos estímulos, e a novas possibilidades de resposta, caracterizando a plasticidade cerebral (PEDERIVA, 2006). Podemos enfatizar que a música é importante para o desenvolvimento da inteligência e a interação social da criança e a harmonia pessoal, facilitando a integração e a inclusão, ela é essencial na educação, tanto como atividade e como instrumento de uso na interdisciplinaridade na educação infantil (CHIARELLI, 2005).

O documento Referenciais Curriculares Nacionais (RCN) apresenta alguns objetivos para o trabalho com música na escola, a fim de que a criança seja capaz de desenvolver as seguintes capacidades: ouvir, perceber e discriminar eventos sonoros diversos, fontes sonoras e produções musicais; brincar com a música, imitar, inventar e reproduzir criações musicais, garantindo-se, ainda, oportunidades para que as

crianças sejam capazes de: explorar e identificar elementos da música para se expressar, interagir com os outros e ampliar seu conhecimento do mundo; perceber e expressar sensações, sentimentos e pensamentos, por meio de improvisações, composições e interpretações musicais (BRASIL, 1998 p.55). Os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEIs), também afirmam que a música atende a vários propósitos, tais como: a formação de hábitos, atitudes e comportamentos, a realização de festas comemorativas, a memorização de conteúdos relativos a números, letras do alfabeto e cores, entre outros. Dessa forma, o estudo em questão, teve como objetivos: conhecer como os professores trabalham a música na Educação Infantil e Ensino Fundamental anos iniciais, nas escolas do litoral do Paraná; levantar a percepção dos docentes sobre a importância da música para a alfabetização e o letramento e conhecer as atividades pedagógicas envolvendo música que são mais comumente adotadas nas escolas da região litorânea do Paraná. A pesquisa foi do tipo descritiva exploratória, com análise qualitativa e quantitativa dos dados coletados. Utilizou-se questionário elaborado no *Google Forms*, distribuído para os professores por meio eletrônico. Participaram da pesquisa 50 professores, voluntários, que firmaram o Termo de Livre Consentimento Esclarecido. Os resultados mostraram que a maioria dos professores trabalha com a música com seus alunos, que muito frequentemente, o trabalho com música é feito pelo professor regente e que a música é utilizada com uma variedade de propósitos que vão desde o sentido mais afetivo-emocional da música, como acalmar a criança, até o aprimoramento da consciência fonológica, desenvolvimento de habilidades auditivas, cognitivas, e outras funções mentais superiores. Também se observou que os professores acreditam que ela auxilia nos processos de inclusão e nas dificuldades de aprendizagem. Os professores utilizam a música em várias atividades, tais como, contação de história, rotinas escolares e para ensinar os conteúdos. Tanto a linguagem como a música são sistemas de processamento complexos, que possuem relações íntimas com a atenção, memória e habilidades motoras (BESSON et al., 2011, p. 2, apud BARBOSA, 2014). De acordo com Snyders (1994), a música pode estar unida aos diversos momentos da vida individual e social, pode ela ser benéfica aos alunos e, porém, não é alguma coisa indispensável ou crucial para a formação dos mesmos. O trabalho com música pode proporcionar sentimentos de prazer e responsabilidade, “trata-se de um processo de conscientização”, por isso essencial à educação e complementar à tarefa formativa da escola. (OSTROWER, 1990, p. 253). A questão da música poder ser utilizada como meio para desenvolver funções cerebrais mais superiores, e diante da variedade de situações nas quais os professores atribuem a importância da música, encontra-se apoio na literatura, no que se refere ao desenvolvimento cerebral, nos trabalhos de Levitin et al. (2003), Tallal et al. (2006), Cioqueta (2006) e Mendonça (2010). Também se considera importante a afirmação de Saraiva e Pereira (2010) de que a música tem grande influência sobre o desenvolvimento do cérebro e cognição, considerando o funcionamento cerebral. A utilização da música como ferramenta lúdica é também descrita por Silva (2018, p. 12), que diz que a musicalização favorece o aspecto lúdico da aprendizagem. Soares e Rubio (2012) enfatizam que a música é uma das várias atividades lúdicas que podem ser indicadas para despertar nas crianças a vontade de aprender, já Barros et al. (2017) mostram a importância da música como forma de resgatar a cultura. Com relação ao fato de a música beneficiar o processo de alfabetização os estudos de Escalda et al. (2011), Lucena (2019), Toschl (2015), Capovilla (2000b) demonstram forte relação entre a música e o

desenvolvimento da consciência fonológica e a alfabetização. De acordo com Levitin et al. (apud ESCALDA et al. 2011), existem evidências de que algumas áreas cerebrais que se sobrepõem no processamento de estímulos musicais e linguísticos. Conforme Saraiva e Pereira (2010, p. 150) “[...] a música tem grande influência sobre o desenvolvimento do cérebro e, conseqüentemente, o trabalho com ela tem grande produtividade com relação à cognição, considerando o funcionamento cerebral”. O estudo possibilitou o conhecimento de como se utiliza a música nos Centros de Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental no litoral do Paraná. Os professores se utilizam da música de variadas formas, como instrumento de desenvolvimento e também como ferramenta pedagógica. Acreditam, em sua maioria, que o uso da música promove o desenvolvimento da criança e auxiliam na alfabetização e inclusão de crianças, os professores utilizam a música em várias atividades no seu dia a dia na sala de aula. Grande parte dos professores afirmam que a música pode auxiliar no processo de alfabetização, essas respostas corroboram a ideia de Lima (2012), para quem a música contribui na formação completa do indivíduo, integrando aspectos culturais, sociais e motores, e também proporciona que o indivíduo se desenvolva integralmente, conhecendo e valorizando a cultura, desenvolvendo a sociabilidade e capacidade de expressão e cooperação. Conclui-se que a música é considerada uma importante ferramenta pedagógica, também fonte de ludicidade e prazer e que deve ser utilizada nos períodos iniciais da escolarização e ela pode sim auxiliar no processo de desenvolvimento auditivo, na consciência fonológica e alfabetização. Com esse estudo observa-se como é necessária a utilização da música na escola, em função dos inúmeros benefícios descritos ao longo deste estudo.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, M.L.S. Música e linguagem: breve revisão de literatura. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PÓS-GRADUANDOS EM MÚSICA, 3., 2014, Salvador. **Anais do...** Salvador: UFBA, 2014.
- BARROS, L. J. F. B.; BATISTA, M. M.; SILVA, S. L. S. M. **A importância da música como meio facilitador no processo de desenvolvimento da criança.** Trabalho de Conclusão (Licenciatura em Pedagogia do Centro de Educação) – Universidade Federal da Paraíba, 2017.
- BESSION, M.; CHOBERT, J.; MARIE, C. Transfer of Training between Music and speech. **Front Psychol**, v. 9, n. 94, 2011.
- BOÉCHAT, E.M. Sistema auditivo nervoso central: plasticidade e desenvolvimento. In: BOÉCHAT, E. M. et al. (Eds.). **Tratado de audiologia.** Rio de Janeiro: Santos; 2015. p. 15-20.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental. Arte. Brasília, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Brasília, 1998. v. 3.

BRÉSCIA, V. L. P. **Educação Musical**: bases psicológicas e ação preventiva. São Paulo: Átomo, 2003.

CAPOVILLA, A. G. S.; CAPOVILLA, F. **Problemas de leitura e escrita**: como identificar, prevenir e remediar, numa abordagem fonológica. São Paulo, SP: Memnon, 2000.

CHIARELLI, Lígia Karina Meneghetti. A música como meio de desenvolver a inteligência e a integração do ser. **Revista Recre@rte**, n. 3, jun. 2005.

CIOQUETA, E. P. **Efeito da prática musical no processamento auditivo em escolares de sete a 14 anos de idade**. Dissertação (Mestrado em Distúrbios da Comunicação Humana) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

ESCALDA, J. LEMOS, S.M. A.; FRANCA, C. C. Habilidades de processamento auditivo e consciência fonológica em crianças de cinco anos com e sem experiência musical. **J. Soc. Bras. Fonoaudiol.**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 258-263, set. 2011. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo.php?>

GILLON, G. T. The efficacy of phonological awareness intervention for children with spoken language impairment. **Language, Speech & Hearing Services in Schools**, n. 31, 126–141, 2000.

LEVITIN, Daniel J .; MENON, Vinod. A estrutura musical é processada em áreas de “linguagem” do cérebro: um possível papel para a Área 47 de Brodmann na coerência temporal. **Neuroimag**, v. 20, n. 4, p. 2142-2152, 2003.

LIMA, Sonia Regina Albano. **Música na Escola**. Entrevista concedida ao Portal Educar para crescer. 2012

LUCENA, Débora Thais Ulhoa. **Desempenho de escolares em consciência fonológica após uma intervenção musical**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ceilândia, 2019.

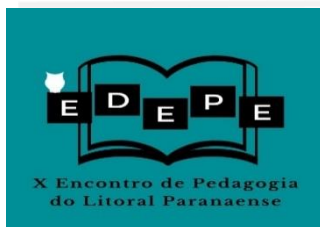
MENDONÇA, J. E.; LEMOS, S. M. A. Relações entre prática musical, processamento auditivo e apreciação musical em crianças de cinco anos. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, v. 23, 58-66, mar. 2010.

OSTROWER, Fayga. **Acasos e criação artística**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

PEDERIVA, P.L.M., TRISTÃO, R.M. Música e cognição. **Cien Cogn.**, v. 9, p. 83-90, 2006. Disponível em: <http://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/601/383>

SARAIVA, J. R.; PEREIRA, V. W. Música, linguagem, cognição e ensino: interfaces psicolinguísticas para a alfabetização. **Letrônica**, v. 3, n. 2, p. 144-152, 2010.

SILVA, E. D. S. **A música como recurso pedagógico no processo de alfabetização no primeiro ano do ensino fundamental**: uma análise da literatura entre os anos de 2006 a 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Pará, 2018.



X Encontro de Pedagogia do Litoral Paranaense (EDEPE)
29-30 de novembro, 1º de dezembro 2021
“Escola, Democracia e Universidade:
Emancipação, Humanização e Libertação”
Colegiado de Pedagogia



SNYDERS, Georges. **A escola pode ensinar as alegrias da música?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

SOARES, M.; RUBIO, J. A.A Utilização da música no processo de alfabetização **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, v. 3, n. 1, 2012.

TALLAL, Paula; GAAB, Nadine. Processamento auditivo dinâmico, experiência musical e desenvolvimento da linguagem. **Tendências em neurociências**, v. 29, n. 7, p. 382-390, 2006.

TOSCHI, Larissa Seabra et al. Consciência fonológica em Crianças de 4 anos Com e Sem Musicalização. **Revista EVS-Revista de Ciências Ambientais e Saúde**, v. 42, n. 3, p. 371-382, 2015.

A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO GARANTIA DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA NAS ESCOLAS

Aparecida Fatima Vilhalva Ferreira UFPR
Litoral, favilhalva@gmail.com

Victor Gabriel Castagnara
UNESPAR/Paranaguá, victorgabrielcastagnara@gmail.com

RESUMO

A Campanha da Merenda Escolar no Governo de Getúlio Vargas, ainda, na primeira metade do século XX, é um marco histórico para as políticas de alimentação escolar no Brasil. Entretanto, essa política só chegou a abranger efetivamente todo território brasileiro no ano de 2009 com a Lei nº 11.947, que garantiu a extensão do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para toda a rede pública de educação básica e de jovens e adultos e assegurou que 30% dos repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) fossem investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar. (RODRIGUES, 2013. Ainda durante a década de 50, a política de alimentação escolar foi se consolidando e se institucionalizando através da Campanha de Merenda Escolar (CME). Neste período o acordo Ministério da Educação (MEC)/ Fundo de Socorro à Infância (FSI) garantiu o fornecimento de leite em pó, proveniente dos excedentes da produção norte americana “para as nações carentes” (RODRIGUES, 2013). “O convênio entre MEC e FISI, acima mencionado, atendeu à merenda escolar no período de 1954 a 1960. Considerando, no entanto, que o fornecimento daqueles produtos pela FISI não era suficiente para atender às regiões não contempladas pelo Programa, o governo brasileiro assinou contrato com a *Commodity Credit Corporation* (CCC), uma autarquia do Ministério da Agricultura Americano. O referido convênio teve entre suas finalidades a busca de garantia de preços para diversos produtos primários, mas que, diferentemente do convênio anterior, não previa doações”. (RODRIGUES, 2013, p. 142). Avançando no tempo, já em 1994, no governo de Itamar Franco, a Lei nº 8.913, que tinha como um dos grandes objetivos a descentralização da gestão do PNAE, criou o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), sendo que a criação deste passou a ser condição obrigatória para a autorização dos repasses de recursos financeiros por parte do Governo Federal, para Estados, Municípios e Distrito Federal. Com a Medida Provisória nº 1979 de 29 de junho de 2000, o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) passaram a ser oficialmente uma exigência para a existência do Programa. Sendo que a Resolução 038/2009 acabou por definir suas atribuições. Hoje, este projeto de atendimento universalizado é considerado um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo. Uma política pública que historicamente buscou atender duas dimensões principais de forma integrada: a Ampliação da Segurança Alimentar e da Alimentação Saudável das crianças e jovens, e o Fortalecimento da Agricultura Familiar (SANTOS, 2013). Em outubro de 2013, um acordo firmado entre

o FNDE e o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) buscou articular também a inclusão do pescado na alimentação escolar. Segundo a matéria veiculada pela Assessoria de Comunicação do FNDE: O acordo assinado prevê ações para a inserção do pescado na alimentação escolar, como a capacitação de agentes envolvidos no processo, a produção de cartilhas e material educativo para incentivar o consumo do pescado entre crianças e jovens, além da criação de um grupo de trabalho responsável pela coordenação dessas ações (FNDE, 2013). Nesse sentido, conforme ressalta Silva (2018), a valorização da agricultura familiar, além de trazer inúmeros benefícios socioeconômicos mais imediatos através dos canais de comercialização dos alimentos, e políticas públicas adequadas de cogestão, beneficia também a biodiversidade do planeta, principalmente, através da manutenção e da diversidade de espécies crioulas (nativas), fundamentais para o equilíbrio ecossistêmico, incluindo aqui a diversidade de culturas que se sustentam com base na agrobiodiversidade. Com base em Ploeg (2008, citado por SILVA, 2018, p. 31), no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional em escala global, é destacada a atuação do chamado “império alimentar”, como um dos grandes atores na cadeia mundial da produção e consumo de alimentos. “Este império atua com base na lógica mercantil do baixo custo de preços, alimentos altamente processados, produzidos e distribuídos em larga escala”. Pode-se afirmar que as corporações multinacionais como a Monsanto, a Cargil, a Archer Daniels Midland, a Mosaic, o Walmart e o Carrefour, controlam um quarto do mercado global de sementes, pesticidas, fabricação e comercialização de alimentos no varejo, portanto, os papéis destes atores se estendem para além do *lobby* aos governos, influenciando as instituições de pesquisa e difusão do conhecimento, e a definição de normas e regras de produção (BRASIL, 2013, citado por SILVA, 2018, p. 31). Sobre cenário nacional, Silva (2018) faz referência aos atores políticos brasileiros que representam a “Bancada do Agronegócio” no Congresso, os quais são movimentados por interesses como a flexibilização da legislação ambiental, ocupação de terras e comunidade tradicionais, e a utilização de agrotóxicos. No âmbito privado, outro grupo de atores centrais no contexto da alimentação são as empresas JBS e AMBEV, ambas do setor alimentício e que estiveram dentre as três empresas que mais doaram às campanhas políticas nas eleições presidenciais de 2014 (SILVA, 2018, p. 36). Neste percurso, a chamada “democracia representativa” foi perdendo legitimidade: “associada à desconfiança nas autoridades governamentais, consideradas a influência do grande capital, a burocratização e tecnização do processo decisório, as negociações e pressões dos grupos de interesse e lobbies com e sobre aquelas autoridades e outros aspectos que tornam duvidosas a formulação das políticas públicas e seus desdobramentos”. (GURGEL; JUSTEN, 2013, p. 358). Este contexto em torno da questão alimentar no Brasil é permeado por uma tremenda contradição nacional e também por uma histórica luta contra a desnutrição (que no triênio 2015-2017 alcançou até 5,2 milhões de brasileiros desnutridos) e também contra a obesidade/sobrepeso, uma situação que continua a crescer em todas as regiões do país, principalmente entre adolescentes e adultos. Infelizmente a ausência de ferro, cálcio e vitaminas A e D, a “fome oculta” (deficiência de micronutrientes), permanecem sendo problemas nutricionais no país. (RIBEIRO-SILVA et al. 2020). Desde 2016, iniciou-se uma avalanche de desmonte das políticas sociais no Brasil, sendo que o Sistema Nacional de Segurança Alimentar, criado em 2006, foi alvo de significativos cortes de investimentos, também foram afetados diversos programas de

transferência de renda que vinham trazendo impactos positivos na sociedade. Pelo “governo Temer” foi extinto o Ministério do Desenvolvimento Agrário, pelo “governo Bolsonaro” foi extinto o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e “retirado” o termo “combate à fome do nome do Ministério de Desenvolvimento Social, e aprovada a Emenda Constitucional 95, que congelou por vinte anos os investimentos em áreas estratégicas para o desenvolvimento humano na sociedade (RIBEIRO-SILVA et al., 2020). Em 2020, tendo em vista a conjuntura de crise sanitária e a postura negacionista, principalmente por parte do governo federal, a Resolução nº 06/2020 do FNDE foi um marco na trajetória do PNAE, pautando posições afirmativas com base na concepção de Direito Humano à Alimentação Adequada. Esta resolução estabeleceu as normas para execução técnica, administrativa e financeira do PNAE e em seu Artigo 4º estabeleceu que: “O PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo” (FNDE, 2020). O PNAE faz parte, portanto, de um grupo de políticas de Estado que buscam promover a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), através da participação social e da intersetorialidade na gestão pública. Outros grandes exemplos nacionais desde modelo de gestão participativa são: Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (SILVA, 2018). Contudo, a trajetória sinuosa de avanços tem sido sistematicamente desarticulada, conforme nos mostra os dados da matéria da revista digital da Carta Capital: “Em 2001, cerca de 300 crianças brasileira morriam por dia, vítimas de desnutrição, conforme divulgava a imprensa à época. Em 2014, pela primeira vez em 50 anos, desde que começou a ser publicado, o Brasil saiu do Mapa da Fome da ONU. O país se tornou referência mundial com redução de 82% do número de pessoas em situação de subalimentação, graças a políticas que tinham o combate à fome como prioridade. Desde então, programas que deveriam ser ampliados foram sistematicamente esvaziados. Entre eles, alguns dos que mais contribuíram para o Brasil sair do Mapa da Fome, tais como Um milhão de Cisternas, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)” (VERAS, 2021). Em 19 de Março de 2020, o Comitê Gestor do Observatório da Alimentação Escolar (OAE) publicou uma nota em seu site alertando a sociedade brasileira para os riscos que corremos de desvirtuamento dos princípios e valores que estão envolvidos no PNAE. As disputas corporativas pelos quatro bilhões em recursos anuais dos cofres públicos, principalmente por parte da Indústria de Alimentos e pelo Agronegócio, estão ficando cada vez mais acirradas dentro de todo o contexto que envolve a atual crise sanitária. Em novembro de 2021 ocorreu uma Audiência Pública na Assembléia Legislativa do Paraná (ALEP) que debateu o tema “Terceirização da Merenda Escolar”. Articulada pelos movimentos sociais ligados à terra e mediada pelo Deputado Tadeu Veneri (PT), a audiência buscou reforçar o papel do PNAE enquanto promotor do Direito Humano à Alimentação Adequada nas escolas, assim como também o papel da Agricultura Familiar para o desenvolvimento social e econômico do Paraná e do Brasil. Isso porque o atual governo do Estado, em consonância com a politicagem da bancada ruralista, tem atacado sistematicamente o programa, em uma clara tentativa de beneficiar o

imperialismo alimentar brasileiro e internacional, ou seja, o monopólio agroindustrial. Em plena pandemia, uma das piores crises sociais da nossa história, presenciamos a destruição da carreira dos Agentes Educacionais do Paraná (incluindo aqui as merendeiras) fazendo com que muitos funcionários que atuavam nas escolas ficassem desempregados e sem perspectiva de atuação. Esta claro que o atual governador e seu secretário de educação estão totalmente aparelhados ao projeto monopolista da burguesia, de sucateamento da educação pública, desarticulação e inviabilização das propostas e políticas que de alguma maneira já estavam promovendo a educação enquanto pratica da liberdade. Precisamos ficar muito atentos aos próximos capítulos desta longa história e não permitir que mais um direito humano se torne mercadoria! Viva a Agricultura Familiar! Viva o PNAE! Viva a educação! Vamos nos mobilizar!

REFERÊNCIAS

FNDE. **Cooperação entre FNDE e MPA promove a inclusão do pescado na alimentação escolar.** 2013. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/area-de-imprensa/noticias/item/4981-coopera%EF%BF%BD%EF%BF%BD-entre-fnde-e-mpa-promove-inclus%EF%BF%BD-do-pescado-na-alimenta%EF%BF%BD%EF%BF%BD-escolar?tmpl=component&print=1/>

FNDE. **Resolução nº 06, de 08 de Maio de 2020.** Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/13511-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-6,-de-08-de-maio-de-2020>

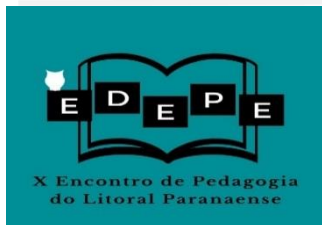
GURGEL, C. JUSTEN, A. Controle Social e Políticas Públicas: a experiência dos Conselhos Gestores. **Revista de Administração Pública**, v. 47, p. 357-378, mar./abril. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/mFj8HXxTXyW9hKvhxbhckWm/abstract/?lang=pt>

RODRIGUES, P.S. O Programa Nacional de Alimentação Escolar: história e modalidades de gestão. **RBPAE**, v. 29, n.1, p. 137-155, Jan./abr. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/42826/27125>

SANTOS, P.C. **PAA e PNAE: Enquanto política de valorização do homem e mulher do campo.** Monografia (Especialização) – Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral. 27 p. Matinhos/PR. 2013. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/49865?show=full>

SILVA, C. M. **Tecendo a gestão co-participativa rumo à segurança alimentar: desafios de uma experiência de pesquisa-ação em Itapoá SC.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral. 132 p. Matinhos/PR. 2018. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/58288>

RIBEIRO-SILVA, R.C. et al. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, p. 3421-

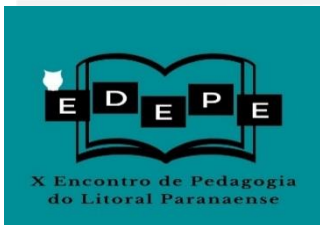


X Encontro de Pedagogia do Litoral Paranaense (EDEPE)
29-30 de novembro, 1º de dezembro 2021
*“Escola, Democracia e Universidade:
Emancipação, Humanização e Libertação”*
Colegiado de Pedagogia



3430. 2020. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csc/a/mFBrPHcbPdQCPdsJYN4ncLy/?lang=pt&format=html>

VERAS, C. De volta à fome. **Carta Capital**. 09/04/2021. Disponível em:
<https://www.cartacapital.com.br/opiniao/de-volta-a-fome/>



A FUNÇÃO DO PEDAGOGO HOSPITALAR E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A APRENDIZAGEM DA CRIANÇA HOSPITALIZADA

Beatrice Callegari Gonçalves
Unespar/Paranaguá, beatricecallegari@gmail.com

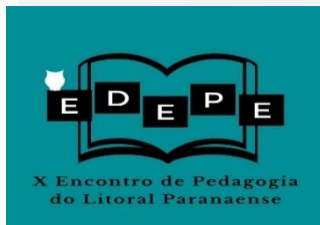
Leocilea Aparecida Vieira
Unespar/Paranaguá, leocilea.vieira@unespar.edu.br

RESUMO

O referido estudo apresenta como tema a função do pedagogo no ambiente hospitalar e a sua contribuição para a aprendizagem da criança hospitalizada, salientando que, a Pedagogia Hospitalar, trata de um processo educativo não escolar, propondo desafios aos educadores e possibilitando a construção de novos conhecimentos e novas metodologias. Previne o fracasso escolar que, neste caso, é ocasionado pelo longo tempo em que a criança ou o adolescente se encontra afastado da rotina escolar. É um ramo da educação que proporciona à criança e ao adolescente hospitalizado uma recuperação mais aliviada, por meio de atividades lúdicas, pedagógicas e recreativas. “Surge da necessidade de se preocupar não só com o corpo do indivíduo hospitalizado, mas, também, atendendo suas necessidades físicas, psíquicas e sociais” (GOMES; RÚBIO, 2012, p. 2). O trabalho do pedagogo no ambiente hospitalar é humanizador e de suma importância, pois, ele busca amenizar a situação da criança enferma, mediante mecanismos que possam trazer a ludicidade e o equilíbrio emocional, para que esta criança, consiga enfrentar seus medos e angústias no período de internamento, além de, avaliar cada caso e dar soluções, sem esquecer da vivência da criança e do seu processo de ensino aprendizagem. Neste contexto, compreende-se que a educação é o mais importante foco de uma sociedade, assim, uma das funções do educador, é mediar o conhecimento àqueles que se encontram impossibilitados de ir buscá-los em ambientes formais. Nesse sentido, a “pedagogia hospitalar é aliada neste processo, pois, busca novos conhecimentos para beneficiar enfermos, principalmente jovens e crianças que se encontram hospitalizados, gerando quebras de paradigmas e lutando por qualidade de vida” (MATOS, 2008, p.32). É fato constatado de que as crianças e adolescentes quando internados por um período prolongado, deixam de frequentar a escola, ocasionando uma defasagem dos conteúdos escolares ministrados em sala de aula, ocorrendo até mesmo a reprovação do ano escolar. Neste momento, entra a ação do pedagogo, proporcionando condições para a aprendizagem da criança internada, levando a sensação de cura e esperança, podendo ocorrer também o acalento emocional nesse período conturbado de tratamento, como também, os recursos a serem usados pelo pedagogo, podem

promover a autonomia e a criatividade, fazendo com que o aluno paciente mantenha sua identidade, independentemente de suas condições. Sendo assim, surge a seguinte questão: quais as funções do profissional pedagogo no ambiente hospitalar? A fim de responder a esse questionamento, o estudo tem como objetivos, conceituar o que é pedagogia hospitalar, apresentar breve histórico da pedagogia hospitalar no mundo e descrever as funções do pedagogo em ambiente hospitalar. Este estudo adota como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica, sendo realizadas diversas leituras de artigos e trabalhos acadêmicos que tratam da temática em questão, trazendo autores como: Gomes e Rúbio (2012), Dutra (2009), Caiado (2003), Lobo (2008), Matos (2008), Mota (2000), Carreira (2016), entre outros. Como resultado, na fase de dados históricos da pesquisa, salientou-se que foi criado na França, em 1939, o Centro Nacional de Estudos e de Formação para a Infância Inadaptadas de Surennes (CNEFEI), tendo por objetivo a formação de professores para atuarem em instituições especiais e em hospitais, como também, neste mesmo ano, foi criado o cargo de professor hospitalar pelo Ministério de Educação da França. A instituição foi inaugurada, pelo então Ministro da Educação, Henri Sellier. A partir da ação de Henri Sellier, seu conhecimento e sua experiência logo proliferou em toda a Europa, vinculada especialmente ao atendimento de crianças tuberculosas, doença fatal na época e muito contagiosa, que levava os pacientes a longo tempo de internação nos hospitais, porém, foi na Segunda Guerra Mundial, com um grande número de crianças mutiladas e impossibilitadas de irem à escola, que a situação toma outro rumo e, em resposta a essa terrível situação, muitos educadores e médicos se engajaram na construção de experiências educacionais em unidades hospitalares. Quanto aos aspectos legais da pedagogia hospitalar, entende-se que ela se efetiva como um direito dos sujeitos que se encontram hospitalizados e consiste numa prática educativa inclusiva, focada na atenção humanizada e no cuidado essencial àqueles que, acometidos por uma patologia aguda ou crônica, precisaram se afastar do convívio da família, da escola, da igreja e das demais instituições, onde possuem uma rotina, para serem submetidos ao tratamento por tempo (in)determinado. A partir dessa concepção, nos remetemos ao direito à uma educação de qualidade para toda a população, sem distinções de classe, cor, religião dentre outros. Para assegurar esse direito, documentos de caráter legais foram criados, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) Lei 9.394/96, que traz o curso de Pedagogia como um dos pontos enfatizados. Quando se fala em bases legais, encontra-se também a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB) n. 2/2001, instituindo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Esta trata no art.13 de especificidades do atendimento educacional à criança hospitalizada, esclarece o dever dos sistemas de ensino e da saúde para com o atendimento especial aos alunos adoentados: Art. 13. Os sistemas de ensino, mediante ação integrada com os sistemas de saúde, devem organizar o atendimento educacional especializado a alunos impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique internação hospitalar, atendimento ambulatorial ou

permanência prolongada em domicílio (BRASIL, 2001, p. 4). Na pedagogia hospitalar, a função do pedagogo é atribuída ao ensino continuado escolar, com atividades que podem ser ou não temporárias em um hospital ou em casa, levando em consideração o conhecimento prévio do paciente e dando continuidade ao trabalho que foi interrompido devido a uma enfermidade. Por esse motivo o atendimento do pedagogo hospitalar trata dos aspectos psicológicos e fisiológicos do paciente, elevando sua autoestima e proporcionando-lhe bem-estar por meio da oportunidade de estudar e aprender mesmo impossibilitado de ir à escola. Observou-se que o pedagogo hospitalar deve partir do conhecimento prévio do aluno enfermo, considerar seu estado fisiológico e psicológico e ter um olhar atento diante das diversidades existentes no ambiente hospitalar, para assim criar seu plano de trabalho e analisar, em ação conjunta com os profissionais de saúde, como preparar os alunos pedagógica e psicologicamente para que quando tiverem alta, possam retornar aos estudos em sua escola de origem. O ambiente no qual será feito o atendimento à criança hospitalizada deve ser adequado com as necessidades dos alunos, confortável e arejado pensando no bem-estar do paciente, devido suas condições de saúde. O atendimento pedagógico deve utilizar materiais lúdicos como jogos, livros e também a música, pois ela trabalha as emoções e ajuda na recuperação psicológica do educando. A visita do aluno hospitalizado a escola em que estuda (sempre que houver possibilidade de deslocamento) é de fundamental importância para o bom desenvolvimento da criança, pois proporciona o reencontro com a professora e os colegas de classe, estimulando sua recuperação e um maior desempenho de aprendizado. A presença, o apoio e o amor da família contribuem para o desenvolvimento do aprendizado e recuperação da saúde dos mesmos. Por fim, toda criança e adolescente que permanece por muito tempo hospitalizado tem o direito de ser acompanhado por um pedagogo que atua no hospital juntamente com outros profissionais da área da saúde, visando garantir o desenvolvimento do aprendizado e a sua melhora clínica. Com esse posicionamento, podemos internalizar o quanto o pedagogo pode contribuir no hospital, desde que tenha formação adequada para esse atendimento personalizado, visando à humanização do espaço e ressignificando-o, para que se transforme em um cenário de cuidado da saúde, mas também lúdico e, principalmente, de aprendizagem. Enfim, considera-se pelo estudo proposto, que a educação é direito de todas as crianças e adolescentes, não importando se elas estão dentro de uma sala de aula convencional ou não, pois, todas devem receber os conhecimentos importantes para a vida. Salientou-se no decorrer do estudo, que existe uma legislação própria que institui direitos sobre a formalização de estruturas para escolas no ambiente hospitalar, com profissionais preparados para agirem com humanização frente as crianças que estão ali hospitalizadas. Existe um preparo tanto do hospital quanto do pedagogo hospitalar, que é realizado visando levar uma educação de qualidade às crianças impossibilitadas de estarem em uma escola tradicional no momento. Como também, se observou no estudo que, a humanização no decorrer do desenvolvimento das aulas é um dever do pedagogo e é um direito do paciente, pois agindo dessa maneira, o pedagogo



hospitalar terá resultados positivos no final. Pois, quem sabe não será o atendimento escolar hospitalar um bom e concreto exemplo de qualidade e de perpetuar o direito à escola de qualidade para todas as crianças e adolescentes em formação, estejam eles hospitalizados ou não.

Palavras-chave: Pedagogia Hospitalar. Pedagogo. Aprendizagem. Humanização.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Resolução CNE Nº 1, DE 15 de Maio de 2006. **Ampliação de atuação do Pedagogo**. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de maio de 2006, Seção 1, p. 11. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf> Acesso em: 06/08/2021

GOMES, Janaína Oliveira. **Pedagogia Hospitalar:** a relevância da inserção do ambiente escolar na vida da criança hospitalizada. São Roque, FAC, vol. 03, 2012.

MATOS, Elizete Lúcia e MUGIATTI, Margarida M. T. F. **Pedagogia Hospitalar:** a humanização integrando a educação e a saúde. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

O PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA NO LITORAL DO PARANÁ

Diana Keli

Unespar/campus Paranaguá, diana_Keli@hotmail.com

Denise Maria Vaz Romano França

Unespar/campus Paranaguá, denisefranca77@gmail.com

RESUMO

Programa Saúde na Escola existe desde 2007 com a intenção de desenvolver, por meio da intersetorialidade entre Educação e Saúde, ações de saúde voltadas aos alunos da Educação Básica da rede pública. É uma proposta intersetorial entre os Ministérios da Educação e da Saúde. A promoção da saúde ligada ao ambiente escolar promove a transformação da realidade e, com isso, incremento na saúde e qualidade de vida das pessoas, para tanto as ações entre os setores educacional e de saúde exigem integração mútua e colaboração integrada. Entre as metas do Plano Nacional de Educação 2014, se propõem ações de promoção, prevenção e atenção à saúde. No início, a adesão pelos municípios ao Programa Saúde na Escola, foi baixa, pois os critérios de elegibilidade dos municípios eram bastante restritivos, mas uma modificação em 2013, com eliminação dos critérios de elegibilidade, possibilitou um aumento na adesão ao Programa, já que houve a universalização do mesmo e todos os municípios passaram a estar aptos a aderir a ele. Para ser implementado o PSE, deve haver a adesão dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aos seus objetivos e as diretrizes formalizadas por meio do preenchimento, pelo município ou pelo Distrito Federal, do Termo de Compromisso do PSE acessível por meio da ferramenta eletrônica e da assinatura de Termo de Adesão, pelos estados, a ser disponibilizado no sítio eletrônico. Isso tornou o PSE bastante acessível. A escola tem um papel importantíssimo na formação das pessoas em todos os seus aspectos e, por isso, é considerada, um espaço importante para o desenvolvimento da promoção da saúde o que impacta diretamente a qualidade de vida das pessoas. A Portaria interministerial nº1055/2017 define que a adesão ao PSE, terá duração de vinte e quatro meses, com abertura para ajustes das informações e do Termo de Compromisso após doze meses do início da respectiva vigência. Define ainda como ações pertinentes ao programa PSE: ações de combate ao mosquito *Aedes aegypti*; promoção das práticas corporais, da atividade física e do lazer nas escolas; prevenção ao uso de álcool, tabaco, crack e outras drogas; promoção da cultura de paz, cidadania e direitos humanos; prevenção das violências e dos acidentes; Identificação de educandos com possíveis sinais de agravos de doenças em eliminação; promoção e avaliação de saúde bucal e aplicação tópica de flúor; verificação e atualização da situação vacinal; promoção da alimentação saudável e prevenção da obesidade

infantil; promoção da saúde auditiva e identificação de educandos com possíveis sinais de alteração; direito sexual e reprodutivo e prevenção de DST/AIDS; e promoção da saúde ocular e identificação de educandos com possíveis sinais de alteração. (BRASIL, 2017). Tendo em vista a importância das ações previstas no PSE, este estudo teve como objetivos conhecer o *status* da pactuação das escolas de Educação Básica do Litoral do Paraná, levantar o conhecimento que os profissionais da educação dos municípios têm sobre o Programa Saúde na Escola e levantar a percepção dos profissionais da educação sobre seu impacto. O estudo foi do tipo descritivo-exploratório, documental e de campo, com análise quantitativa e qualitativa dos dados levantados. Os seus procedimentos técnicos incluíram uma pesquisa documental, realizada nas bases de dados do Ministério Saúde e IBGE e uma pesquisa de campo realizada com profissionais da educação, por meio do uso de questionário e entrevista livre. Foi escolhida a entrevista livre ou não diretiva ou não estruturada, para coleta de dados, pois ela permite a participação livre do entrevistado. O questionário foi elaborado no *Google Forms* e distribuído via remota. Participaram do estudo profissionais da educação e da saúde do Litoral do Paraná. Todos os municípios do Litoral do Paraná (n=100%) a saber: Antonina, Morretes, Guaratuba, Guaraqueçaba, Matinhos, Paranaguá e Pontal do Paraná aderiram ao PSE. O impacto numérico do Programa é visível, já que o mesmo atinge cerca de 30.421 estudantes do ensino fundamental e 4.156 estudantes da Educação Infantil da região litorânea. No entanto, os resultados apontam para uma baixa ou inexistente articulação entre Educação e Saúde para realização do programa, já que um número significativo de profissionais da saúde e da educação desconhecem o PSE, desconhecem sua abrangência e significância. Quando os profissionais conhecem um pouco do PSE relatam o uso de estratégias tradicionais para ações no eixo da promoção da saúde, tais como palestras informativas ou ações relacionadas com a aplicação de flúor apenas. Deve-se lembrar que as palestras foram referidas como meios importantes de se concretizar ações em saúde, e como dizem Contrin et al. (2021), não se percebe nenhum protagonismo da escola ou de seus profissionais na realização de ações dentro do paradigma proposto pelo PSE. Este fato é condizente com o que discutem estes autores que chamam a atenção para o fato de formas tradicionais de transmissão de conhecimento, no caso palestras, ainda serem bastante utilizadas em ações em saúde na escola. Mesmo que as ações sejam lembradas pela existência de uma semana de saúde, deve-se sublinhar que as ações em saúde devem ir além e envolver a comunidade escolar e seu entorno e a família. Soares et al. (2016) enfatizam a importância da participação ativa da família e da escola e dos educadores nas ações do PSE, pois, desta forma, se realiza o fortalecimento do programa. Na comunidade, a visita domiciliar foi citada como ação importante realizada pelos agentes da saúde. Não obstante, a sua importância, Contrin et al. (2021) lembram que estas ações apresentam um caráter pontual e episódico e que não possuem forte articulação com a Educação, ou com os conteúdos desenvolvidos na escola. Chiesa et al. (2008), enfatizam ainda que a ação profissional deve entre outras questões, estimular a compreensão dos determinantes do processo saúde-doença e trabalhar a formação profissional a partir dos eixos da promoção da saúde, valendo-se de metodologias que envolvam ativamente os sujeitos do processo ensino-aprendizagem, crítica e participativa do futuro profissional, voltada para a intervenção nesses determinantes, o estímulo à participação popular e o controle social. As conclusões sugerem que a formação para atuação no Programa Saúde na Escola à integrantes

das Secretarias de Educação e Saúde, bem como, aos profissionais das escolas, são fundamentais para o desenvolvimento exitoso do Programa. Foi nítida a limitação da participação dos profissionais na pesquisa, o que se transformou também em uma limitação do estudo, para o que, se sugerem mais pesquisas no assunto. No entanto, lembra-se que são poucos os estudos, até o momento, que tratam sobre o PSE e, ainda, são poucas as publicações sobre o assunto, também, a articulação entre a saúde e a educação no PSE são pouco investigadas (SOUZA et al., 2017). Estudo permite sugerir que é necessário se incrementar a formação de profissionais da Educação no PSE e conjuntamente os da saúde, e também que se fortaleçam os laços e a integração entre Educação e Saúde a fim de que se possa, de fato, promover a saúde, capacitando a comunidade para ser realmente a protagonista “da melhoria da sua qualidade de vida” (BRASIL, 2021). Como se observa, grande parte dos profissionais pesquisados conhece pouco o PSE, e esse achado corrobora os achados de Contrim et al. (2021) em sua pesquisa, que evidenciam que não há uma participação efetiva das escolas nas ações do PSE. Chiesa et al. (2008) chamam a atenção para a necessidade de formação profissional, para que o PSE seja positivo. Levanta o desafio que é formar generalistas, visto que isso passa pela necessidade de desenvolver novas concepções do processo saúde-doença, educação, ser humano e sociedade, e novas práticas de saúde, mais horizontalizadas e centradas nos processos de trabalho. Lembra, ainda, da relevância do papel da escola sobre o estilo de vida das pessoas e a sua saúde (MARTINEZ, 1996).

Palavras-chave: Educação. Saúde. Programa Saúde na Escola.

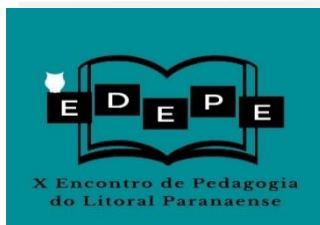
REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão Programa Saúde na Escola-Ciclo 2021-2022. Painel de adesões. (2021).Disponível em:<https://sisaps.saude.gov.br/pse/relatório>. Acesso em: 24/jul/ 2021

CHIESA, A. M.; DUPAS G.N.,D.; DUPAS. B., L. A. CAMPOS O.A, M. A.; TRENCH C., M.H. A formação de profissionais da saúde: aprendizagem significativa à luz da promoção da saúde **Cogitare Enfermagem**, Curitiba, v. 12, n. 2, p. 236-240, abr.-jun, 2007.

CONTRIN, I.J; NERY, I. G. FRANÇA, D.M.V.R; MESSIAS-MOREIRA, R. **Profissionais da Atenção Básica em saúde relação com o Programa Saúde na Escola**. In: MESSIAS-MOREIRA,R; LARANJEIRA, C.A; FRANÇA, D.M.V.R. (Orgs.). **Qualidade de vida e saúde em uma perspectiva interdisciplinar**. Curitiba: CRV, 2021. p. 15-32

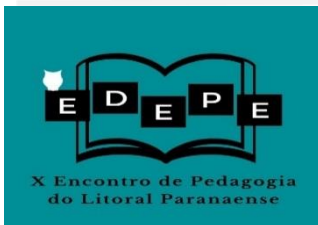
MARTINEZ, A. M. La escuela: um espacio de promocion de salud. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 1, n.1, p. 19-24, 1996.



X Encontro de Pedagogia do Litoral Paranaense (EDEPE)
29-30 de novembro, 1º de dezembro 2021
*“Escola, Democracia e Universidade:
Emancipação, Humanização e Libertação”*
Colegiado de Pedagogia



SOUSA, M.C.; ESPIRIDIÃO, M.A.; MEDINA, M.G.A. Intersetorialidade no Programa Saúde na Escola: avaliação do processo político-gerencial e das práticas de trabalho. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 22, n. 6, p. 781-790, 2017.



O RELACIONAMENTO PROFESSOR ALUNO NA VISÃO DE PROFESSORES DE ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ - PR

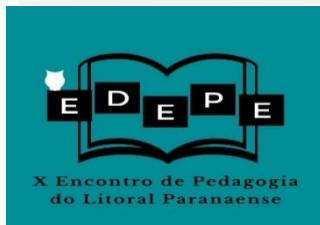
Elenice Dias Ribeiro
Unespar/campus Parangará,
elenice1961@gmail.com

Emérico Arnaldo de Quadros
Unespar/campus Parangará
emerico.quadros@unespar.edu.br

RESUMO

O estudo aborda o relacionamento professor-aluno dentro da visão de professores da rede pública do município de Parangará – PR, numa perspectiva onde a afetividade é base que sustenta esse mesmo relacionamento. Este trabalho está estruturado em duas fases: a primeira fase contempla o relacionamento professor-aluno na visão de professores de escolas do município de Parangará-PR, trazendo um estudo sobre a escola como um espaço para um olhar mais humano, destacando ainda o grande significado das relações no aprendizado da criança, onde o professor tem relevância, pois a criança se espelha em um adulto para seu referencial. A segunda fase, aborda a importância da afetividade no relacionamento e as consequências no processo ensino-aprendizagem da criança. Escolheu-se Henri Wallon por várias razões, sendo uma delas a Teoria Psicogenética. Esta teoria contribui tanto para a compreensão do processo de desenvolvimento, quanto para o processo ensino-aprendizagem, dando subsídio para compreender o aluno e o professor e, também, a interação entre eles, tendo a afetividade como elemento fundamental nessa relação. A pesquisa bibliográfica foi utilizada como procedimento metodológico, adotando estudos baseados em teórico renomados como: Ausubel (1980), Wallon (1995), Vygotsky (2000), Freire (2007), entre outros. Foi realizada uma pesquisa com professores e pedagogos da educação infantil que responderam oito questões sobre a importância da afetividade no relacionamento professor-aluno e no ensino aprendizagem. Os sujeitos da pesquisa assinaram o termo de consentimento. A coleta de dados foi realizada em 2021, sendo preenchido pessoalmente e outros virtualmente em função da pandemia. Com relação a amostra tem-se que 90% dos entrevistados são formados em Pedagogia, 5% em Letras e 5% em Educação Física, sendo que na grande maioria são mulheres que estão diante de uma sala de aula. O formulário de perguntas que trata da percepção na relação professor-aluno apontou para a relevância da relação afetiva no processo ensino aprendizagem, uma das pesquisadas respondeu de forma categórica que a afetividade na relação professor-aluno é essencial em todos as etapas de ensino, mas acredita que na Educação Infantil é

fundamental para o pleno desenvolvimento da criança, pois com afeto, carinho e amor a criança irá aprender melhor e confiar na sua professora, e em outra resposta onde confirma a importância da afetividade vivida pela entrevistada onde diz que trabalha na área da educação infantil, e que constantemente compartilha com os pais que a vinda de uma criança para a instituição de ensino é o segundo cordão umbilical da vida humana que é cortado. É doído tanto para mãe como para a criança, porém, se o profissional em Educação que atende essa criança, entende assim, ele fará tudo ao seu alcance para que essa fase seja menos dolorosa possível. A afetividade é o ponto central para que uma criança aceite estar longe de seu mundo, de segurança e se disponha a estar em outro totalmente inesperado e desconhecido. Uma criança bem acolhida e emocionalmente segura, cercada pelo afeto, ficará à vontade no novo ambiente e propensa a novos saberes. No local onde ela trabalha, desde o primeiro dia de aula, procuram fazer um vínculo afetivo com a criança, e temos certeza por meio da prática que, após o estabelecimento do vínculo afetivo, a criança não chora, vem para as aulas sem recusa, aprende e aceita ordens de comando sem nenhuma dificuldade e, especialmente, conseguirá aprender com sucesso. E ainda mais, com resposta que confirma e afirma o valor da afetividade nos relacionamentos que diz; a afetividade é importantíssima na relação professor-aluno, pois o aluno se sente mais seguro e acolhido. Em se tratando do segundo questionamento onde a pergunta é: Como trabalhar a afetividade nas escolas? Usando de categorização, o que foi citado para trabalhar a afetividade: gesto de carinho, propiciar o acolhimento, criar roda de conversa, para que seu aluno se sinta à vontade, bem como, a contação de história, deixar as crianças se expressarem livremente, demonstrar interesse pela criança, se possível envolver a família no processo de ensino aprendizagem. Outro entrevistado, afirma que se pode trabalhar a afetividade em sala de aula de várias formas, como por exemplo, por meio do acolhimento, roda de conversa, contação de história, trabalhando sentimentos e emoção, demonstrando amor e deixando a criança livremente. Na questão três houve unanimidade de resposta afirmativa: quando há afetividade na relação entre o professor e aluno, a criança irá confiar e se sentir acolhida e, conseqüentemente, se interessa em participar das aulas e das atividades. Dessa forma, um ambiente com afetividade influencia de forma positiva na aprendizagem. Em outra questão, a entrevistada enfatiza que o ambiente de trabalho deve ser regido pela emoção e, que as crianças, mesmo de forma inconsciente, são extremamente sensíveis a essas emoções e, ainda, que as emoções nos tornam abertos para a aquisição de novos conhecimentos. Na questão quatro, aborda-se a demonstração de carinho que o professor recebe de seu aluno, a naturalidade e a espontaneidade fica evidente no ato de demonstração de suas emoções mais afetuosas para com seu professor, que com atos como escrever cartinhas, desenho, abraços, beijos, flores, crianças contando relatos de algo que aconteceu no dia a dia, que as marcaram de forma positiva ou negativa, sempre esperando uma palavra e um carinho da sua professora, nos mostra que desde cedo somos afetuosos e também somos recíprocos em relação a sentimento bons e maus, e que professores são



afetados por essas emoções, também, confirmando que a emoção é realmente contagiosa e reflete de forma positiva ou negativa em todo o ambiente. Segue outras perguntas relacionadas com o tema onde há unanimidade nas respostas. Mosquera e Stobaus (2006), relatam que o potencial afetivo das pessoas é o que permite compreender melhor as circunstâncias e os fatos do mundo e que os sentimentos são a base para o desenvolvimento subsequente, e estes autores acrescentam que os professores devem ter uma visão mais positiva da vida, conviver em harmonia com os alunos, colegas de profissão e familiares dos alunos, trazendo à tona a importância dos relacionamentos, e que no relacionamento professor-aluno, a afetividade é essencial em todas as etapas de ensino. O professor é o mediador não só do conhecimento científico, intelectual, mas, também de emoções que afetam o relacionamento e, conseqüentemente, o ensino aprendizagem, portanto, é importante que os cursos de formação de professores, dêem atenção devida a essa competência afetiva que interfere de forma decisiva em toda nossa vida escolar e pessoal. E, assim reflitam, revejam suas propostas educativas para não contribuírem para o fracasso escolar. Com os resultados dessa pesquisa pode-se considerar que os professores da rede pública do município de Paranaguá-Paraná, possuem uma visão sobre o relacionamento professor-aluno considerando a importância da afetividade como a base que sustenta esse mesmo relacionamento, dando ao professor uma ferramenta arrojada, transformadora de situações conflitantes no dia a dia da sala de aula. Teóricos como Vigotsky, Piaget e Wallon fundamentam a importância da afetividade nos relacionamentos professor-aluno, e dentre todas as linhas de pensamento da educação existe a preocupação com a afetividade justificando assim a importância do tema para contribuir para uma reflexão que auxilie de forma afetuosa, trazendo para sala de aula uma convivência prazerosa em aprender.

Palavras-chave: Relacionamento. Afetividade. Ensino-Aprendizagem. Professor-Aluno

UM OLHAR SOBRE A ESCOLA RURAL MUNICIPAL MARIA AUGUSTA CAMPOS CAGNI: DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Igor Maciel Marchiori
Unespar/Paranaguá, igormaciel99@hotmail.com

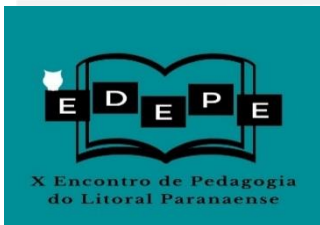
João Guilherme de Souza Corrêa
Unespar/Paranguá, joao.correa@unespar.edu.br

RESUMO

O referido estudo, apresenta como tema *Um Olhar sobre a Escola Rural Municipal Maria Augusta Campos Cagni em Tempos de pandemia da Covid-19, da cidade de Morretes/Paraná*, que teve seu início no ano de 2020. Segundo informações coletadas por meio da Secretaria Municipal de Educação de Morretes, a referida escola iniciou suas atividades no ano de 1925, na época, apresentava a denominação de Escola Estadual Rural Municipal de Marumbi e, veio a ser municipalizada através da resolução 3114/82, em 30 de dezembro de 1982. Em 22 de abril de 2013, através do projeto de Lei nº 1.775/2013, foi solicitado a Câmara Municipal de Vereadores a nova denominação da Escola Rural Municipal de Marumbi, para Escola Rural Municipal Maria Augusta Campos Cagni. A Sra. Maria Augusta Campos, nasceu em 25 de maio de 1946, na localidade da América de Cima (Morretes/Paraná), veio a se casar com José Lourenço Cagni, vindo a mudar-se para a Localidade do Marumbi onde fixaram residência. Dessa união nasceram 05 filhos: Josemari Cagni, Anderson Cagni, Juliana Cagni, Sandro Cagni e Rafaela Cagni. Faleceu aos 41 anos em 1987. Este estudo adotou como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica e de campo, sendo realizadas diversas leituras de artigos e trabalhos acadêmicos que tratam da temática em questão. A busca e coleta de dados foi realizada na Secretaria Municipal de Educação de Morretes, por meio de entrevista com a professora da referida escola. Visando combater à pandemia do COVID-19, as redes de ensino públicas estaduais e privadas suspenderam temporariamente as aulas. Entretanto, para tentar manter as atividades educacionais durante o período de isolamento social, as escolas municipais e rurais de Morretes, tiveram que se adaptar à nova realidade, adotando atividades remotas elaboradas pelas equipes pedagógicas das escolas e pelos professores, visando minimizar os prejuízos neste período de ausência das aulas presenciais. Neste contexto, tiveram que se adaptar a uma situação inédita, foram forçados, de

uma hora para outra a uma forma de relação com os alunos e com a educação para a qual não estavam preparados, e neste caminho, os pais firmaram a parceria e comparecem na escola em busca das atividades impressas com datas específicas para a entrega. Dessa forma, as crianças tiveram minimamente resguardadas as condições de manter o vínculo com a escola. Cabe ressaltar, que as crianças que frequentam a Escola Rural Municipal Maria Augusta Campos Cagni, são filhos de pequenos agricultores e de pessoas que trabalham por dia nas lavouras da localidade, sendo assim, essas famílias também tiveram que se adaptar à nova realidade, além de cuidar da casa e do trabalho na lavoura, precisam acompanhar os filhos e auxiliá-los nas atividades remotas. Mesmo não tendo experiência em ensinar, as famílias acompanharam e, estão acompanhando, os filhos e compreendem o seu papel na educação e a valorização do professor que não mede esforços para que as crianças sejam motivadas a não desistirem dos estudos, apesar de todas as dificuldades. Diante disso, ainda ressaltamos que os desafios são imensos. De maneira não muito diferente na cidade, muitos alunos da zona rural também não possuem computador ou tablet conectados à internet, dificultando o acesso aos professores e aos conteúdos. Abordando o assunto da Educação em tempos de pandemia, cabe ressaltar que, as atividades do ano letivo de 2020 mal começaram nas escolas brasileiras e já fomos surpreendidos com a necessidade de interrupção das aulas em função da pandemia da COVID-19, que, de forma abrupta, mas necessária em uma situação de crise, de alerta mundial, as aulas foram interrompidas como uma forma de promover um distanciamento social e tentar barrar a transmissão do agente patogênico. Com o fechamento das escolas de Educação Básica, os alunos e educadores entraram em isolamento social, porém, com a preocupação de não os deixar sem atenção escolar, o Ministério da Educação (MEC) juntamente com os Conselhos de Educação Nacional e Estaduais, propuseram que o atendimento educacional fosse feito de forma remota. O ensino a distância, com o uso de plataformas como a *Google Classroom*, ou alguma outra específica dos Sistemas de Ensino ou da própria escola, ou, utilizar as redes sociais como *Facebook*, *Instagram*, *WhatsApp*, dentre outras. Explica Kramm, Angelo e Velasco (2020, p. 211) que a adoção improvisada das aulas remotas, tem encontrado algumas barreiras: muitas escolas não estavam preparadas para tal implementação. Sem formação adequada, professores e coordenadores pedagógicos têm se esmerado para produzir materiais instrucionais de qualidade (aulas *online*, videoaulas gravadas, tarefas e avaliações) que possibilitem condições mínimas de ensino. De outro lado, os alunos também não foram preparados para essa modalidade de ensino. Muitos não possuem as habilidades de estudo autônomas para conseguir aprender em casa sem o contato direto com um professor, o que tem imposto um desafio adicional aos familiares (KRAMM, ANGELO, VELASCO, 2020, p. 211). Outra questão importante, abordada por Maia e Dias (2020, p. 32) é a compreensão de que a saúde física e a saúde mental andam juntas. A duração prolongada do confinamento, a falta de contato pessoal com os colegas de classe, o medo de ser infectado, a falta de espaço em casa, torna o estudante menos ativo fisicamente do

que se estivesse na escola. Como também, a falta de merenda para os alunos menos privilegiados, são fatores de estresse que atingem a saúde mental de boa parte dos estudantes da Educação Básica e de suas famílias. Estimular a solidariedade, a resiliência e a continuidade das relações sociais entre educadores e alunos nesse período é fundamental, pois ajuda a minorar o impacto psicológico negativo da pandemia nos estudantes. Agora, importa prevenir e reduzir os níveis elevados de ansiedade, de depressão e de estresse que o confinamento provoca nos estudantes em quarentena. Além disso, os secretários de Educação e os gestores das escolas precisam pensar na saúde mental de todos, até porque, os professores também estão fragilizados. Se os educadores ficarem exaustos mentalmente, e aproximarem-se de um esgotamento físico e mental, não poderão ajudar a si ou aos alunos (MAIA; DIAS, 2020). Ao iniciarmos a pesquisa referente a escola rural, entende-se que a Escola Rural Municipal Maria Augusta Campos Cagni, localizada na área rural, no bairro Marumbi, na cidade de Morretes – Paraná. Neste contexto, foi possível realizar pelo aplicativo de mensagens instantâneas *Whatsapp*, uma pesquisa com a Professora sobre as dificuldades encontradas pelos professores da localidade, pelos alunos e pelos pais durante o processo de isolamento social. Segundo informações colocadas pela professora, no ano de 2020 essa escola possuía apenas duas turmas, o pré-escolar com 9 alunos, no período da tarde e, o quinto-ano com 12 alunos no período da manhã. As turmas do segundo ano, terceiro ano e quarto ano, estão na Escola Rural Municipal de América de Baixo, já a turma do primeiro ano, está na Escola Rural Municipal de América de Cima. Todas as três escolas estão em localizadas em regiões de forte desenvolvimento da agricultura, da produção agroindustrial, como o engenho de cachaça e do turismo rural. Toda esta dinâmica diária dos habitantes rurais destas localidades foi afetada pela COVID-19 e, no que diz respeito à Educação, conforme a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), sabemos que a crise causada pela Covid-19 resultou no encerramento das aulas em escolas e em universidades, afetando mais de 90% dos estudantes do mundo (UNESCO, 2020). Com o início da pandemia da COVID-19, o isolamento social em toda rede de educação municipal na cidade de Morretes, teve seu início em 18 de março de 2020. Enfim, se faz necessário destacar que, nesse momento difícil a escola cumpriu seu papel de entidade pública ao também considerar o bem-estar da sua comunidade e não só os aspectos estritamente pedagógicos da sua relação com os alunos. A ajuda da comunidade também foi um fator a ser destacado por ter garantido esse papel social. Ao descrever as considerações finais deste estudo, salientamos que esse cenário inesperado causou muitos desafios para professores e alunos, pois ficamos sem contato presencial com a vida acadêmica, entretanto, estimulou a capacidade de adaptação, de se reinventar, de desenvolver estratégias para assegurar a aprendizagem. Cabe destacar, que acreditar em práticas pedagógicas capazes de dar sentido e significado a este momento de pandemia, à educação não presencial, às interações mediadas pelas mídias digitais, a um aprendizado de outro modo, levou a



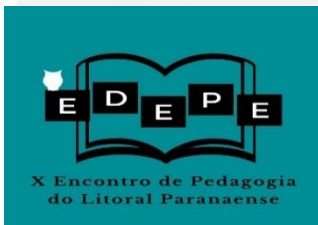
professora, alunos e pais, a desenvolver a capacidade e a responsabilidade de (re)inventar a educação escolar a cada dia.

REFERÊNCIAS

KRAMM, Daniele de Lima; ANGELO, Henrique Valle Belo Ribeiro; VELASCO, Saulo Missiaggia; **A Educação em tempos de coronavírus**: algumas dicas para auxiliar professores, estudantes e familiares. São Paulo: Pontes, 2020.

MAIA, B. R.; DIAS, P. C. Ansiedade, depressão e estresse em estudantes universitários: o impacto da COVID-19. **Estudos de Psicologia**, Campinas, Campinas, v. 37, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200067>. Acesso em: 10 de agosto de 2021.

UNESCO. **A Comissão Futuros da Educação da Unesco apela ao planejamento antecipado contra o aumento das desigualdades após a COVID-19**. Paris: Unesco, 16 abr. 2020. Disponível em: <https://pt.unesco.org/news/comissao>. Acesso em: 11/08/2021.



HISTÓRIA EM QUADRINHOS COMO RECURSO MEDIADOR PARA A APROPRIAÇÃO DA LEITURA E ESCRITA PELO EDUCANDO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Janete Aparecida Primon
Unespar/campus Paranaguá, janeteprimon@hotmail.com

Roseneide Maria Batista Cirino
Unespar/campus Paranaguá, roseneide.cirino@ies.unespar.edu.br

RESUMO

A abordagem acerca da aprendizagem de educandos público-alvo da Educação Especial vem sendo objeto de estudo de pesquisadores que dissertam sobre o universo educacional. Nesse cenário, dados levantados indicam que o uso de práticas pedagógicas pautadas em modelos tradicionais de ensino, pressupõe rupturas, sobretudo, no tocante ao ensino do educando com deficiência intelectual, que por vezes apresentam lacunas na aprendizagem de determinados objetos de conhecimento. Assim, os obstáculos na aprendizagem de educandos com deficiência intelectual, apontam para a reflexão sobre um processo de ensino que considere a emancipação intelectual dos educandos em um contexto educacional inclusivo. Nesse *lócus*, crescem as discussões quanto ao uso de recursos didáticos que respaldem a ação pedagógica, e atuem como instrumentos mediadores para a aprendizagem dos educandos com deficiência intelectual. Partindo desse pressuposto, a proposta de utilização das histórias em quadrinhos em sala de aula, enquanto recurso mediador, ultrapassa o fim estritamente voltado para o entretenimento, elucidando possibilidades para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita, servindo de respaldo para os professores. Logo, as histórias em quadrinhos, podem ser utilizadas em adaptações para a abordagem de conceitos científicos e por vezes, complexos concernentes à matriz curricular. Nesse viés, tendo em vista o caráter interativo apresentado pelos quadrinhos, o presente tema vem sendo explorado em uma pesquisa de mestrado que tem como objetivo compreender a potencialidade das histórias em quadrinhos no que concerne à apropriação da leitura e escrita de educandos com deficiência intelectual. Assim, tem como objeto de estudo o desenvolvimento da leitura e escrita por parte de educandos com deficiência intelectual, de modo a explorar suas possibilidades de aprendizagem frente à utilização dos recursos presentes na linguagem mista das histórias em quadrinhos. A pesquisa em andamento, trata-se de um estudo descritivo e exploratório, Gil (2002), tencionado à execução de um experimento didático, que de acordo com Libâneo (2002), caracterizado como um método de pesquisa pedagógico essencialmente fundamentado na teoria histórico-cultural, ao passo que busca estudar

as mudanças no desenvolvimento cognitivo dos educandos, por meio da participação ativa do pesquisador na experimentação. O estudo tem como campo uma Escola Municipal de Apucarana-PR, e como participantes, educandos de uma turma do 5º Ano do Ensino Fundamental I da instituição selecionada. O critério de inclusão adotado foi a presença de estudantes com deficiência intelectual na turma do 5º ano, e a exclusão das demais turmas se deu, porque nelas não há educandos com deficiência intelectual matriculados, outrora, não há sujeitos que atendam especificamente aos princípios investigativos do objeto de estudo ao qual se propõe. A pesquisa vem se consolidando por algumas etapas, tendo inicialmente se configurado pelo levantamento bibliográfico acerca dos temas: histórias em quadrinhos na educação, apropriação da leitura e escrita por parte do educando com deficiência intelectual, experimento didático, com o fim de subsidiar a elaboração do estudo teórico. Posteriormente, elaborou-se uma sequência didática com atividades temáticas, pautadas na construção de produções de texto com estrutura convencional em prosa, e no formato de HQ, física e digital. Conseqüente, se sucedeu a aplicação da coleta de dados, a partir do experimento didático, onde os educandos desenvolveram atividades pautadas na realização de produções textuais no gênero prosa, e outras duas produções no modelo histórias em quadrinhos de cunho físico e digital, com o apoio do software HagáQuê, editor de histórias em quadrinhos. Além da escrita, os educandos participaram de situações que envolveram leitura e interpretação de gêneros textuais em prosa e em histórias em quadrinhos. O experimento didático foi aplicado para todos os educandos da turma, e, contudo, os educandos com deficiência intelectual serem o cerne desta pesquisa, as produções de todos os educandos serão analisadas mediante os procedimentos estabelecidos. Em vias de análise de dados, o presente estudo tem sua metodologia pautada na análise qualitativa e a fim de observar as contribuições do processo, se fundamenta em episódios de ensino, Moura (1992), à luz dos princípios da Teoria da Atividade, que segundo Sforni (2004), “permitem pontuar as operações mentais presentes na passagem das ações as operações com o novo conceito. Esse processo revela um movimento entre linguagem, pensamento e ação que resulta na consciência e domínio do conceito”. Para isso, os dados serão investigados sob a ótica de reflexão, análise e plano interior de ações utilizados pelos sujeitos da pesquisa, em suas respostas às propostas estabelecidas. Portanto, após execução do experimento didático e a coleta de dados, as produções de texto dos educandos serão classificadas por situações e ordenadas em 1, 2 e 3, para os critérios referentes ao formato das produções: prosa (convencional) e HQs física e digital (interativo), já que ambas serão produzidas mediante o mesmo tema norteador. Dada a seriação, serão observados os elementos que aparecem nas respostas dos sujeitos em cada situação apresentada, bem como a reflexão e análise utilizadas por estes, mediante os critérios utilizados para a resolução das tarefas. Frente ao plano interior de ações a partir dos instrumentos aplicados no experimento didático para atender as operações mentais, do aprimoramento da leitura e escrita pelos educandos com deficiência intelectual, a análise dos resultados terá como referência as respostas apresentadas em cada uma das situações concebidas. Isto posto, se buscará analisar a utilização das HQs como recurso para as produções, de modo a compreender se cumprem o objetivo de auxiliar na apropriação da leitura e escrita por parte dos educandos da sala de aula, dentre eles os com deficiência intelectual. No experimento aplicado, a análise das respostas dos educandos acerca das atividades de interpretação indica que estes compreenderam com mais facilidade

às questões baseadas nas histórias em quadrinhos, por trazerem imagens que auxiliam na interpretação das informações. Os relatos dos educandos apontam ainda, que o uso da linguagem interativa dos quadrinhos, as emoções dos personagens, cenários, atuaram como signos no despertar dos conceitos diante do assunto tratado. Ao final, pretende-se que o uso das HQs de forma física ou digital, seja consolidado como um promissor mediador no processo de apropriação da leitura e escrita. Com efeito, espera-se que os resultados do estudo tragam contribuições a todos os educandos, em especial aos educandos com deficiência intelectual, público-alvo desta pesquisa, para que a partir da mediação dos recursos disponíveis nas HQs possam aprimorar suas habilidades de leitura e escrita, ao agregar significado às suas produções. Partindo da premissa de que recursos didático-pedagógico são fonte de grande interesse por parte dos professores, a pesquisa busca atingir aos docentes, e contribuir para o repertório de práticas pedagógicas dos mesmos, no que concerne ao aprimoramento da leitura e escrita por todos os educandos, em especial aos com deficiência intelectual, a partir do uso dos recursos dispostos nas histórias em quadrinhos, em seu formato físico ou digital, conforme proposto e analisado dentro do escopo do estudo.

Palavras-chave: História em Quadrinhos na Educação. Deficiência Intelectual. Leitura e escrita.

REFERÊNCIAS

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIBÂNEO, J. C. **Experimento didático como procedimento de investigação em sala de aula**. Goiânia, 2000.

MOURA, M. O de. **A construção do signo numérico em situação de ensino**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 1992.

SFORNI, Marta Sueli de Faria. **Aprendizagem conceitual e organização do ensino: contribuições da teoria da atividade**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

DIFICULDADE E DISTÚRBIO DE APRENDIZAGEM: DESAFIOS NO CONTEXTO ESCOLAR

Jessica Bukareswicz
Unespar/Campus de Paranaguá
jessica.bukarewicz@gmail.com

Roseneide Maria Batista Cirino
Unespar/Campus de Paranaguá
roseneide.cirino@unespar.edu.br

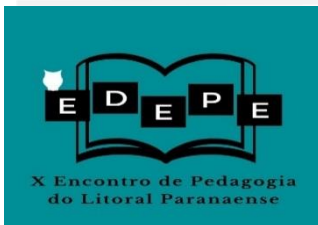
RESUMO

Este trabalho tem como temática os distúrbios e dificuldades de aprendizagem, buscando delinear reflexões acerca da distinção dos referidos conceitos tanto em âmbito teórico quanto prático. Tem como problemática: explicitar quais aspectos distinguem distúrbios de aprendizagem das dificuldades de aprendizagem e que ações pedagógicas podem auxiliar crianças que apresentem distúrbios ou dificuldades de aprendizagem? Nesse direcionamento tem-se como objetivos: compreender os distúrbios e dificuldades de aprendizagem, e como seus aspectos impactam na aprendizagem da criança e, descrever sobre distúrbios e dificuldades de aprendizagem e as influências nos processos de aprender, perpassando pelas questões que impactam na aprendizagem, bem como busca analisar teoricamente o papel do professor frente no processo de ensino e aprendizagem. Está fundamentada em teóricos como: Sisto (2001), Ciasca (2003, 2012), Farrel (2008); e a Associação Brasileira de Dislexia (2016). Nesse contexto, Sisto (2001) destaca que quando identificado um ou mais sinais é importante ficar em alerta, posto que, nos dias atuais os distúrbios de aprendizagem mais frequentes são: Transtorno do Déficit de atenção e Hiperatividade (TDAH) e a dislexia que pode envolver a disgrafia, a discalculia e a disortografia. Esses distúrbios são de ordem funcional e, podem acarretar dificuldades de aprendizagem, desde que não se perceba as manifestações na aprendizagem e não se faça mediações pedagógicas adequadas. Ciasca acredita que seja importante a necessidade de discernir os problemas de aprendizagem e, considera que só uma análise correta é capaz de desvendar o que é um problema de ordem dos distúrbios de aprendizagem e o que é problema pedagógico, definido como dificuldade de aprendizagem escolar. Determina, desta maneira, distúrbio de aprendizagem uma disfunção do Sistema Nervoso Central (SNC), de caráter funcional, referente a uma falha no processo de aquisição ou do desenvolvimento; e dificuldade de aprendizagem com relação a problemas particularmente de princípio pedagógico. Já Farrel (2008) ressalta que estudantes com dificuldades de aprendizagem específicas são os que manifestam dificuldades significativas e perseverantes, mesmo adquirindo uma aprendizagem de forma correta e apoio particular. A Associação Brasileira de Dislexia

no Brasil, serve como fonte de apoio a os pais e toda família que tenha uma pessoa disléxica em sua convivência. Alguns objetivos que a ABD tem são: esclarecer e orientar a sociedade quanto à dislexia e conquistar espaços nos veículos de comunicação social para informar a população sobre este transtorno específico de aprendizagem. A definição do termo “dificuldade de aprendizagem”, é uma das mais complicadas para quem tem serviço de modo direto à educação, pois compõem-se de fatores cognitivos do educando, sua evolução e dados de seu comportamento. Sabe-se que o desenvolvimento da aprendizagem não acontece apenas na instituição escolar, mas por meio do contato com outros indivíduos, com familiares. Porque é com a família que a criança executa o início do contato que dará abertura em sua aprendizagem, no entanto, a criança com algum distúrbio normalmente, são “descobertas” na escola, não sem passar por diversos constrangimento. Distúrbios de aprendizagem segundo a descrição de Schirmer (2004) é uma alteração em um ou maior número de procedimentos cognitivos básicos, implicados no processo de entendimento ou no uso da linguagem, por meio da fala ou escrita, podendo se apresentar em uma capacidade incompleta na audição, pensamento, fala, leitura, escrita, soletração ou realização de operações matemáticas. Diante da temática tratada até agora, é de extrema importância retratar sua relação aos profissionais da educação, ou seja, seus preparos a frente dessas duas áreas tão necessárias de serem compreendidas ou até mesmo diferenciadas. Quando se compreende o que é uma dificuldade de aprendizagem e distúrbio de aprendizagem, seus fundamentos e efeitos, os educadores passam a perceber quais razões que provocam tais atitudes dos alunos. Desta forma, são capazes de obter mais condições de adotar os meios necessários para abordar o comportamento desagradável do aluno. E, muitas vezes quando o professor não conhece a realidade de vida do aluno e nem suas dificuldades e/ou distúrbios, corre o risco de julgá-lo como incapaz, preguiçoso, deficiente ou desleixado. De acordo com Couto, Melo e Gomes (2010), muitos profissionais podem até já ter ouvido falar, lido em algum lugar, mas não entendem o que determina que uma criança tenha Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade. Esse fato alerta para a necessidade de o educador buscar conhecimentos e, também, a necessidade de as escolas ofertarem cursos e especializações nas áreas da educação, pois, como se constata nesta pesquisa as dificuldades de aprendizagem e os distúrbios de aprendizagem apresentam especificidades que precisam ser compreendidas. Do ponto de vista da metodologia trata-se de uma pesquisa bibliográfica e, segundo Boccato (2006), a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Ou seja, com a pesquisa bibliográfica temos respostas de um determinado problema por meio de análises científicas de cada autor e discussões acima delas. No decorrer do estudo foi recorrido à dissertações e artigos, onde foi utilizado palavras chaves de exemplo: “dificuldade de aprendizagem”, “distúrbio de aprendizagem” e “transtornos de aprendizagem”. Os conceitos foram levantados por meio de sites como: Google Acadêmico, Google Scholar, livros físicos, Wikipédia e Scielo (*Scientific Electronic Library OnLine*). Os resultados evidenciam que Dificuldade de Aprendizagem e Distúrbio de Aprendizagem provoca a ideia de que esses termos consistem em conceitos distintos e muito importantes, inclusive para a instituição escolar, pois é nela que o professor poderá por vezes ser a primeira pessoa a observar esse quesito no aluno. Por meio de pesquisas e conceitos de vários teóricos, analisamos que a aprendizagem compõe-se com a ligação de algumas

variáveis, tais como a cognitiva, emocional, biológica, social, e as dificuldades relativas à aprendizagem se identificam em maior proporção em acontecimentos mais claros do ensino, principalmente nas escolas e se manifestam de modo geral, no baixo rendimento do estudante, inclusive no funcionamento da linguagem escrita e de cálculo, podendo levar ao completo fracasso escolar, com isso as intervenções na escola é muito necessária, tendo como foco o desenvolvimento escolar. Os professores precisam ser encaminhados a adquirir conhecimentos em relação as necessidades especiais dos estudantes, com o exemplo das salas de aula com boa distribuição, poucos alunos, uma rotina fixa, ambiente escolar organizado, sugestão de atividades que não sejam excessivamente vastas e que precisam ser esclarecidas gradativamente. De acordo com essas e demais questões é plausível o professor apresentar técnicas ativas e eficazes de aprendizagem. Constatar as dificuldades de aprendizagem é preciso para evitar problemas no desenvolvimento do aluno. Quando constatado um ou mais indícios, é importante prestar atenção, visto que os distúrbios de aprendizagem mais comum são: Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e a dislexia que pode envolver a disgrafia, a discalculia e a disortografia. São esses os distúrbios de ordem funcional e, podem ser definidos como dificuldades de aprendizagem, desde que não se perceba as manifestações na aprendizagem e não se faça mediações pedagógicas adequadas. Os alunos com dificuldades de aprendizagem podem manifestar comportamentos que impeçam seu desenvolvimento escolar, tendo a hiperatividade como um deles, afetando entre 15 a 20% dos estudantes com dificuldade de aprendizagem. Com isso, conclui-se que os distúrbios de aprendizagem consistem em uma mudança em um ou mais quantidades de procedimentos cognitivos básicos, resultando no processo de inteligência ou na linguagem, por meio da fala ou escrita, sendo capaz de se expor em uma capacidade baixa na audição, pensamento, fala, leitura, escrita, soletração ou realização de operações matemáticas. Hoje, os distúrbios de aprendizagem mais comuns são: dislexia, disgrafia, discalculia, disortografia e o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). No momento em que é compreendido o que é dificuldade de aprendizagem e distúrbio de aprendizagem, seus conceitos e resultados, os professores passam a notar quais os motivos que ocasionam essas atitudes nos alunos. Posto isto, é possível constatar que a dificuldade de aprendizagem e distúrbio de aprendizagem são duas realidades presente nas escolas nos dias atuais, e é necessário estudar e compreender cada uma delas, pois a partir do momento que o professor tem esse preparo e discernimento, consegue facilitar muito o desenvolvimento de aprendizagem dos alunos.

Palavras-chave: Dificuldade. Aprendizagem. Distúrbio.



O RESGATE DA MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO DA CULTURA DAS COMUNIDADES LITORÂNEAS PARNANGUARA POR MEIO DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS

Juliana dos Santos Ronconi
Unespar/Paranaguá, julianasantosronconi@gmail.com

Leocilea Aparecida Vieira
Unespar/Paranaguá, leocilea.vieira@unespar.edu.br

Elizabeth Regina Streisky de Farias
Unespar/Paranaguá, elizabeth.farias@unespar.edu.br

RESUMO

A Baía de Paranaguá é formada por cerca de cinco ilhas e cada ilha possui suas singularidades, tais particularidades fazem com que a cultura de cada lugar esteja sempre em evolução, pois a cultura está inserida na sociedade, e dessa forma está sempre mudando. Quando analisamos sua identidade cultural, nos deparamos com a cultura caiçara, enraizada em praticamente todas as ilhas habitáveis da Baía de Paranaguá. A migração do caiçara para a cidade provocou uma mudança no modelo cultural, afetando o seu modo de vida “caiçara”. A globalização é a principal causa do rompimento de valores e normas preestabelecidas, determinado pela ordem pós-tradicional que traz consigo uma crescente individualidade, oferecendo ao indivíduo uma identidade que está em constante mudança. Entende-se por caiçara as comunidades formadas pela mescla da contribuição étnico-cultural dos indígenas, dos colonizadores portugueses e, em menor grau, dos escravos africanos. Por isso eles apresentam uma forma de vida baseada em atividades de agricultura itinerante, da pequena pesca, do extrativismo vegetal e do artesanato. Entender esse modo de vida é fundamental, pois, as comunidades caiçaras passaram chamar a atenção por conta das ameaças, cada vez maiores, à sua sobrevivência material e cultural e, pela contribuição histórica, que essas populações têm dado à conservação da biodiversidade, por meio de conhecimento sobre fauna e flora e os sistemas tradicionais de manejo dos recursos naturais de que dispõem. Essas comunidades encontram-se hoje ameaçadas em sua sobrevivência física e material por uma série de processos e fatores. Desse modo, podemos considerar como fundamental, compreender as diferenças existentes entre os povos e suas culturas distintas, sua maneira de relacionar-se com a natureza, sua organização, modo de produção e economia. É nessa relação entre a cultura e o meio material que o indivíduo é socializado, produzindo sua identidade cultural. As comunidades litorâneas desta região possuem conhecimentos únicos que advêm dos primeiros povoamentos da região e da miscigenação das populações. Contudo, como

em qualquer processo de sobreposição e culturas, o litoral do Paraná, teve e, ainda tem, processos de interferência cultural, sejam estas positivas, quando se somam conhecimentos, ou negativas, quando se perde o conhecimento tradicional ou história local. Como já foi dito, a globalização causou a perda de suas particularidades e dos saberes locais. Neste trabalho, se insere a ideia do resgate cultural e preservação da cultura destes povos, buscando garantir a sobrevivência de mitos, e suas expressões, repassados oralmente de geração a geração, bem como, entender como se dá a sobrevivência desses saberes. A história quando contada pela oralidade permite a interação entre o contador e ouvintes, já que o corpo e a voz propiciam vivências comunitárias, que são perdidas com a aceleração da globalização. O hábito de ouvir histórias desde cedo ajuda na formação de identidades, pois, é no momento da contação de histórias, que se estabelece uma relação de troca entre contador e ouvinte, fazendo com que toda a bagagem cultural e afetiva desses ouvintes venha à tona, assim, levando-os a ser quem são. Contar histórias é uma arte que traz significados, ao propor um diálogo entre as diferentes dimensões do ser. O trabalho traz o objetivo de resgatar por meio da contação de histórias, a memória cultural deste povo que se denomina como caiçara. A cultura caiçara é rica de peculiaridades, e nela podemos identificar uma série de práticas, como a pesca, agricultura, o artesanato, a reciprocidade, a religiosidade, e a sua forte relação com a natureza, o que ressalta a riqueza em poder dividir suas histórias ancestrais com as crianças e jovens de toda a comunidade. Estes momentos possibilitam a propagação de conhecimento e cultura local, pois pela oralidade e descontração estamos mais abertos a aprender coisas novas. Aprendizado ou aprendizagem é um processo pelo qual o indivíduo adquire informações, habilidades, atitudes e valores a partir de seu contato com a realidade, o meio ambiente e as outras pessoas. O ser humano cresce num ambiente social e a interação com outras pessoas é de suma importância para o seu desempenho perante a sociedade. A história, enquanto narrativa, é de suma importância, pois ela proporciona a identidade de uma população ou constata como era essa identidade e como os processos culturais de determinada região se davam. As histórias narradas sempre acompanharam a vida do homem em sociedade. Por meio delas, foi possível a preservação da cultura. A narrativa é a arte de contar histórias que é tão antiga quanto o homem. Quando essa leitura é feita por um adulto ou até mesmo pela própria criança, esta, entra em um mundo imaginário no qual, tudo se torna possível. A imagem é um dispositivo cultural que opera como instrumento mediador, com isto podemos levar ao aluno o conhecimento pela análise de imagens e da leitura transformadora na avaliação de lugar, história e cultura, promovendo a identidade local. Dessa forma, as histórias ou lendas são importantes, pois, são a primeira forma de se conhecer o contexto social no qual se está inserido, assim ela auxilia não só o estudante, mas, também o professor, na medida em que este se torna um objeto de trabalho e de leitura com várias possibilidades. Porém, os livros devem ser tão atraentes para a criança como uma revista em quadrinhos, um desenho animado ou uma gostosa brincadeira, pois desta forma compreendemos que, em termos de utilização de livros de lendas tradicionais, para uso de registro cultural é também necessário que ele possua atrativos, a fim, de que seja acessado, para que então possa se imaginar que esta vertente de patrimônio cultural continue a ser conhecida e não seja perdida no tempo, assim como um dia se manteve atual. Compreender a realidade dinâmica e complexa de um determinado lugar por meio da configuração social não é uma tarefa fácil, desta maneira para o primeiro momento

deste estudo foi realizado o processo de coleta e busca pela história das comunidades locais, para a compreensão de como funciona cada comunidade, qual seu povo e suas histórias. Em um segundo momento foi feita uma busca pelos contadores de histórias que residem nesses locais, os membros mais velhos das famílias e, desta maneira, compreendemos os processos culturais pelo quais os moradores das comunidades locais passaram, o que definiu os modos de vida, o jeito de falar e de ser, as características morais, as crenças, a força da família nas atividades com a terra, nos encontros culturais entre outras manifestações. Já em um terceiro momento, observou-se a forma como estes se apresentam, qual o gênero favorito das histórias contadas e suas experiências pessoais. Valorizando-os como portadores dos conhecimentos históricos da tradição oral. Após isto, foram estudados os conhecimentos básicos da arte da contação de histórias e as habilidades iniciais necessárias. É importante ressaltar que a visita às ilhas não puderam ser feitas de forma presencial, por conta da pandemia do COVID-19, sendo assim as pesquisas e atividades foram realizadas de forma remota por meio de plataformas digitais. As escolas que ficam localizadas nas ilhas possuem uma identidade diferente das escolas que existem nos grandes centros urbanos. As identidades das escolas do campo são definidas por seus vínculos às questões inerentes à sua realidade. Esta pesquisa oportunizou conhecer a história das comunidades das ilhas que compõem a baía parnanguara, bem como, a contação de histórias como resgate da memória e preservação de cultura da comunidade local, trouxe à lembrança as tradicionais rodas de conversa, o que ocasionou a reflexão sobre a importância das raízes culturais como pertencimento ao seu lugar e valorização do seu povo, de uma forma que, manteve viva a memória e as origens, a aproximação de diferentes gerações trazendo a possibilidade de redescobrir o sentimento de identidade das comunidades que partilham os mesmos modos de vida, que juntos constroem a cultura local. Esta pesquisa contribuiu para que a escola não fosse vista somente como portadora dos conhecimentos sistematizados, mas, também, um local que valoriza a cultura, promovendo a aproximação entre os educandos e os contadores de histórias do local.

Palavras-chave: Cultura caiçara. Memória. Identidade. Litoral Parnanguara

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM E PRÁTICA DOCENTE NO LITORAL DO PARANÁ

Karen Cristina de Moura Gomes
Unespar/campus Paranaguá, karencristinamg00@gmail.com

Denise Maria Vaz Romano França
Unespar/campus Paranaguá, denisefranca77@gmail.com

RESUMO

O termo dificuldade de aprendizagem abrange um grupo bastante diverso de crianças com dificuldades na aprendizagem. Essas dificuldades podem ser compreendidas como de ordem biológica, psicológica, pedagógica e social. Pode-se pensar que a aprendizagem e o desenvolvimento dependem de fatores diversos e a atribuição da causalidade deve ser realizada com cautela, para que intervenções pedagógicas de qualidade sejam propostas. O termo dificuldade de aprendizagem foi inicialmente popularizado por Samuel Kirk, que o propôs na década de 1960, tendo como significado a dificuldade que abrange um grupo heterogêneo de crianças, as quais não se enquadram em categorias comumente aceitas para crianças com alguma deficiência intelectual. Na atualidade, o *National Joint Committee on Learning Disabilities* (NJCLD) (2018) reconhece a dificuldade histórica de conceituação e caracterização de dificuldades de aprendizagem e concorda que existe um consenso geral de que as dificuldades de aprendizagem possuem uma base neurológica envolvem os processos cognitivos que afetam a aprendizagem. As dificuldades de aprendizagem persistem em várias formas ao longo da vida, com frequência tem como precursores atrasos de linguagem na primeira infância, aparecendo antes da escolaridade formal. Além disso, as dificuldades de aprendizagem ocorrem independente de fatores culturais, de raça, de idioma, gênero ou *status* socioeconômico do sujeito. A escola não pode ficar à margem da discussão e deve assumir no que tange a melhoria do desempenho do estudante com dificuldade de aprendizagem, quer revendo sua metodologia e dando respaldo para o trabalho do professor, quando a origem da dificuldade for decorrente de problemas da própria instituição, bem como orientar os pais, possibilitando desta forma, uma educação justa, que objetiva propiciar o desenvolvimento pleno do aluno (OSTI, 2004). A adoção de práticas pedagógicas diferenciadas, planejadas para o aluno com dificuldade de aprendizagem podem ser um diferencial importante no desenvolvimento desse sujeito.

Atividades como o desenvolvimento de projetos, podem fazer despertar a curiosidade dos alunos por algum tema, ou assunto. Solicitar que pesquisem sobre ele. Elaborar algum produto com as pesquisas, como painel, exposição ou dramatização (exemplo: dramatizar um telejornal e cada aluno apresenta uma notícia). Tornar o material didático mais acessível, com algumas pequenas modificações podem tornar os textos mais atraentes e também mais fáceis de serem compreendidos pelos alunos com dificuldades, como, por exemplo, usar fonte 14, usar ilustrações para reforçar o sentido dos textos, separar as informações dos problemas de matemática, apresentando-as uma em cada linha, ensinar a criança a localizar e sublinhar as palavras que indicam as ações pedidas nas atividades (como “descreva”, “envolva”, “marque com um X”). A utilização de material concreto, recursos como o material dourado, blocos lógicos, material contável, cédulas e moedas de brinquedo tornam os conceitos matemáticos mais fáceis. A diversificação com apresentações variadas dos mesmos conteúdos favorece que alunos com dificuldade, possam compreender melhor o conteúdo. Utilizar jogos ou atividades lúdicas torna possível, ao mesmo tempo, despertar o interesse do aluno e favorecer que se construam conhecimentos. As atividades lúdicas podem desenvolver a criatividade e favorecer que o aluno estabeleça vínculos positivos com o ambiente e os conteúdos escolares. É possível desenvolver jogos que envolvam conhecimentos de diversas áreas (CRUZ, 2014). Outro aspecto importante de ser analisado segundo Machado (1993), sob a ótica da dificuldade de aprendizagem, é o processo interacional entre orientador-aprendiz visto as características psicológicas e comportamentais que tais crianças podem apresentar ou desenvolver. Qualquer que seja a causa da dificuldade de aprendizagem de forma geral, a criança que falha em sala de aula pode desenvolver sentimentos e cognições negativas sobre as atividades escolares. Os sentimentos podem incluir medo, frustração, raiva, atitudes negativas perante si mesmas e a escola, levando a comportamentos de passividade, apatia, agressão, comportamentos, às vezes, muito distantes de outros exibidos pela mesma criança, em outras situações da vida diária. Sendo assim, esse estudo teve como objetivo conhecer a percepção dos professores sobre dificuldades de aprendizagem e levantar as práticas pedagógicas diferenciadas utilizadas com esses alunos nas escolas municipais de Ensino Fundamental do litoral do Paraná. O estudo foi realizado nos anos de 2020 e 2021, foi do tipo descritivo e exploratório com análise quantitativa e qualitativa dos resultados. Para a coleta de dados foi utilizado como instrumento, um questionário elaborado no *Google Forms*. A amostra de compôs de 6 professores do Ensino Fundamental, sendo todas do gênero feminino, com idade entre 21 e 60 anos, o tempo de atuação na docência variando entre 2 anos a 28 anos. Os resultados mostram que referente à opinião sobre o que é dificuldade de aprendizagem, os professores possuem variadas respostas sendo que não há convergência a um conceito único, sobre dificuldade de aprendizagem. Com relação a como os professores se sentem em relação ao aluno com dificuldade de aprendizagem, os relatos mostram presença de sentimento de preocupação, seguido de ansiedade e outros tipos de sentimentos. Com relação às causas das dificuldades de aprendizagem

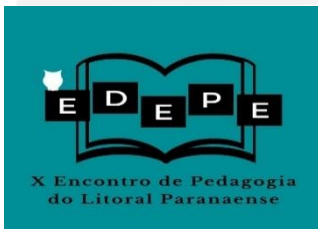
apontadas pelos professores, observou-se: insuficiência alimentar, desestruturação familiar, problemas psicológicos do aluno, falta de exigência dos familiares sobre as obrigações escolares do aluno, falta de vontade do aluno para se dedicar ao aprendizado, falta de interesse da família pela escola, problemas de saúde do aluno e alterações neurológicas. Considerando a opinião dos professores sobre o que é imprescindível para que um aluno aprenda, observou-se nas respostas dos professores que: necessidade de métodos de ensino que atendam todas as crianças, verificação de conteúdo, alimentação, envolvimento da família e relação professor-aluno, são os atributos mais citados. Com relação à frequência de aplicação de atividades diferenciadas pelos professores a maioria respondeu que propõem atividades sempre ou frequentemente e que utilizam uma abordagem lúdica, por meio de jogos e brincadeiras, como uma prática comum, para auxiliar os alunos com dificuldade. Sendo assim, pode-se dizer que os professores que participaram da pesquisa, têm entendimento do que são as dificuldades de aprendizagem, que utilizam principalmente o lúdico nas práticas para auxiliar os alunos, fazendo alterações na sua prática e metodologia além de encaminhamentos a atendimento especializado, quando necessário. Dessa forma, conclui-se que os professores consultados podem contribuir de forma importante para o desenvolvimento escolar das crianças com dificuldade de aprendizagem. Em relação ao que o aluno precisa para aprender pode-se perceber que os professores têm opiniões parecidas e destaca-se principalmente a importância da atuação dos professores, bem como, a participação da família, sendo menos citadas mudanças metodológicas ou sobre o ambiente escolar. Os professores investigados apresentam conhecimento sobre dificuldades de aprendizagem e também que eles procuram, na medida do possível, promover adaptações metodológicas em suas práticas visando melhor desempenho do estudante, no entanto, essas adaptações ainda podem ser enriquecidas, aprimoradas e incentivadas na prática docente por meio de formação continuada e institucionalizadas via Projeto Político Pedagógico.

Palavras-chave: Dificuldades de aprendizagem. Práticas pedagógicas. Metodologias.

REFERÊNCIAS

CRUZ, Mara Lúcia Reis Monteiro da. Estratégias pedagógicas para alunos com dificuldades de aprendizagem. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INCLUSÃO ESCOLAR: PRÁTICAS EM DIÁLOGO, 1., 2014, Rio de Janeiro.

MACHADO, V. L. S. **Dificuldades de aprendizagem e a relação interpessoal na prática pedagógica.** Paideia. Rib Preto: Paideia, 1993.

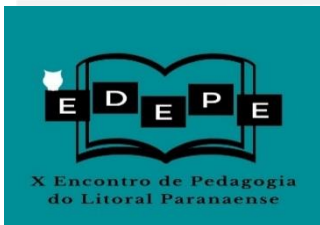


X Encontro de Pedagogia do Litoral Paranaense (EDEPE)
29-30 de novembro, 1º de dezembro 2021
*“Escola, Democracia e Universidade:
Emancipação, Humanização e Libertação”*
Colegiado de Pedagogia



NATIONAL JOINT COMMITTEE ON LEARNING DISABILITIES. **Learning disabilities: implications for policy regarding research and practice.** Disponível em: www.njcd.org. Acesso em: 07/jul/2021.

OSTI, Andréia. **As dificuldades de aprendizagem na concepção do professor.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP, 2004.



EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DIVERSIDADE HUMANA: RESULTADOS E DISCUSSÕES DA APLICAÇÃO NA UNESPAR CAMPUS - PARANAGUÁ

Kerin da Silva Macedo
Unespar/Paranaguá, kerinmacedo69@gmail.com

Roseneide Maria Batista Cirino
Unespar/Paranaguá, roseneide.cirino@unespar.edu.br

RESUMO

O objetivo principal do Projeto de extensão “Educação Especial e Inclusiva: Conhecer e viver a diversidade” no ano de 2020/2021 na Universidade Estadual do Paraná- Campus Paranaguá era possibilitar a junção teoria e prática a Inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior e proporcionar momentos de discussão e reflexão acerca da inclusão da Pessoa com Deficiência no âmbito escolar e social dentro da realidade de isolamento social. A pessoa com deficiência ao longo da história sempre foi vista deixada a margem da população, desde os primórdios condutas repulsivas de abandono eram praticadas as pessoas que não nasciam dentro do que, na época, era considerado normal. Com o passar dos anos e com a posição do Cristianismo em não tolerar essa ação, mas sim, com um olhar de caridade, tratando as pessoas com deficiência como menores ou diminuídas como ser humano, rejeitar não era mais uma opção, porém, as pessoas com deficiência eram separadas do meio comum, lares e asilos se tornaram um espaço destinado a quem apresentasse qualquer padrão que fosse apresentado como diferente que fosse aceito. Quando se trata da história da humanidade e de passagem de tempo, muito recentemente as pessoas com deficiência foram vistas como pessoas que tivesse algum direito. Apenas na Idade Moderna que foi marcada como mudança da extrema ignorância para novas ideias surgiram algumas práticas como a de Gerolamo Cardomo (1501 a 1576), médico e matemático inventou um código para ensinar pessoas surdas a ler e escrever, por meio de sinais. Philippe Pinel (1745-1826) explicou que pessoas com perturbações mentais devem ser tratadas como doentes e não como possuídas por alguma entidade demoníaca que era o que acontecia na época. E Louis Braille (1809- 1852) criou o sistema de escrita “BRAILLE” usado por pessoas com deficiência visual até os dias de hoje. Aos poucos, os avanços pontualmente foram acontecendo. No Brasil, o primeiro marco



X Encontro de Pedagogia
do Litoral Paranaense

X Encontro de Pedagogia do Litoral Paranaense (EDEPE)

29-30 de novembro, 1º de dezembro 2021

*“Escola, Democracia e Universidade:
Emancipação, Humanização e Libertação”*

Colegiado de Pedagogia



foi à criação do Instituto dos Meninos Cegos, sob a direção de Benjamin Constant, em 1854 esse instituto foi criado inspirado em uma experiência européia e foi a primeira instituição a pensar da educação das pessoas com deficiência aqui no Brasil. Consecutivamente, aos poucos as mudanças foram acontecendo. A Constituição Federal brasileira de 1988 buscou democratizar a educação visando diminuir as taxas de analfabetismo, dentro dessa normativa citava sobre assegurar a educação das pessoas com deficiência e que ela deveria ocorrer dentro das escolas de ensino regular, esse marco foi importante, pois, agora estava previsto na lei essa demanda. É relevante salientar que, apenas garantir o acesso não soluciona nem supre as necessidades das pessoas com deficiência, pensar e olhar para a pessoa com deficiência visando suprir o que ela precisa é o principal caminho. Uma das medidas tentando suprir essa falta é a proposta indicada pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) em um relatório denominado Consolidação da inclusão escolar no Brasil 2003 - 2016 (MEC, 2016), que avalia as ações da educação inclusiva desde 2003 e mostra sua visão frente à política de inclusão. Nele, é atribuído à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva o papel de orientar Estados, Distrito Federal e Municípios para a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos (MEC, 2016). Todos esses marcos históricos são importantes para mostrar o avanço das políticas em relação à educação da pessoa com deficiência no Brasil. Porém é importante salientar que, existe um caminho muito grande a percorrer. De acordo com Censo (2010) 46 milhões de brasileiros, ou seja, 24% da população de declara ter algum grau de dificuldade ou ter algum tipo de deficiência. Esses dados que são extremamente importantes, porém, pode-se observar que ela não abrange toda a população com deficiência. Existem muitas pessoas que não se declaram por não terem essa autonomia e muitos outros que não têm esse acesso, isso significa que esse número é muito maior. Onde estão essas pessoas? Elas precisam ser vistas, lembradas, respeitadas e, o mais importante precisa além do acesso, espaços e pessoas aptas compreender suas especificidades. Considerando a historicidade das pessoas com deficiência é que o projeto “Educação Especial e Inclusiva: Conhecer e viver a diversidade” na edição 2021, sendo desenvolvido com fomento de bolsista PIBIs, busca resgatar a compreensão acerca da deficiência ao longo da história e impulsionar estudos e reflexões com vistas à dirimir os impactos de uma forma de ver e interagir com as pessoas com deficiência de forma deturpada. Dentre as ações do projeto está a organização anual do Seminário Educação, Universidade, Diversidade e Inclusão (SEUDI). Desde que o projeto se iniciou, vinculado ao PIBIS, em agosto de 2020, a realidade já é não era mais a mesma. A Pandemia do Coronavírus – COVID-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020 mudou drasticamente a realidade, não apenas no nosso país, mas de todo o mundo. Máscaras, isolamento e distanciamento social foram apenas alguns dos protocolos sanitários que se tornaram uma realidade em todo o Planeta. Nesse período, o isolamento social estava bem intensificado o que refletiu diretamente na educação. Novas estratégias foram abordadas para contribuir com as discussões desse tema garantindo a integridade física das pessoas. O VII Seminário Educação: Universidade, Diversidade e inclusão teve uma proposta adaptada dentro da nova realidade de ensino remoto, e foi apresentada pela plataforma de vídeo *Youtube*, no formato *live* dentro do canal da Unespar- Paranaguá. Iniciado no dia 24 de agosto de 2020, o VII SEUDI durou cinco dias consecutivos e finalizou no dia 29 de agosto o evento seminário



X Encontro de Pedagogia
do Litoral Paranaense

X Encontro de Pedagogia do Litoral Paranaense (EDEPE)

29-30 de novembro, 1º de dezembro 2021

*“Escola, Democracia e Universidade:
Emancipação, Humanização e Libertação”*

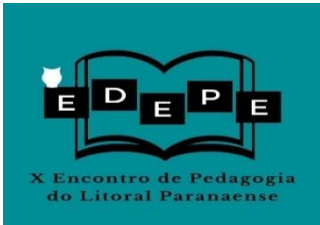
Colegiado de Pedagogia



UNESPAR
Universidade Estadual do Paraná

acontecia em dois blocos A e B em dois horários por dia. Os temas abordados durante a semana de evento contou com a atuação principal da Dra. Roseneide Maria Batista Cirino com auxílio dos demais professores da Unespar Paranaguá. Os temas abordados trataram como foco principal a pessoa com deficiência e também sobre a inclusão, tratando temáticas como Políticas Públicas inclusivas nacionais e internacionais, a Prática docente na Educação Inclusivas, Tecnologia assistida, surdez, autismo e Inclusão, Pcd e o mercado de trabalho, entre outros na mesma perspectiva na inclusão social da pessoa com Deficiência. O subsídio teórico para apresentação todos esses temas durante a semana do seminário contou com a participação de nove participantes de diferentes comunidades educativas, empresariais e comunidade externa, com formação acadêmica de Especialização, Mestrado, Doutorado. Somando os cinco dias de evento entre os blocos A e B, participaram cerca de 8.431 pessoas divididas entre os acadêmicos, docentes, famílias, e diferentes pessoas que, talvez se estivesse na modalidade presencial não poderiam participar. Os resultados alcançados com o projeto foram surpreendentes. Mesmo com a abrupta ruptura da nossa realidade com o avanço da Pandemia e a necessidade de isolamento social os estudos e a importância da Educação especial e Inclusiva não foram deixados de lado. Durante o projeto, com as pesquisas e o acontecimento do SEUDI de forma remota, esse resultado fica ainda mais evidente. Ao longo dos dois anos de evento nessa modalidade, foram alcançadas mais de 13.000 pessoas, de acordo com as visualizações do *Youtube*, permitindo assim, que mais pessoas e famílias tivessem acesso para além da maneira presencial. Não podemos deixar de mencionar os diversos participantes que estiveram no evento explanando seu conhecimento, participando cada um de um lugar diferente, e ressaltando que, de maneira presencial, esta realidade seria muito mais difícil ou até mesmo inviável. O conhecimento não se deu de maneira passiva, já que, através do chat, os participantes podiam indicar, comentar e até fazer perguntas ao longo do evento. Os resultados alcançados foram, sem dúvidas, positivos, com informações tão importantes relacionadas à Educação Especial e Inclusiva que foram e ainda estão sendo divulgadas, pois, todas as palestras estão gravadas no canal do *YouTube* para a posteridade. No ano de 2021 que teve a VIII SEUDI e a segunda no modelo remoto teve ainda mais participação. Considerando os resultados obtidos com a realização desse projeto, podemos observar um resultado extremamente positivo, a quantidade de pessoas que tiveram acesso a informações sobre as diferentes deficiências, suas óticas, especificidades foi muito grande, espaços como esse devem ser ainda mais abertos, pois, esses conhecimentos devem ser divulgados e explanados para que as pessoas se identifiquem e saibam dos seus direitos. É fato que devemos ter as mesmas de acesso e de reconhecimento, mas nossa individualidade deve ser respeitada e suprida.

Palavras-chave: Educação Especial. Diversidade. Inclusão.



TECNOLOGIAS ASSISTIVAS E O DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM

Kethleen Padilha dos Santos
Unespar/campus Paranaguá
padilhakethleen@gmail.com

Leociléa Aparecida Vieira
Unespar/campus Paranaguá
leocilea.vieira@ies.unespar.edu.br

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo refletir sobre o processo de aprendizagem a partir de recursos como o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) juntamente com as Tecnologias Assistivas. A aprendizagem por muito tempo vem tendo uma grande defasagem, pensando nisso, a pesquisa busca estratégias e recursos, a fim de romper barreiras no processo ensino-aprendizagem, analisando o papel do professor como mediador desse ensino, de modo que ele utilize das concepções do DUA em suas práticas cotidianas. O conceito do Desenho Universal surgiu em 1990 por um grupo de arquitetos que buscavam simplificar a vida das pessoas por meio de um *design* de produtos e ambientes, onde todas as pessoas pudessem ter acesso, sem a necessidade de adaptações posteriores, para atender determinado público. Os critérios foram definidos em uma reunião na Universidade de Carolina do Norte, nos Estados Unidos, no *Center for Universal Design*. Com essa linha de pensamento que um grupo de professores de Harvard, liderado por David Rose pensou o Desenho Universal para Aprendizagem. No primeiro momento o objetivo desse estudo era ajudar e adaptar os alunos com deficiência a terem acesso ao currículo geral, mas os estudos tomaram outro rumo quando perceberam que era preciso ajustar os currículos aos alunos e não o contrário, como diz o documento "*Universal Design Learning Guidelines*", traduzido por um Grupo de Estudos da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), "o peso da adaptação deve recair em primeiro lugar sobre o currículo e não sobre o estudante. Dado que a maioria dos currículos têm dificuldades em adaptar-se às diferenças individuais, temos que reconhecer que são estes, e não os estudantes, os que têm deficiências. Portanto, devemos corrigir os currículos e não os estudantes". A partir dessa abordagem e utilizando as tecnologias assistivas, tendo em vista que este arsenal engloba recursos, serviços e metodologias para atender e proporcionar



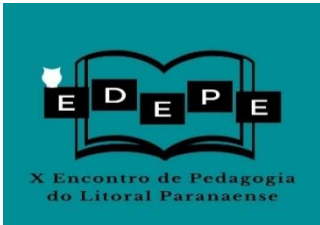
X Encontro de Pedagogia
do Litoral Paranaense

X Encontro de Pedagogia do Litoral Paranaense (EDEPE)
29-30 de novembro, 1º de dezembro 2021
“Escola, Democracia e Universidade:
Emancipação, Humanização e Libertação”
Colegiado de Pedagogia



a todas as pessoas, com deficiência ou não, habilidades funcionais, buscando que todos tenham independência, será utilizado esses como uma ferramenta de inclusão. Tendo em vista que a educação é um direito de todos e dever do Estado, conforme assegura o Art. 205 da Constituição Federal de 1988, é preciso pensar em estratégias e recursos que atendam a todos os alunos, levando em conta as particularidades de cada um, pensando em um planejamento pedagógico contínuo que busque desenvolver e ampliar as oportunidades de cada aluno nesse processo. O DUA, juntamente com essas tecnologias, indica esses princípios e, para pôr em prática, recomenda que professores pensem em práticas onde os conteúdos curriculares se relacionem com o cotidiano do aluno. Dessa forma, o DUA sugere em seu documento “*Universal Design Learning Guidelines*”, um trabalho pedagógico com um amplo repertório de métodos e a utilização de materiais didáticos diversos, um deles é o uso das tecnologias e mídias digitais, como celulares, *tablets* e *notebooks*, fazendo com que a aprendizagem utilize de combinações entre textos, imagens e falas, atendendo a todas as necessidades e, para isso, o DUA segue três princípios fundamentais: proporcionar modos múltiplos de apresentação (o que proporciona a aprendizagem), proporcionar modos múltiplos de ação e expressão (o como se dá aprendizagem), proporcionar modos múltiplos de implicação, engajamento e envolvimento (o porquê da aprendizagem). Dessa forma, o estudo adotou como metodologia a pesquisa bibliográfica partindo do levantamento de autores que contribuem com o assunto.

Palavras-chave: Tecnologia assistiva. Currículo. Aprendizagem. Desenho Universal para Aprendizagem. Metodologia de ensino



OS DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19

Laura Mayer de Souza
Unespar/campus Paranaguá, lauramayer1@outlook.com

Elizabeth Regina Streisky de Farias
Unespar/campus Paranaguá, elizabeth.farias@unespar.edu.br

RESUMO

Toda e qualquer instituição escolar, seja pública ou privada, necessita em suas rotinas executar boas práticas de gestão para alcançar seus objetivos. A luta em prol de uma educação oferecida na escola pública, baseada em princípios democráticos e de qualidade requer articulações que exigem muito mais do que a vontade de mudança dos gestores. Nesta perspectiva, o presente estudo intitulado: “Os desafios da gestão escolar na educação básica em tempos de pandemia de Covid-19” justifica-se por duas razões: a primeira delas é pela busca por uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade, que priorize a formação de um cidadão crítico, reflexivo, autônomo, democrático e inclusivo. A segunda, diz respeito ao contexto vivenciado por conta da pandemia ocasionada pelo Covid-19, que impôs aos profissionais da educação a necessidade de mudanças bruscas em seu modo de atuação. Professores e gestores tiveram que se adaptar ao novo cenário, utilizando os recursos tecnológicos para manter as funções escolares ativas. Para a efetivação de um espaço, seguindo os princípios democráticos, há a necessidade de condições, conhecimento e domínio de saberes práticos e metodológicos de todos os profissionais envolvidos nesse meio. Portanto, para que haja a construção de uma escola pública e democrática é essencial que a instituição como um todo esteja no mesmo propósito, debatendo sobre as possibilidades para alcançar as metas traçadas e buscando também englobar os membros da comunidade nesse processo, uma vez que, a democracia é construída por meio da escuta e articulação dos interesses da maioria dos envolvidos no ambiente escolar. Diante desse contexto, os gestores tornam-se figuras indispensáveis na construção da gestão democrática dentro da escola, porém, mesmo com a formação em seu campo de atuação, nem todos os gestores possuem os conhecimentos e domínios necessários para que uma gestão de qualidade seja colocada em prática nas escolas (VIGNATI, 2019, LÜCK, 2009). Desta forma, os gestores acabam adotando soluções embasadas no improviso, causando o fracasso da organização escolar. Compreende-se que a função dos gestores em condições vistas como normais, já não é uma tarefa fácil, posto que há muitos desafios e demandas a atender. Tais situações se tornam ainda mais complexas mediante ao cenário inabitual de pandemia provocado pela enfermidade mundialmente conhecida como Covid-19. Diante dessa questão, o presente estudo tem por objetivo elucidar os desafios da gestão escolar na educação básica em tempos de pandemia. Para que o objetivo descrito seja alcançado com sucesso, os seguintes objetivos específicos foram delineados: efetuar revisão da literatura sobre gestão e gestão escolar, elencar as principais características da Covid-19, com ênfase em seus impactos na educação e



X Encontro de Pedagogia
do Litoral Paranaense

X Encontro de Pedagogia do Litoral Paranaense (EDEPE)
29-30 de novembro, 1º de dezembro 2021
"Escola, Democracia e Universidade:
Emancipação, Humanização e Libertação"
Colegiado de Pedagogia



fazer uma reflexão sobre os desafios da gestão escolar na educação básica em tempos de pandemia de Covid-19. O presente estudo não se limita a demonstrar somente os problemas decorrentes do cenário excepcional vivido atualmente. Compreende-se que as instituições escolares possuem diversas atribuições, dentre elas, a função social, sendo assim, é fundamental a presença de instrumentos que possam potencializar a sua performance em seu respectivo ambiente de atuação (CHIAVENATO, 2012; SILVA et al., 2019). Esta pesquisa foi realizada sob a perspectiva da abordagem qualitativa, visto que esta abordagem possibilita ao pesquisador a imersão no universo estudado, analisando o contexto, fatos sociais e históricos. Permite ao sujeito estabelecer graus significativos de interação com o universo de estudo (ANDRÉ, 2009). Utilizou-se da revisão da literatura, como apoio teórico e metodológico, permitindo ao pesquisador traçar reflexões, posicionamentos e análises. Para o estudo foram selecionados artigos, teses, dissertações e legislações que dialogassem e contribuíssem com a discussão. Além dos instrumentos mencionados, foi realizada uma pesquisa de campo, do tipo exploratória, utilizando como instrumento o questionário, por meio do formulário *google forms*, encaminhado a profissionais que compõe a equipe gestora de escolas públicas municipais. O envio do questionário ocorreu de forma virtual, no qual a pesquisadora transcreveu as perguntas previamente elaboradas. O questionário contou com perguntas abertas e fechadas e como meio para preservar a identidade dos colaboradores, seus nomes não são apresentados, sendo identificados como "gestor 1", "gestor 2", e assim por diante. Ao todo foram sete sujeitos que concordaram em participar do estudo e responderam ao questionário. Após finalizadas as perguntas, foi gerado um *link* do instrumento de coleta, posteriormente enviado aos participantes. No contexto da pandemia, a efetivação da gestão democrática se tornou ainda mais complexa, em virtude da desigualdade de condições de acesso a recursos necessários para a participação nas aulas. O cumprimento dos propósitos que são afetos à gestão escolar nem sempre é uma tarefa fácil, por conta, não somente dos obstáculos que são inerentes ao ambiente escolar, sendo a escassez de recursos o mais comum dos problemas, mas, também pela necessidade de se conciliar interesses que nem sempre são convergentes (KOETZ, 2010), a complexidade e os desafios são intensificados à medida que a equipe gestora se compromete com a efetivação da gestão democrática. Como maiores desafios, os gestores ressaltaram a falta de comunicação com os familiares e o envolvimento dos educandos nas atividades escolares. Como caminho, ressaltaram a realização de reuniões *online* para aproximar as famílias da instituição. A gestão democrática deve contribuir para que a escola seja um espaço de formação inicial e continuada, que a partir de seu cotidiano seja possível formar profissionais da educação conscientes da sua importância enquanto formadores. A formação inicial do gestor, nesse sentido, é um instrumento fundamental no desmonte de concepções autoritárias, caso contrário o professor terá poucas ferramentas para compreender sua ação como atividade coletiva que faz parte de um contexto histórico. Compreende-se que não existe outro processo de ensinar e aprender democracia se não for por meio da prática democrática, da participação e da cidadania ativa. Portanto, pensar uma escola pública de qualidade é dar autonomia a gestão escolar para exercer a democracia de modo que possa contribuir efetivamente para a formação de seus professores, sua formação política para que ao exercê-la possa também transformar a sociedade por meio da educação. O exercício democrático é construído a partir de uma gestão democrática que viabilize uma participação ativa de toda equipe escolar, alunos e comunidade.



X Encontro de Pedagogia
do Litoral Paranaense

X Encontro de Pedagogia do Litoral Paranaense (EDEPE)

29-30 de novembro, 1º de dezembro 2021

*“Escola, Democracia e Universidade:
Emancipação, Humanização e Libertação”*

Colegiado de Pedagogia



UNESPAR
Universidade Estadual do Paraná

Lutar pelo direito constitucional de uma escola pública é dever de todos. Portanto, compreender as políticas que envolvem toda ação pedagógica na escola possibilita uma criticidade para ações efetivas que busquem atender ao objetivo principal da escola, a formação integral do aluno. Os gestores ressaltaram que durante o período de pandemia diversos sentimentos surgiram, como a ansiedade e frustração, especialmente dos docentes e gestores, que se preocupavam com a falta de participação dos alunos em virtude de não possuírem recursos tecnológicos para realizar as atividades. Compreende-se, portanto, que diversos desafios foram vivenciados pelos gestores ao longo da pandemia de Covid-19, entretanto, esses profissionais buscaram caminhos para assegurar a gestão democrática, o acesso e a permanência dos educandos, com medidas que estavam ao seu alcance e, muitas vezes, lutando contra um sistema que não lhes oferecia investimento ou estrutura. Compreende-se que os desafios são inúmeros, mas a luta por uma educação de qualidade supera os desafios vivenciados na sociedade complexa, desigual e marcada por contradições, em contextos pandêmicos ou não. A escola mudou a partir de 2020 e essa mudança, mesmo que de forma inesperada e ocorrida com luto e tristeza, trouxe benefícios ao processo educativo, sendo que, os profissionais da educação tiveram que mudar suas práticas, inserindo tecnologias digitais da informação e comunicação no processo de ensino-aprendizagem. Por fim, esperamos que essa mudança caminhe avante, sem retrocessos que levem a práticas tradicionais e burocráticas.

Palavras-chave: Gestão Escolar Democrática. Pandemia. Covid-19. Gestão educacional.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. A complexa relação entre pesquisas e políticas públicas no campo da formação de professores. **Educação**, v. 32, n. 3, 2009.

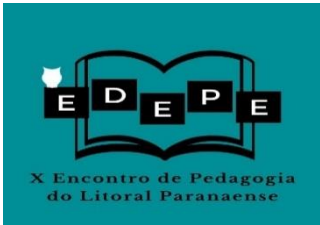
CHIAVENATO, I. **Administração geral e pública**. Baureri: Manole, 2012.

KOETZ, C.M. Atuação da equipe diretiva e avaliações em larga escala: em busca de uma gestão democrática da escola pública. In: WERLE, F.O.C. (Ed.). **Avaliação em larga escala**: foco na escola. Brasília: Liber Livro, 2010.

LUCK, H. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009.

SILVA, R.O. et al. O ciclo PDCA como uma proposta para uma gestão escolar eficiente. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, v.8, n.17, p. 1-13, 2019.

VIGNATI, M. L. **Metáforas e sua representatividade na gestão acadêmica**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.



X Encontro de Pedagogia do Litoral Paranaense (EDEPE)
29-30 de novembro, 1º de dezembro 2021
*"Escola, Democracia e Universidade:
Emancipação, Humanização e Libertação"*
Colegiado de Pedagogia



EDUCAÇÃO INCLUSIVA E CRIANÇAS COM PARALISIA CEREBRAL NO LITORAL DO PARANÁ

Leticia Yuri Kodaira Costa
Unespar/campus Paranaguá, kodairaleticia@gmail.com

Denise Maria Vaz Romano França
Unespar/campus Paranaguá, denisefranca77@gmail.com

RESUMO

A Paralisia Cerebral é uma condição, ou um conjunto de sintomas, causados por uma encefalopatia, que incide particularmente sobre o sistema motor da pessoa, que pode ocorrer no período pré, peri ou pós natal. Pode ou não estar acompanhada de alterações cognitivas e em outros órgãos como visão e audição. A Paralisia Cerebral segundo Rotta (2002) foi citada pela primeira vez por Little, em 1843, que a descreveu como uma encefalopatia crônica da infância, e a definiu como patologia ligada a diferentes causas e caracterizada, principalmente, por rigidez muscular. Mais tarde, Phelps utilizou o termo paralisia cerebral, em referência a um grupo de crianças que apresentavam transtornos motores, mais ou menos severos, devido à lesão do Sistema Nervoso Central (SNC). Em 1862, estabeleceu a relação entre esse quadro e o parto anormal. Não é possível reverter a lesão, mas pode-se promover o desenvolvimento dessas pessoas especialmente com atendimento especializado e educação inclusiva. Para Gonçalves (2006) a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais, não deve ser compreendida, apenas como garantia legal do direito de frequentar a escola, mas, também, deve se referir à permanência e o sucesso no processo de educação desses alunos em uma sala de aula comum de uma escola regular, sendo que este ainda é um objetivo muito distante da realidade de nossas escolas. Os sistemas educacionais, escolas e professores ainda enfrentam muitas dificuldades em fornecer os recursos necessários para garantir um processo bem-sucedido de inclusão escolar. No Brasil vários marcos legais reforçam uma educação inclusiva. O Plano Nacional de Educação - Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, dedica um capítulo para a Educação Especial, determinando os objetivos e metas para que as escolas possibilitem que os alunos com qualquer tipo de deficiência desenvolvam-se de maneira adequada. Destacando ainda que o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva, que garantisse o atendimento à diversidade humana. Ainda, o PNE pensa não apenas na inclusão de pessoas com deficiência, mas também na inclusão daqueles que estão à margem da sociedade, bem como os negros, os povos indígenas, os homossexuais, os pobres, dentre outros (BRASIL, 2001). A paralisia cerebral pode



X Encontro de Pedagogia
do Litoral Paranaense

X Encontro de Pedagogia do Litoral Paranaense (EDEPE)
29-30 de novembro, 1º de dezembro 2021
"Escola, Democracia e Universidade:
Emancipação, Humanização e Libertação"
Colegiado de Pedagogia



ser classificada conforme o grau de comprometimento do movimento provocado no cérebro, podendo ser espástica (hipertonia), hipotonia, atetóide (discinética), atáxico e mista. Segundo Borges (2012), a alteração atetóide também chamada de discinética ou extrapiramidal-coreoatetósica tem características como movimentos involuntários e posturas anormais, há também uma dificuldade na coordenação motora. A criança com alteração atetóide apresenta também alterações na regulação do tônus muscular. Na paralisia cerebral do tipo atáxico a criança pode possuir pouco ou nenhum controle postural e tem um difícil diagnóstico, pois muitas vezes pode ser confundida pelo fato do bebe ser mole (ALVES, 2015). De acordo com Borges (2012) na alteração atáxica a coordenação motora tem uma forma primitiva e a marcha mostra base alargada e com pouco equilíbrio. Há também o tipo misto, que concilia dois tipos de paralisia cerebral. Ela não afeta necessariamente o sistema cognitivo das crianças, mas sim o sistema motor, dependendo da gravidade da paralisia cerebral, mas devido à limitação motora, o desenvolvimento global de uma criança com lesão cerebral não será o mesmo de uma que não tem essa lesão, o desenvolvimento será mais lento em todos os aspectos e muitas pesquisas demonstram que o déficit motor não é o único, é possível outros déficits que estejam ligados à visão, audição, a linguagem, entre outros (MARINHO 2018; FRANCO, 2009). Nesse sentido, a escolarização da criança com paralisia cerebral deve ser pensada, dentre muitos aspectos, de uma forma lúdica, valorizando o brincar, tornando o aprendizado mais fácil, mais leve e interativo. Um aluno com paralisia cerebral, assim como qualquer outra criança tem desejos, sente vontade de brincar, gosta de músicas, de desenhar e tudo isso deve ser trabalhado, o educador pode e deve adaptar atividades que incluam tanto as crianças com paralisia cerebral como as que não possuem (BRASIL, 2003). Não podemos negar que existem barreiras em relação à falta de acessibilidade física tanto na vida cotidiana dessas crianças, como em suas vidas escolares e por mais que o termo inclusão tenha se tornado recorrente, quando se fala em alunos com algum tipo de deficiência, ainda há muitas barreiras impostas, tais como, falta de equipamentos, materiais adaptados e recursos tecnológicos. É papel do professor desenvolver procedimentos metodológicos que estejam de acordo com as capacidades e as necessidades de cada aluno, independente da sua deficiência. Contudo, isso demanda uma formação adequada e uma mudança em sua postura pedagógica, sendo capaz de perceber que cada aluno tem características únicas e em cima disso trabalhar cada uma delas, possibilitando o desenvolvimento de ambos. No entanto, de acordo com Reganhan (2006) é comum que o professor ao se deparar com um aluno com paralisia cerebral não se sinta preparado para trabalhar com os mesmos, e acabam se frustrando ao tentar fazê-lo. Os objetivos gerais desse estudo foram analisar como acontece a inclusão das crianças com paralisia cerebral no ensino regular e especializado no Litoral do Paraná e compreender quais os principais desafios dos professores em relação às necessidades educativas dos alunos com paralisia cerebral. Participaram da pesquisa 24 profissionais da Educação, de diversos municípios do Litoral do Paraná. O estudo realizou-se entre os anos de 2020 e 2021. O estudo foi descritivo e exploratório, utilizou como instrumento de coleta de dados de um questionário elaborado no *Google Forms* e distribuído eletronicamente. Os resultados mostram que grande parte dos professores, que atuam ou já atuaram, com alunos com paralisia cerebral, possui no mínimo especialização. Cerca de 80% atuam na Educação Infantil e Ensino Fundamental, referem preparar o ambiente para receber o aluno, além de providenciar tarefas adaptadas, mudanças metodológicas e referem à importância do apoio de professores de apoio

especializado e dos gestores. Tem como principal desafio a precariedade das escolas, falta de suporte Municipal e Estadual, falta de acesso e sentimento de frustração. Acreditam que os alunos com paralisia cerebral tem um melhor atendimento na Educação Especializada, e não se sentem preparados para a realização da educação de pessoas com Paralisia Cerebral. Conclui-se que os conceitos que permeiam a questão da educação inclusiva devem ser melhor explorados e aprofundados na formação dos professores e na sua formação continuada. As escolas que habitualmente trabalham com crianças com paralisia cerebral, no Litoral do Paraná, são as Apaes. Observou-se que há comprometimento dos professores pesquisados com o desenvolvimento dos estudantes com paralisia cerebral, e que adaptações curriculares, metodológicas, de materiais e até ambientais são realizadas na medida do possível. As dificuldades como falta de apoio, de recurso e de acesso são apontados como obstáculos à educação inclusiva. Observou-se um sentimento positivo em relação à inclusão e o motivo dela não se realizar efetivamente, em todas as escolas regulares, se justifica pela precariedade e falta de acesso da escola regular, bem como, pela falta de apoio especializado. Parece que ainda há um caminho a percorrer para se alcançar a inclusão legítima dos alunos com paralisia cerebral nas escolas regulares, bem como, sua permanência na escola e resultado exitoso em seu desenvolvimento educacional. Sugere-se que mais estudos sejam realizados, e que a comunidade educacional se sensibilize efetivamente para a inclusão legítima desses alunos.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Paralisia Cerebral. Inclusão.

REFERÊNCIAS

ALVES, Jozineuma Gonçalves do Nascimento. **Paralisia cerebral e aprendizagem: o papel do pedagogo e as intervenções pedagógicas** – João Pessoa: UFPB, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/1366/1/JGNA04102016.pdf>. Acesso em: 05/06/2021

BRASIL. Congresso Nacional de Educação. **Plano Nacional de Educação. Lei nº. 10.172**, de 9 de janeiro de 2001. Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: deficiência física**. 2. ed. rev. Brasília, 2003.

BORGES, Amanda Coelho. **O uso do protocolo pedia suit no. Tratamento de crianças com paralisia cerebral**. Brasília – DF. 2012. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/4627/1/2012_AmandaCoalhoBorges.pdf. Acesso em: 06/06/2021.

GONÇALVES, Aline Kelly Scalco. **Estratégias pedagógicas inclusivas para crianças com paralisia cerebral na Educação Infantil**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2950?show=full> . Acesso em: 15/07/2021.



X Encontro de Pedagogia
do Litoral Paranaense

X Encontro de Pedagogia do Litoral Paranaense (EDEPE)
29-30 de novembro, 1º de dezembro 2021
*“Escola, Democracia e Universidade:
Emancipação, Humanização e Libertação”*
Colegiado de Pedagogia

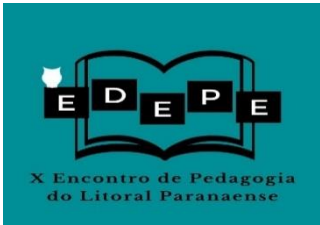


UNESPAR
Universidade Estadual do Paraná

MARINHO, Raissa Brito. **O atendimento educacional especializado e a escolarização de uma aluna com paralisia cerebral.** Trabalho (Conclusão de Curso) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018. Disponível em: https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/7077/3/AtendimentoEducacionalEspecializado_Monografia_2018.pdf. Acesso em: 26/05/2021.

REGANHAN, W. G. **Recursos e estratégias para o ensino de alunos com deficiência: percepção de professores.** 2006. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília –SP, 2006. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/91256/reganhan_wg_me_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 05/06/2021.

ROTTA, N. Paralisia cerebral, novas perspectivas terapêuticas. J Pediatr., Rio de Janeiro, v. 78, n. 1, p. s48-s54. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0021-75572002000700008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04/05/2020.



X Encontro de Pedagogia do Litoral Paranaense (EDEPE)

29-30 de novembro, 1º de dezembro 2021

*“Escola, Democracia e Universidade:
Emancipação, Humanização e Libertação”*

Colegiado de Pedagogia



DESAFIOS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Lorena Lys da Silva Reis Andrade
Unespar/Paranaguá, lys.pgua@gmail.com

Elizabeth Regina Streisky de Farias
Unespar/Paranaguá, elizabeth.farias@unespar.edu.br

RESUMO

O presente trabalho versa sobre os desafios na educação inclusiva e a percepção dos professores de uma escola pública municipal de Paranaguá – PR. Baseando-se na realidade enfrentada por muitos educadores da rede regular de ensino quanto à inclusão educacional. O estudo teve como principal objetivo, analisar a percepção dos professores diante da educação inclusiva, assim como, verificar os aspectos presentes na formação de professores que interferem na compreensão da educação inclusiva e identificar a concepção dos docentes da escola pesquisada quanto à educação inclusiva. Para a realização da pesquisa, foi adotada uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, cujo interesse é levantar informações, para a melhor compreensão dos dilemas do cotidiano dos professores de uma escola pública. Para que os objetivos deste trabalho fossem alcançados, foi feita uma pesquisa de campo, tendo como instrumento de pesquisa, questionário, por meio do *Google forms*, onde abordaram perguntas abertas, com vistas a pesquisar a concepção do professor quanto à educação inclusiva e a sua formação contempla aspectos concernentes à inclusão. A escolha por essa escola justifica-se, por ela possuir alunos com deficiência em três de suas turmas, por dispor de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), onde acontece Atendimento Educacional Especializado (AEE), e por haver professores que atuam na área da educação especial. Esta escola localiza-se próximo ao centro da cidade, comporta aproximadamente 412 alunos, com dezoito turmas em dois turnos, sendo dois de educação infantil e dezesseis entre 1º e 5º ano. Treze desses alunos fazem parte da educação especial, sete no período da manhã e seis no período da tarde, que frequentam as salas regulares. A discussão teórica, apoiou-se em autores que abordam a educação inclusiva, a formação de professores e a prática pedagógica, aplicados dentro do processo de ensino aprendizagem, a exemplo de Kassab e Rebelo (2018); Mendes (2010); Mantoan (2003), entre outros. Os sujeitos da pesquisa foram quatro professores que atuam em uma escola da rede municipal do município de Paranaguá, PR. Três professoras atuam no ensino fundamental, com alunos de cinco a nove anos de idade e uma professora, atua na sala de recursos multifuncionais. Das quatro professoras atuantes em sala de aula, apenas duas possuem pós-graduação, uma é formada na graduação e uma possui especialização. Para preservar a identidade dos professores, a fim de não oferecer



X Encontro de Pedagogia
do Litoral Paranaense

X Encontro de Pedagogia do Litoral Paranaense (EDEPE)
29-30 de novembro, 1º de dezembro 2021
"Escola, Democracia e Universidade:
Emancipação, Humanização e Libertação"
Colegiado de Pedagogia



nenhum risco a sua dignidade, elas serão identificadas por meio de siglas: P1, P2, P3 e P4. Identificar o grau de escolaridade de cada professor atuante na sala de aula, foi o ponto de partida para compreendermos os dilemas enfrentados por elas, haja vista que, os mesmos devem estar profissionalmente capacitados para lidar com possíveis adversidades do cotidiano. Observou-se então, que a maioria das docentes, nesse caso procuraram dar continuidade em sua formação, se especializando para melhor atender seus alunos. As professoras entendem inclusão como uma educação para todos, as concepções apresentadas, refletem os saberes e experiências vividas das docentes em suas particularidades, evidenciando o conceito de inclusão escolar, pois não basta matricular o aluno em uma sala de aula com perspectiva inclusiva, se o professor não compreende o seu papel para com os alunos. As professoras P1 e P3 apresentaram em suas falas um pouco de preocupação, quando dizem que muito já foi alcançado, porém, não há auxílio do Sistema quanto a cursos de capacitação e aperfeiçoamento. Na maioria das respostas, as docentes partiram do princípio, que a sua principal concepção é incluir alunos com deficiência em sua sala de aula de ensino regular, trabalhando com igualdade e valorizando as diferenças. Nessas falas nota-se a determinação e o afeto ao afirmar que incluir é garantir uma educação de qualidade para todos. Notou-se durante a pesquisa, que o processo para a qualificação do professor vai além da sua graduação, pois o mesmo deve estar pronto para usar metodologias apropriadas e ter a capacidade de elaborar um currículo flexível, com o intuito de atender todos os seus alunos com a mesma qualidade. Ainda nesse contexto, observou-se a fala da professora P4, ao relatar que precisou da Pós-graduação para poder compreender as individualidades de seus alunos. Compreende-se então que educar é um trabalho extenso, que cobra muito do professor, envolvendo-o em muitas práticas diferenciadas, exigindo que o mesmo esteja apto a trabalhar com a diversidade e a individualidade. Diante disso, ressalta-se a importância de o educador estar em constante aprendizado, sendo ininterrupto em seus estudos, garantindo para si e para seus alunos embasamento teórico, que busque atender as necessidades de todos. Indagou-se, portanto, se houve formação continuada visando atendimento especializado para crianças com deficiência. Tendo em vista a fala de cada uma das professoras, constata-se a importância da formação continuada para o trabalho inclusivo, pois para oferecer uma educação qualificada, cada uma delas procurou dar continuidade nos seus estudos, a fim de contribuir de maneira positiva para o desenvolvimento de seus alunos. Dessa forma, destaca-se a necessidade da formação continuada que tem a função de auxiliar na superação do trabalho docente, visando uma inclusão de qualidade. É na escola e com o trabalho principalmente do professor regente, que serão formados novos cidadãos. Com o trabalho da educação inclusiva, o maior propósito é fazer com que os alunos com deficiência se sintam incluídos na sociedade, porém, com o trabalho de excelência do professor, a transformação ocorrerá na turma toda. Uma vez que todos aprenderão a respeitar e serem respeitados por suas diferenças. Foi questionado a opinião dos participantes da pesquisa sobre como deveria ser a formação do professor voltada para a inclusão. Notou-se, portanto, que houve uma crítica voltada para a sua formação inicial, pois de acordo com o seu ponto de vista, durante a graduação, os alunos trabalham mais com a teoria do que com a prática, ainda de acordo com a docente, é na prática e nas vivências que são adquiridas experiências. A pesquisa respondeu expressivamente à pergunta norteadora, pois, conforme analisado, ainda que o professor não tenha qualificação especializada para trabalhar com



X Encontro de Pedagogia
do Litoral Paranaense

X Encontro de Pedagogia do Litoral Paranaense (EDEPE)

29-30 de novembro, 1º de dezembro 2021

*“Escola, Democracia e Universidade:
Emancipação, Humanização e Libertação”*

Colegiado de Pedagogia



UNESPAR
Universidade Estadual do Paraná

alunos com deficiência, os mesmos ficam à mercê das políticas públicas, que não oferece uma qualificação especializada para os docentes, a fim de contribuir com o melhor desenvolvimento do ensino em sala de aula. Tendo em vista todos os percalços para uma educação de qualidade e com equidade, a perspectiva dos professores para o desenvolvimento de uma inclusão é positiva, pois todas as docentes que contribuíram com a pesquisa, não se acomodaram e procuraram cursos específicos e pós-graduação que atendessem a demanda da inclusão. Desta maneira, mesmo com dificuldades, todas conseguem dar atendimento aos alunos incluídos em sua turma de ensino regular. O que se pode perceber, é que a hipótese levantada foi confirmada, pois conforme as questões foram sendo respondidas, observou-se que há dificuldades ao trabalhar com a educação inclusiva e os principais desafios são: falta de qualificação para trabalhar na área, má aceitação da família e pouca participação dos mesmos no processo de ensino aprendizagem da criança, grande número de alunos em sala de aula com níveis de aprendizagem diferenciados e falta de uma metodologia que busque atender a todos com qualidade. Deste modo, conclui-se, que para atuarem em salas de inclusão, os docentes devem estar capacitados e principalmente se sentirem preparados para atenderem alunos com deficiência, pois ao contrário disso, a inclusão do aluno não será bem-sucedida e o trabalho docente não será feito com qualidade, pois a falta de qualificação e preparo, impossibilita um desenvolvimento eficaz na aprendizagem do aluno e impede uma atuação íntegra do professor.

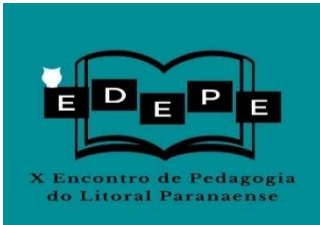
Palavras-chave: Educação inclusiva. Percepção de professores. Qualificação docente. Desenvolvimento e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

KASSAR, M. D.; REBELO, A. S. Abordagens da Educação Especial no Brasil entre final do Século XX e início do século XXI. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.24, Edição Especial, p.51-68, 2018.

MANTOAN, M. T. **Inclusão escolar: O que é? Por que? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MENDES, E. G. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educacion y Pedagogia**, Medellín, v.22, n. 57, p. 93-109, may/ago. 2010.



O EDUCANDO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: SUAS REALIDADES E NECESSIDADES

Lorena Ohana Souto de Oliveira
Unespar/Paranaguá, loorenaohana29@gmail.com

Elizabeth Regina Streisky de Farias
Unespar/Paranaguá, elizabeth.farias@unespar.edu.br

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que atende sujeitos que por vários motivos desistiram da sua formação escolar, com isso, o ensino tem como propósito garantir aos estudantes uma nova oportunidade de concluir seus estudos. Deve-se ter em vista que, a grande porcentagem desses alunos são trabalhadores e, a outra porcentagem são mães que desistiram para exercer a maternidade ou por falta de apoio da família. Esta pesquisa traz um breve levantamento a respeito da realidade e necessidades dos alunos que são inseridos na EJA, com objetivo de discorrer sobre o perfil do aluno da EJA, procurando salientar a realidade e necessidade que norteiam a vida do educando e debater aspectos que a integram na superação da dificuldade dos alunos em concluir seus estudos. A pergunta que norteou o trabalho foi: “Quais são os fatores que influenciam na conclusão dos estudos dos jovens e adultos na modalidade da EJA?”. Para responder a esta questão, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental com buscas feitas em artigos, dissertações, teses. Bem como nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394/96). Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), para Educação de Jovens e Adultos dividem essa modalidade por três funções: a equalizadora que dá o direito de o aluno estudar novamente, restaurando um direito a ele que foi negado. A função equalizadora, onde além de estabelecer o direito à educação para todos, também estabelece a igualdade de oportunidades para todos, ou seja, o objetivo é preparar o aluno para se inserir no mercado de trabalho. Por último, a função qualificadora onde estabelece a educação permanente, onde tem como princípio o potencial de desenvolvimento e adequação. A EJA, passou por um processo histórico ao longo dos tempos para chegar nos dias de hoje. Tudo se iniciou em 1930 com a ideia de atender a mão de obra industrial. A partir disso, em 1947 foi lançada a Campanha de Educação de Adultos, no qual o objetivo era diminuir o analfabetismo, mas infelizmente não obteve bons resultados. Após isso, aconteceu outro marco histórico em 1950, que foi demarcada pelo governo populista, que trouxe complementos sobre a educação de adultos. Já em 1958, o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, trouxe propostas de reavaliação, teorização e metodologia para a modalidade da EJA, partindo dos princípios de Paulo Freire. Na década seguinte, nos anos 1960, criou-se a lei nº 4.024/61. Em 1964, foi aprovado o Plano Nacional de Alfabetização, que era um projeto de programas de alfabetização baseados em proposta de Paulo



X Encontro de Pedagogia
do Litoral Paranaense

X Encontro de Pedagogia do Litoral Paranaense (EDEPE)
29-30 de novembro, 1º de dezembro 2021
"Escola, Democracia e Universidade:
Emancipação, Humanização e Libertação"
Colegiado de Pedagogia



Freire, mas infelizmente foi interrompido devido ao golpe militar. Já em 1970, criou-se um outro projeto chamado MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), que durou cerca de aproximadamente vinte anos, onde retornou a ideia de formar mão de obra para as indústrias, a sua prática era mantida por leitura e escritas descontextualizadas. Em 1985 o MOBRAL se tornou EDUCAR (MEC), que recebia apoio financeiro por meio de Organizações não Governamentais (ONGs). Quanto ao perfil do aluno pode-se afirmar que é formado por uma grande porcentagem de trabalhadores que, por algum motivo, não conseguiram concluir seus estudos no tempo certo, com isto, estão procurando uma nova oportunidade de concluir, já a outra porcentagem são mulheres, mães de famílias, que tiveram que desistir ou sequer puderam cursar. Esse assunto aborda também o abandono escolar e suas razões. Essa questão do abandono escolar é um dos principais aspectos implícitos existentes na EJA, dessa forma, gera-se um problema educacional. Além desses fatores existem outros que causam o abandono escolar como: a falta de recurso para se manter nos estudos, ou seja, a questão de locomoção até as escolas. Muitas pessoas têm condições inadequadas para pagar meio de transporte e muitos não têm o seu próprio transporte. Ir a pé é um transtorno é inviável até porque a violência e o furto são fatores que podem acontecer nesse trajeto e, de alguma forma, se torna até um dos outros motivos de desistência dos alunos. Desta maneira, com essas sequências de fatores que causam a desistência dos alunos, foi criada a Ação Pedagógica Descentralizada (APED), em 2016. O programa tem como objetivo levar a educação para as escolas mais próximas. Por último, é a defasagem de conteúdo, ou seja, o aluno é matriculado em uma determinada série, mas não significa que o educando está apto ao nível de conhecimento pedagógico da seriação, até mesmo pelo fato que o aluno está muito tempo sem estudar, muitos saberes foram esquecidos ou nunca aprendidos. Com isso, cabe ao professor diagnosticar o nível de saber do aluno, e assim conduzir sua aula como o intuito de reparar essa defasagem, lembrando sempre que o aluno traz consigo saberes do mundo. Esse aspecto de defasagem é um aspecto muito interessante a ser discutido, para compreendermos a alfabetização e o letramento. Por muito tempo o intuito de alfabetizar os alunos da EJA era somente para preparar pessoas aptas para o desenvolvimento de mão de obra. Porém, com o passar dos anos, mudanças foram feitas e, a modalidade hoje se preocupa em desenvolver habilidades e competências que permitam inserir esses alunos na sociedade de forma igualitária. Levando isso em consideração, alfabetizar é proporcionar a ele o domínio da escrita e autonomia na leitura. Com isso, a escolha do que se ler e escrever tem que ser relevante na vida do aluno. Desta forma, o professor não deve ter apenas uma metodologia de ensino que garanta ao aluno a capacidade de ler e escrever. Assim, a defasagem de conteúdo não acontece, e se torna um desafio a menos para a dificuldade de conclusão na EJA. Por fim, aborda-se o papel dos professores na superação de dificuldades vividas pelo educando, isso significa que, o professor não é somente um repassador de conhecimentos, mas ele também é um investigador, que evidencia a realidade do aluno, ele se encarrega de buscar os desconfortos que o aluno tem ao frequentar a sala de aula, buscando os motivos que causam a desistência dos alunos e, assim, buscar melhores práticas. Para obter melhores resultados a essa pesquisa documental, foi feita uma pesquisa investigativa, com questionários feitos para professores da EJA, na qual realizaram-se perguntas sobre os próprios professores como sua formação, tempo de atuação na área e sua especialização. Também foram feitas perguntas referentes a concepção dos professores sobre a EJA, o perfil do aluno



X Encontro de Pedagogia
do Litoral Paranaense

X Encontro de Pedagogia do Litoral Paranaense (EDEPE)

29-30 de novembro, 1º de dezembro 2021

*“Escola, Democracia e Universidade:
Emancipação, Humanização e Libertação”*

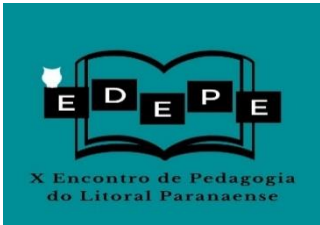
Colegiado de Pedagogia



UNESPAR
Universidade Estadual do Paraná

que cursa o ensino, os desafios encontrados dentro da modalidade, suas maiores dificuldades, como incentivar o aluno a continuar seus estudos, suas metodologias de ensino de aprendizagem, qual é o maior motivo de desistência e, por fim, como incentivar o aluno a continuar seus estudos. Observou-se que há várias necessidades de diferentes realidades dos alunos que interferem na progressão do aluno nos estudos. Enfim, diante de todo esse cenário a pesquisa foi importante na compreensão de que, por mais que se procure abranger nas leis e parâmetros a realidade é outra, o professor entra nesse contexto como um importante mediador por transformar sua sala de aula de acordo com a realidade de cada discente. De fato, o professor é o maior conhecedor dos discentes, faz-se necessário a voz do professor ser ouvida para que as leis possam ser aplicadas como intento de mudar, para tentar suprir as necessidades dos alunos.

Palavra-chave: Educação de Jovens e Adultos. Prática docente. Evasão escolar



O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – CAMPUS DE PARANAGUÁ EM TEMPOS DE PANDEMIA

Luany da Silva Santos
Unespar/campus Paranaguá, luanystantoos@gmail.com

Leociléa Aparecida Vieira
Unespar/campus Paranaguá, leocilea.vieira@uol.com.br

RESUMO

Este trabalho refere-se ao estágio supervisionado no curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná – Campus de Paranaguá em tempos de pandemia, o qual foi redirecionado a uma nova proposta pedagógica para a formação à docência, considerando, assim, o ensino remoto por meio de plataformas digitais para a oferta do estágio supervisionado obrigatório. O presente estudo tem como objetivo analisar essa oferta do estágio remoto, bem como refletir sobre os seus desafios e identificar os resultados para a formação de professores. Foi adotado como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo, na qual se recorreu a diversas leis homologadas, artigos e trabalhos acadêmicos que tratam da temática em questão e, para a coleta de dados, utilizou-se formulários aplicados aos acadêmicos estagiários do referido curso no período de 2020-2021, totalizando quinze alunos, os quais durante o momento de pandemia causada pela Covid-19, foram redirecionados a uma nova proposta pedagógica para o cumprimento do estágio supervisionado obrigatório para a formação à docência. De acordo com Pimenta e Lima (2006), o estágio supervisionado consiste num campo de conhecimento, sendo considerado um espaço de aprendizagem da profissão docente e de construção da identidade profissional, devendo ser atribuído um estatuto epistemológico que supere a visão que o reduz a parte prática dos cursos de formação, constituindo-o como práxis, podendo assim se transformar numa atividade de pesquisa, a qual envolve a investigação e a reflexão. Desta forma, o estágio supervisionado se configura como um momento essencial na formação dos docentes, pois proporciona uma aproximação com seu campo de atuação profissional e, conseqüentemente, situações de reflexão, investigação, conhecimento, diálogo, dentre outras coisas que atribuem aos acadêmicos um ganho pedagógico imensurável. O curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná – Campus de Paranaguá, em seu Projeto Pedagógico Curricular (PPC) compreende o estágio supervisionado como uma atividade integradora (teoria-prática), que possibilita ao acadêmico ir a campo e

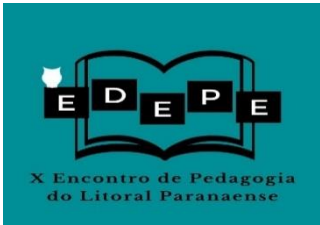


X Encontro de Pedagogia
do Litoral Paranaense

X Encontro de Pedagogia do Litoral Paranaense (EDEPE)
29-30 de novembro, 1º de dezembro 2021
"Escola, Democracia e Universidade:
Emancipação, Humanização e Libertação"
Colegiado de Pedagogia



articular a prática pedagógica com os conhecimentos teóricos aprendidos em sala de aula e, assim, prevê o estágio supervisionado como componente curricular obrigatório, o qual está em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96, e as Resoluções CNE/CP nº 1/2006 e CNE/CP nº 2/2015 (UNESPAR, 2018). Esta disciplina tem como propósito formar o profissional da educação um pesquisador, capaz de compreender e problematizar as situações observadas em sala de aula e, assim, formular suas próprias opiniões a respeito, abrindo espaço para novas práticas pedagógicas. No PPC do curso, a carga horária estabelecida para a disciplina do estágio supervisionado é distribuída de modo a possibilitar uma relação entre teoria e prática dos conhecimentos adquiridos nas disciplinas que compõem a sua grade curricular. Assim, é destinado 440 horas para o estágio supervisionado, a serem realizados a partir do terceiro ano do curso, devendo ser, obrigatoriamente, em instituições públicas de ensino, localizadas no município de Paranaguá. Diante do contexto do ano de 2020, onde a humanidade foi assolada pela pandemia causada pelo novo coronavírus (SARS-Cov-2) e o consequente isolamento social, foi preciso reinventar a vivência dos licenciandos no estágio supervisionado, já que os mesmos não puderam vivenciar os fenômenos reais que acontecem na sala de aula. Para diminuir esse impacto na formação dos acadêmicos de licenciatura em Pedagogia, os estágios tiveram que se adaptar ao ensino remoto por meio das plataformas digitais, tendo em vista que as escolas, tanto as públicas quanto as privadas, estavam fechadas para a realização da regência de classe presencialmente. Desta forma, o curso de Licenciatura em Pedagogia da Unespar – Campus de Paranaguá, passou a seguir o parecer aprovado pelo Ministério da Educação, por meio da Resolução nº 024/2020 – CEPE/UNESPAR (UNESPAR, 2020), a qual aprova as normas para a realização do estágio supervisionado e atividades práticas de forma remota. Assim, o estágio supervisionado foi concretizado de forma totalmente *online*, por meio da realização de Projeto de Aplicação, Plano de aula e estudos bibliográficos que tratam da prática pedagógica e também, sobre a importância do estágio supervisionado na formação de professores, servindo de embasamento para as práticas de construção e reconstrução do conhecimento docente. A pesquisa de campo foi realizada neste trabalho com o intuito de tomar conhecimento das percepções dos acadêmicos estagiários sobre o estágio supervisionado obrigatório realizado de forma remota. Os resultados obtidos por meio desta pesquisa evidenciam que, os acadêmicos reconhecem o estágio supervisionado como um momento imprescindível na formação docente, onde é possível colocar em prática os conhecimentos teóricos adquiridos nas disciplinas ao longo do curso, bem como refletir sobre essa prática e ter a certeza ou não da sua escolha profissional. Além disso, admitem a grande importância das disciplinas do curso de Licenciatura em Pedagogia, pois acreditam que as mesmas proporcionam o suporte necessário para a realização das atividades desenvolvidas no estágio supervisionado, bem como a reflexão desta prática. No entanto, os acadêmicos esperavam vivenciar a realidade real da escola e, de forma remota, isso foi impossibilitado, fazendo com que os conhecimentos e aprendizados na área fossem de certa forma reduzidos. Mas, por outro lado, oportunizou grandes momentos de informação e reflexão, bem como novas possibilidades para o processo de ensino e aprendizagem. Para aqueles acadêmicos que nunca tiveram contato com o ambiente escolar, o sentimento foi de frustração por não ter tido a oportunidade de interagir diretamente com a complexidade do cotidiano escolar. Por outro lado, alguns acadêmicos não se sentiram tão afetados com toda essa situação do estágio remoto, pois já tiveram outras experiências no ambiente escolar. Em



relação aos desafios enfrentados pelos acadêmicos durante a realização do estágio supervisionado remoto, onde todos os envolvidos neste processo tiveram que se reinventar para dar continuidade ao ensino, foram apontados diversos problemas, como a falta de acesso à internet ou aparelho eletrônico, problemas psicológicos, falta de privacidade em casa, falta de comunicação com o local de estágio, dentro outros, que também afirmam não ter tido nenhum desafio durante este período. Nesse sentido, é importante ressaltar que a Unespar ofereceu alguns suportes aos acadêmicos, como o empréstimo de aparelhos celulares, oferta de cestas básicas e apoio psicológico, o que foram de grande valia para aqueles que precisavam de tal ajuda. A maioria dos acadêmicos estagiários apontaram o seu aproveitamento no estágio remoto como regular, haja vista, que ninguém estava preparado para enfrentar uma pandemia e suas complicações, que impossibilitaram os acadêmicos estagiários de conhecerem de perto a realidade escolar e os seus desafios. É importante ressaltar então que, o estágio supervisionado realizado por mediação tecnológica, foi a única solução encontrada, diante do momento atípico, para o cumprimento da carga horária obrigatória, sendo efetivado dentro das possibilidades. Desta forma, é possível afirmar que o estágio supervisionado realizado de forma remota, acabou limitando a experiência e a aprendizagem dos acadêmicos no seu futuro campo de atuação, visto que os objetivos previstos no projeto de estágio do curso, não puderam ser desenvolvidos em sua plenitude, o que impossibilitou que as atividades desenvolvidas fossem tão significativas quanto o esperado. De fato, o estágio supervisionado oportuniza uma experiência mais significativa quando realizada de maneira presencial, pois há experiências e aprendizados que somente a realidade do ambiente escolar pode proporcionar. Por outro lado, apesar das dificuldades presentes nesse período, tanto para os discentes quanto para os docentes, a disciplina de estágio supervisionado, dentro do possível, contribuiu significativamente para o desenvolvimento de habilidades consideradas importantes para a prática do educador, o qual precisa ter compreensão do conhecimento em suas diferentes dimensões. É importante ressaltar ainda que, na medida do possível, os professores se esforçaram ao máximo para que os acadêmicos não fossem tão prejudicados diante desta situação, fazendo com que todas as atividades desenvolvidas durante o estágio supervisionado obrigatório contribuíssem de alguma maneira para a formação desses professores. Contudo, essa formação inicial não pode ser considerada pelos acadêmicos como um processo único para se adquirir conhecimentos e habilidades necessárias a prática docente. É de extrema importância buscar a formação continuada, a fim de atender as necessidades profissionais, sociais e pessoais, buscando sempre a melhoria do processo educativo.

Palavras-chave: Estágio supervisionado. Formação acadêmica. Pandemia. COVID-19.

REFERÊNCIAS

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência: diferentes concepções. **Revista Poíesis**, v. 3, p. 5-24, 2006.



X Encontro de Pedagogia
do Litoral Paranaense

X Encontro de Pedagogia do Litoral Paranaense (EDEPE)

29-30 de novembro, 1º de dezembro 2021

*“Escola, Democracia e Universidade:
Emancipação, Humanização e Libertação”*

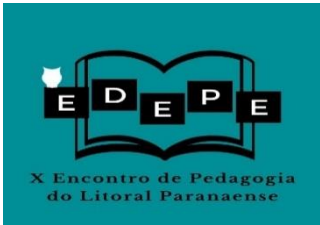
Colegiado de Pedagogia



UNESPAR
Universidade Estadual do Paraná

UNESPAR. **Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Pedagogia da Unespar – Campus de Paranaguá.** 2018.

UNESPAR. **Resolução n° 024/2020 – CEPE/UNESPAR.** Disponível em: https://unespar.edu.br/a_reitoria/atos-oficiais/cepe/resolucoes/2020/resolucao-024-2020-procedimentos-para-o-estagio-supervisionado-e-atividades-praticas-de-forma-remota.pdf. Acesso em: 07 de maio de 2021.



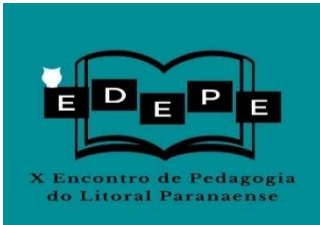
O ENSINO RELIGIOSO NO LITORAL DO PARANÁ NA PERSPECTIVA DO CONCEITO DE LAICIDADE

Maria Taís Oliveira Santana
Unespar/campus Paranaguá, ma.tais@outlook.com

Federico Alvez Cavanna
Unespar/campus Paranaguá, federico.alvez@unespar.edu.br

RESUMO

Partindo do intuito de compreender e analisar o Ensino Religioso (ER) enquanto componente curricular nas escolas públicas do litoral do Paraná, bem como, sua presença nos documentos legais da educação básica, propomos inicialmente um breve contexto histórico para compreender a sua relação com o processo educacional brasileiro e paranaense até os dias atuais. Dessa forma, sabendo que o Brasil é um país repleto de diversidades culturais e religiosas, e diante tais variedades, a presença de contradições e discussões se desencadeia no decorrer da história da disciplina do Ensino Religioso. Desde o seu marco inicial no período colonial com a educação jesuítica, a qual desejavam impor dogmas da religião católica aos índios, e com o passar dos anos, passou-se a perpetuar a educação com caráter confessional da religião católica, tida como a oficial do Império, onde era imposta como a única verdade a ser seguida por todos. Com a transição de Império para República, as grandes divergências acerca da igreja e suas intervenções propiciaram, de tal modo que os governantes criaram certos limites entre o Estado e a religião, entre a educação pública e a escolha pessoal religiosa a ser seguida. Atualmente, o conceito laico é assegurado na Constituição Federal de 1988, a qual proíbe o Estado de intervir em qualquer matéria religiosa ou criar preferências e diferenças. Não obstante, a leitura e aplicação sobre o conceito de laicidade mantém debates e disputas. Os conhecimentos, teorias e registros apresentados no trabalho podem ser compreendidos como pesquisa bibliográfica. Parte das contribuições de intelectuais sobre o ensino religioso e o conceito de laicidade. Nessa linha, para levantamento de informações sobre a prática da docência do ER no Litoral do Paraná, realizamos uma pesquisa de campo por meio de entrevistas estruturadas e virtuais, enfatizando a abordagem qualitativa para visar a interpretação dos relatos. Os alcances da pesquisa evidenciaram que os professores buscam abordar a diversidade religiosa e de consciência em sua práxis, com base nos Referenciais Curriculares Nacionais (RCNs), materiais da Secretaria de Estado e de Educação (SEED) e Diretrizes Curriculares Nacionais

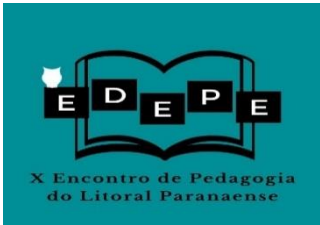


X Encontro de Pedagogia do Litoral Paranaense (EDEPE)
29-30 de novembro, 1º de dezembro 2021
*“Escola, Democracia e Universidade:
Emancipação, Humanização e Libertação”*
Colegiado de Pedagogia



(DCN's), e que diante dos desafios de intolerância em sala procuram solucionar com conhecimento científico e ética.

Palavras-chave: Ensino Religioso. Laicidade. Litoral do Paraná.



QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DE PROFESSORES DO LITORAL DO PARANÁ

Mayvillis Cristine Pires da Conceição
Unespar/campus Paranaguá, mayvilliscristinepires@gmail.com

Denise Maria Vaz Romano França
Unespar/Campus Paranaguá, denisefranca77@gmail.com

RESUMO

O trabalho assume, na vida das pessoas, papel muito maior que o de ser provedor, renda ou de subsistência. Pode ser considerado como fonte de satisfação e indicador da própria identidade da pessoa que trabalha. A Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), é estudada por muitas áreas, que se dedicam a construção do conhecimento. Por ser um campo bastante subjetivo, as suas delimitações permanecem sem consenso, no entanto, há uma certa convergência para relacionar qualidade de vida no trabalho como fonte de satisfação, saúde e bem-estar dos trabalhadores. Como diz Godinho (2018, p. 31) "o trabalho é uma fonte de sentido importante para uma vida feliz, subjetiva ou socialmente. Tanto considerando o bem-estar subjetivo quanto o bem-estar coletivo [...]". São diversos agentes que influenciam e determinam a qualidade de vida no trabalho, a saúde e bem-estar. Pode-se eleger algumas questões que implicam diretamente na qualidade de vida no trabalho e geram desafios tanto por parte do trabalhador quanto por parte do empregador, tais como, os fatores: ambientais, organizacionais e comportamentais. Também os meios para se avaliar a qualidade de vida no trabalho são muito variados. Portanto, os estudos que se propõem a levantar a QVT de determinadas categorias laborais usam instrumentos diversos, mais ou menos abrangentes, em termos de conceituação de QVT. Referindo-se ao trabalho docente, mais especificamente, nas publicações atuais, observa-se uma tendência em analisá-la, considerando-se uma perspectiva menos associada à produtividade e mais aproximada à sensação de bem-estar, sentimentos e segurança no trabalho. A qualidade de vida dos profissionais docentes pode ser comprometida devido a várias questões, tais como: sobrecarga de tarefas, jornada de trabalho, condições ambientais do exercício profissional, diminuição de horas de lazer e convívio familiar para atender as demandas de trabalho, falta de reconhecimento e valorização profissional, que podem inclusive comprometer a saúde do professor (CRUZ; LEMOS, 2005; PIZZIO; KLEIN, 2015). A qualidade de vida no trabalho docente está fortemente relacionada às condições de saúde de professores e se constitui em, como já foi dito, uma área de abrangência e de interesse interdisciplinar. Este estudo teve como objetivo analisar a qualidade de vida no trabalho dos professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental Anos Iniciais, dos municípios do Litoral do Paraná (Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná). Para a avaliação da qualidade de vida utilizou-se o questionário, *Total Quality Work Life - TQWL-42*, elaborado no *Google forms* e distribuído por meio eletrônico aos docentes. Participaram voluntariamente vinte e oito professores



X Encontro de Pedagogia
do Litoral Paranaense

X Encontro de Pedagogia do Litoral Paranaense (EDEPE)
29-30 de novembro, 1º de dezembro 2021
"Escola, Democracia e Universidade:
Emancipação, Humanização e Libertação"
Colegiado de Pedagogia



da rede pública de ensino do Litoral do Paraná, com média de idade de 43,92 anos, com média de tempo de serviço de 10,76 anos. O questionário foi desenvolvido para que se avalie a qualidade de vida no trabalho de uma forma global, nos moldes dos questionários desenvolvidos para avaliação da qualidade de vida WHOQOL e WHOQOL *breaf* da Organização Mundial da Saúde, sem ter um domínio prevalente, como ocorre nos outros instrumentos desenvolvidos para se avaliar a qualidade de vida no trabalho. Tal questionário possui quarenta e sete perguntas, sendo cinco de identificação e quarenta e duas sobre qualidade de vida no trabalho, distribuídas nas áreas biológica e fisiológica, psicológica e comportamental, sociológica e relacional, econômica e política, ambiental e organizacional. O instrumento, questionário, *Total Quality Work Life* (TQWL-42) foi desenvolvido por Pedroso (2010), é um instrumento com avaliação da sua consistência interna validada estatisticamente com a aplicação do coeficiente alfa de Cronbach, que resultou em um coeficiente de 0,85. (PEDROSO et al., 2014). O coeficiente alfa de Cronbach é uma ferramenta estatística que quantifica, numa escala de 0 a 1, a confiabilidade de um questionário. O valor mínimo aceitável para se considerar um questionário confiável é 0,7. (ALMEIDA et al., 2010). Para a análise dos resultados utilizou-se ferramenta sintaxe SPSS e do TQWL-42 disponibilizado pelo autor, pessoalmente, para análise estatística dos resultados obtidos. O autor sugere para a análise dos resultados do TQWL-42, a utilização da escala de classificação da qualidade de vida no trabalho proposta por Timossi et al. (2009), em que um ponto central (50), caracteriza o nível intermediário da qualidade de vida no trabalho, enquanto os valores abaixo e acima desse ponto central, compreendidos são caracterizados, como insatisfação e satisfação, respectivamente. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNESPAR. A análise dos resultados revela que de modo geral os docentes pesquisados referem um nível satisfatório de qualidade de vida. Analisando-se as esferas isoladamente, encontra-se escores de qualidade de vida no trabalho com tendência ao insatisfatório, na esfera biológica/fisiológica e escores satisfatórios na esfera psicológico/comportamental. Os menores escores obtidos são da esfera biológica, que se refere aos seguintes indicadores: disposição física e mental, ou seja, disposição que o indivíduo possui para a realização do seu trabalho; capacidade de trabalho, que diz respeito à capacidade de realizar com eficácia as tarefas que lhe são incumbidas no cargo; serviços de saúde e assistência social disponibilizados pela empresa, tais como: atendimento médico, odontológico e psicológico e tempo de repouso que é tempo disponível para dormir/descansar entre um dia de trabalho e outro. Já os maiores escores se situam na esfera psicológica comportamental. Essa esfera Psicológica/Comportamental que se constitui dos seguintes aspectos: autoestima que é a avaliação que o indivíduo faz de si mesmo no ambiente laboral; significância da tarefa o quanto o indivíduo percebe a importância do seu trabalho e o julga significativo para a empresa e/ou para a sociedade; o *Feedback* ou retroinformação do desempenho no trabalho do indivíduo, esclarecendo o quão correto ou errado este vem sendo realizado; e o desenvolvimento pessoal e profissional nível com o qual a empresa incentiva e libera o indivíduo para aperfeiçoar o seu conhecimento no intuito de lhe possibilitar crescimento em nível pessoal e/ou profissional. O indicador de maior satisfação revelado na pesquisa foi o de segurança no emprego. Cabe ressaltar que esta pesquisa foi realizada com professores da rede pública de ensino e estes docentes são concursados, possuindo, portanto, direito à estabilidade funcional. Os resultados referentes aos menores escores, apontam as questões da carga de trabalho, tempo para lazer e tempo de repouso, corroboram os resultados obtidos em estudos como



X Encontro de Pedagogia
do Litoral Paranaense

X Encontro de Pedagogia do Litoral Paranaense (EDEPE)
29-30 de novembro, 1º de dezembro 2021
"Escola, Democracia e Universidade:
Emancipação, Humanização e Libertação"
Colegiado de Pedagogia



os de Oliveira (2017), que apontam a carga de trabalho, como determinantes de adoecimento profissional. Com relação ao tempo de repouso e tempo de lazer, por exemplo, Pizzio e Klein (2015) e Johanim (2018) mostram em seus trabalhos, que a jornada de trabalho dos professores transpassa as 40 horas semanais e sublinham ainda, a jornada dupla de trabalho experimentada pelas professoras, que associam à jornada de trabalho as atividades domésticas, lembrando que a quase totalidade dos pesquisados nesse estudo são do gênero feminino. Também corroboram esses resultados, o trabalho de Sguissardi e Silva Jr. (2018), que mostram inclusive, que os professores levam para casa tarefas profissionais, que para realizá-las ocupam horas noturnas e de final de semana. Outros aspectos que se apresentam significativamente negativos se referem aos serviços de assistência à saúde e social disponibilizados aos professores, bem como, benefícios extras, recursos financeiros e a autonomia. Conclui-se que a segurança no emprego e a relevância do trabalho docente representam forte significância e impacto positivo na qualidade de vida no trabalho docente e que devem ser incrementadas e apoiadas. Já a precariedade das condições de trabalho, a jornada de trabalho, as horas de lazer, os serviços de assistência à saúde, devem ser considerados com mais atenção para que o trabalho docente seja valorizado como deve.

Palavras-chave: Qualidade de vida no trabalho; Trabalho docente; Saúde dos Professores.

REFERÊNCIAS

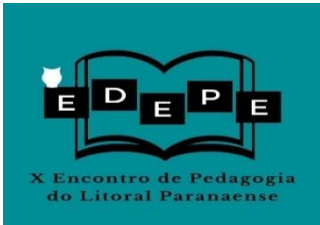
ALMEIDA, D.; SANTOS, M.A.; COSTA, A.B.F Aplicação do coeficiente alfa de Cronbach nos resultados de um questionário para avaliação de desempenho da saúde pública. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 30., 2010, São Paulo. **Maturidade e desafios da Engenharia de Produção: competitividade das empresas, condições de trabalho, meio ambiente.** São Carlos, 2010.

CRUZ, R. M.; LEMOS, J. C. Atividade docente, condições de trabalho e processos de saúde. **Motrivivência**, v. 27, n. 24, p.59-80, jun. 2005.

GODINHO, Luis Flávio Reis. **Sentidos do trabalho docente.** Cruz das Almas: UFRB, 2018.

JOHANIM, J. et al. Autonomia, carga de trabalho, equilíbrio entre vida profissional e desempenho entre professores. **International Journal Of Educational Management**, v. 32, n.1, p.107-120, 2018.

OLIVEIRA, M. A. M.; NEVES, I. de S. V.; PASCHOALINO, J. B. de Q.; RODRIGUES, S. Trabalho Docente: uma leitura dos professores na instituição da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (Teaching Work: a reading of the teachers in the institution of the Federal Network of Professional Scientific and Technological Education). **Crítica Educativa**, v. 3, n. 2, p. 127-143, 2017. car.br/index.php/criticaeducativa/article/view/150. Acesso em: 18 nov. 2021.



X Encontro de Pedagogia do Litoral Paranaense (EDEPE)
29-30 de novembro, 1º de dezembro 2021
"Escola, Democracia e Universidade:
Emancipação, Humanização e Libertação"
Colegiado de Pedagogia



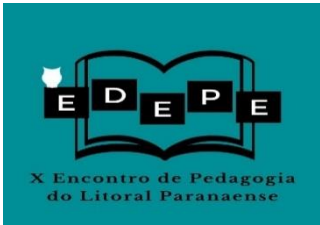
PEDROSO, Bruno. Desenvolvimento do Tqwl-42: Um Instrumento de Avaliação da Qualidade de Vida no Trabalho. UTFPR, p. 1-145, 27 jan. 2010.

PEDROSO, et al. Avaliação da Qualidade de vida no trabalho. **Revista de Salud Pública**, v. 16, dez.2014.

PIZZIO, A; KLEIN, K. Qualidade de vida no trabalho e adoecimento no cotidiano de docentes do ensino superior. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, n. 131, p. 493-513, abr.-jun., 2015.

SGUISSARDI, V.; SILVA JÚNIOR, J. R.. **O trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico**. 2. ed. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018

TIMOSSI, L.S; PEDROSO, B; PILATTI, L.A; FRANCISCO, A.C. Adaptação do modelo de walton para avaliação da qualidade de vida no trabalho. **Rev.da Educação Física** / UEM Maringá, v. 20, n. 3, p. 395-405, 3. trim. 2000



O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO EM TEMPOS DE PANDEMIA NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Rayssa Albino Ferreira
Unespar/campus Paranaguá, rayssaalbinoferreira@gmail.com

Danielle Marafon
Unespar/campus Paranaguá, danielle.marafon@unespar.edu.br

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo verificar como ocorre a alfabetização e o processo de letramento a partir das concepções e práticas dos pais em meio à adaptação ao método de ensino remoto. A leitura e a escrita fazem parte da formação cultural de todos, pois além de enriquecer o vocabulário, a leitura também pode estimular a imaginação, proporcionar descobertas e ampliar conhecimentos inimagináveis. Será apresentada uma breve história das políticas da alfabetização no Brasil e das leis direcionada para o aperfeiçoamento das escolas no quesito de aprendizagem dos alunos, avaliações realizadas de acordo com os programas desenvolvidos através dessas leis, como: a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) que serão analisadas as condições de ensino de três anos das escolas primárias na primeira edição, que foi considerado um programa piloto e anualmente foram realizados exames em faculdades e universidades para melhorar a qualidade de ensino, essa avaliação possui questões baseadas no nível de alfabetização e complexidade exigida para o terceiro ano do ensino fundamental, que apresenta a prova completa que o aluno deve responder. O Programa Mais Alfabetização que busca o cumprimento da determinação do Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que menciona que nos dois primeiros anos do ensino fundamental, esta é uma ação pedagógica escolar que deve ter como foco a alfabetização, que visa garantir as mais amplas oportunidades possíveis para que os alunos possam aproveitar de forma adequada o sistema de escrita do alfabeto para desenvolver as mais diversas maneiras de escrita e habilidades de leitura, e para atingir níveis elevados em diferentes práticas de alfabetização, o seu principal objetivo é fortalecer e apoiar unidades escolares de alfabetização e melhorar as habilidades de leitura, escrita e matemática de alunos do ensino fundamental da primeira à segunda série. Para fazê-lo corretamente, o Ministério da Educação é obrigado a garantir apoios suplementares durante os períodos normais e a disponibilizar aos alfabetizadores um auxiliar de alfabetização durante, pelo menos, cinco horas semanais nas unidades escolares consideradas não vulneráveis que reconhece o papel importante que o professor tem no processo de mediação e busca o cumprimento da determinação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) onde seu principal objetivo é fortalecer e apoiar unidades escolares de alfabetização e melhorar as habilidades de leitura, escrita e matemática de alunos do ensino fundamental da primeira à segunda série. O processo de formação do PNAIC visa ampliar a discussão sobre a alfabetização na perspectiva do letramento, o programa também contribui para a melhoria da qualidade do processo de formação continuada para o desenvolvimento crítico e reflexivo de alfabetizadores, onde está apoiado em quatro



X Encontro de Pedagogia
do Litoral Paranaense

X Encontro de Pedagogia do Litoral Paranaense (EDEPE)
29-30 de novembro, 1º de dezembro 2021
*“Escola, Democracia e Universidade:
Emancipação, Humanização e Libertação”*
Colegiado de Pedagogia



eixos, e é a partir desses eixos, é definido um conjunto de conhecimentos e habilidades matemáticas, também consideradas necessárias para o letramento matemático, e espera-se que a ferramenta seja adequada para essa faixa etária. Uma escola primária destinada a alfabetizar todas as crianças matriculadas na terceira série, com prazo até 2024. O desenvolvimento do PNAIC se dá por meio da ação da parceria entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o Ministério da Educação Básica, por meio da divulgação dos apelos dos nossos titulares nacionais de direitos autorais para enfeitar os lançamentos de obras literárias, o que pode efetivamente aumentar a contribuição da alfabetização no âmbito do PNAIC. Após todo o contexto de políticas públicas do contexto da educação será abordado as adaptações realizadas com o advento da pandemia do covid-19, rapidamente os educadores e os pais precisaram se adaptar à nova realidade que é o ensino remoto, bem como enfrentar os desafios causados por esta pandemia. Desse ponto de vista, é muito importante questionar as condições em que ocorre o processo de alfabetização e como este desempenho foi afetado pela pandemia uma vez que algumas escolas não têm materiais para desenvolver tal tarefa já que a rotina foi alterada e foi preciso desenvolver outra forma de dar aula e principalmente de alfabetizar os alunos, pois na aprendizagem é necessário o desenvolvimento da linguagem oral e escrita, por isso é indispensável utilizar estratégias para exercer a comunicação e estimular a motivação para a leitura. As escolas precisam rever os métodos de ensino e de alfabetização e também se adaptar a realidade da pandemia, por isso precisam compreender as dificuldades que enfrentam e a realidade de cada aluno nesse período, uma vez que as aulas precisarão acontecer, e a atividade terá que serem entregues, então precisou discutir como foi a adaptação dos pais, uma vez que precisará adequar seu tempo com o do seu filho para que seja o auxiliador do aluno nas aulas síncronas, já que a alfabetização e a construção do conhecimento não são apenas acúmulo de informações sem sentido para as crianças, todo o processo requer esforço e materiais metodológicos que agregarão para o desempenho dos alunos e também o relacionamento construído da escola com os pais dos alunos, mesmo sabendo que já é um fator importante mas que no momento pandêmico são eles que auxiliarão seus filhos para que a alfabetização não tenha um resultado de retrocesso, será de suma importância a participação dos responsáveis para que a criança consiga continuar no seu desenvolvimento cognitivo. Portanto, as seguintes questões são feitas para nortear esta pesquisa: Quais são os desafios que os pais e professores enfrentam no ciclo de alfabetização? Quais estratégias os professores usam para promover a alfabetização e a alfabetização dos alunos na modalidade de ensino à distância? Os pais conseguiram se adaptar à nova realidade de ensino a distância e puderam apoiar os seus filhos no processo de alfabetização e letramento? Todas essas questões devem ser consideradas nesse processo para entendermos o nível de dificuldade e de flexibilidade que a alfabetização para se adaptar em uma fase jamais vivida, se o direito da criança de ter acesso às escolas independente da questão geográfica que se vive foi preservada, Quanto ao referencial teórico-metodológico da pesquisa, a pesquisa bibliográfica é utilizada como base para o autor que trata do assunto, por exemplo: Almeida (2011) Brasil (2017); Carvalho (2010); Franchi (2012); Ferreira (2011); Freire (1989); Moore (2009); Teborowski (2001); Suarez (2004), bem como diversos outros que agregarão para que o trabalho seja desenvolvido. A pesquisa é qualitativa onde foram coletados os dados sobre questões relacionadas ao tema junto a pais e professores por meio de um questionário para esclarecer e compreender algumas das questões relacionadas aos



X Encontro de Pedagogia
do Litoral Paranaense

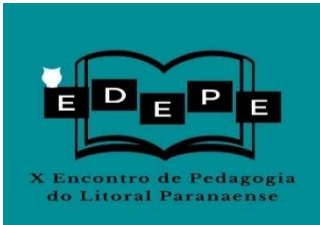
X Encontro de Pedagogia do Litoral Paranaense (EDEPE)
29-30 de novembro, 1º de dezembro 2021
*“Escola, Democracia e Universidade:
Emancipação, Humanização e Libertação”*
Colegiado de Pedagogia



UNESPAR
Universidade Estadual do Paraná

métodos utilizados pelos professores no ciclo de alfabetização bem como entender como foi para o responsável do aluno auxiliar e acompanhar a alfabetização dos seus filhos, a pesquisa depois de concluída será estudada para que assim, consigamos discutir todo o resultado desse novo processo que ocorreu durante o período pandêmico. Por fim, caberá a este trabalho realizar a discussão clara diferenciação e constatação dos métodos e procedimentos de letramento e alfabetização, diferenciando o processo de cada um, trazendo a importância dos mesmos e mostrando a eficiência dos dois juntos no processo de aprendizagem da criança, pois mesmo que não sejam iguais, precisam andar em conjunto e os identificando dentro da realidade pandêmica, entendendo que os alunos já trazem sua bagagem de culturas, histórias, costumes que devem ser considerados e principalmente respeitados, e em conjunto com os seus pais, a escola iniciará um procedimento jamais realizado, com muitos desafios a serem enfrentados, tanto pela escola quanto pelos pais desses alunos que precisarão acompanhar seus filhos diariamente e alterar sua rotina para que o processo de alfabetização seja realizado. Com todos os levantamentos realizados através da pesquisa qualitativa que foi realizada em uma das escolas do município de Paranaguá, será possível concluirmos como a pandemia atingiu o processo de alfabetização e de como esse processo foi demorado e de inúmeras dificuldades tanto para os pais, como também para os professores que não tinham experiência com o ensino remoto e que tiveram que se adaptarem rapidamente as novas plataformas de ensino e de novos instrumentos de trabalho. Diante desse fato, todo educador deve ter um embasamento teórico para que possa registrar o processo que pode despertar a consciência e a criatividade dos jovens e alunos, principalmente os métodos que querem aprender mais e descobrir processos mais interessantes. Para a realização de todos esses processos, os educadores devem estar equipados com materiais didáticos que podem ser estabelecidos por meio de debates entre os alunos, com o objetivo de investigar todo o conhecimento adquirido com os alunos e o uso do vocabulário.

Palavras-chave: COVID-19. Letramento. Alfabetização



O PAPEL DO ESTÁGIO NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR

Renata Cristina da Cunha
Unespar/Paranaguá, recunhacristina@gmail.com

Elizabeth Regina Streisky de Farias
Unespar/Paranaguá, elizabeth.farias@unespar.edu.br

RESUMO

O estágio supervisionado obrigatório oferta ao acadêmico, momentos de reflexão e articulação entre o falado e vivido (MAGALHÃES, 2009). Neste sentido, se faz cada vez mais necessária a discussão de caráter político e social da formação dos professores para que haja uma noção ampla da realidade escolar. Assim, o estágio é essencial para apresentação da teoria, prática e realidade ao acadêmico. Melo (2014), ressalta que o estágio passou de disciplina prática de aplicação de teoria para campo de conhecimento que articula teoria e prática numa perspectiva de práxis. A atividade do estágio é um dos pilares da formação acadêmica dos licenciandos, pois é por meio dele que o acadêmico tem a oportunidade de reconhecer os fundamentos teóricos, iniciar a sua prática e conhecer a realidade social de algumas escolas. A sua prática contribui significativamente para a formação acadêmica, principalmente, para aqueles que nunca tiveram contato com uma instituição escolar, por isso o presente estudo buscou abordar a importância do estágio na formação do professor. Com foco principal em compreender o impacto do estágio na formação acadêmica e profissional do professor; além de descrever o que é o estágio supervisionado e sua importância; identificar as leis do estágio nos cursos de licenciatura; analisar o curso de licenciatura plena em Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná-Campus Paranaguá e investigar como aconteceu a prática do estágio para os sujeitos da pesquisa. Para isso, realizamos uma pesquisa bibliográfica sobre a definição do estágio e sua importância com aprofundamento em autores como Pimenta e Lima (2002; 2005/2006 e 2008); Barreiro e Gebran (2006); Melo (2014), e análise de artigos, dissertações e teses. Também se utilizou da pesquisa documental, na busca da legislação sobre a regulamentação do estágio nos cursos de licenciatura, pela Lei Federal nº 11.788/2008; Resolução CNE/CP nº 01/2002 e a Resolução CNE/CP nº 02/2015, e também sobre o estágio supervisionado dentro da Universidade Estadual do Paraná-Campus Paranaguá, especificamente dentro do Curso de Licenciatura em Pedagogia com a análise do Projeto Político de Curso (2018) e o Estatuto da Unespar (2021). Se fez necessário o estudo de campo para analisar a percepção da importância do estágio supervisionado na formação acadêmica e a influência do mesmo na atual prática docente dos egressos e para isso usamos a pesquisa exploratória. Além disso esse tipo de pesquisa pode aprimorar ideias já existentes ou descobrir novas temáticas para abertura de discussões. No caso desta pesquisa, a intenção é aprimorar a ideia do estágio supervisionado dentro da Universidade Estadual do Paraná- Campus Paranaguá, tendo como parâmetro avaliativo as respostas dos sujeitos da pesquisa. Foi utilizado o formulário *Google Forms*, que foi

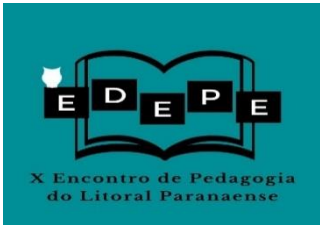


X Encontro de Pedagogia
do Litoral Paranaense

X Encontro de Pedagogia do Litoral Paranaense (EDEPE)
29-30 de novembro, 1º de dezembro 2021
*“Escola, Democracia e Universidade:
Emancipação, Humanização e Libertação”*
Colegiado de Pedagogia



enviado aos egressos do Curso de Pedagogia que se encaixam nos seguintes critérios: a conclusão do curso nos anos de 2018 ou 2019 e estar atuando profissionalmente na área de formação. O questionário era composto no total de dez perguntas, sendo cinco perguntas de respostas abertas e cinco de respostas fechadas, investigando de que forma se deu o estágio para cada indivíduo da pesquisa. Para análise dos dados coletados, usamos como critério de quantificação, semelhanças e oposições das respostas e para preservação da identidade dos sujeitos, foram nominados pelos números de respondentes do 1 ao 26, conforme se deu a ordem de preenchimento do formulário. Dos vinte e seis sujeitos que participaram da pesquisa, treze eram formandos de 2018 e treze formandos de 2019. Após a análise das respostas referente ao questionário foi verificado que vinte e cinco sujeitos apontam o estágio como essencial para sua formação devido a construção da experiência; a junção da teoria com a prática; momentos de reflexão e ação; contato com a realidade escolar e a criação da identidade profissional e apenas um sujeito não acha importante a prática do estágio para acadêmicos que já atuem efetivamente na área educacional. Todos os sujeitos afirmam que reconheciam essa importância, ainda durante a formação. Quanto à prática da análise crítica entre a turma e o professor de estágio acerca das práticas docentes dos professores observados em campo, vinte e dois sujeitos afirmam que essa análise acontecia de forma recorrente durante o curso e quatro sujeitos afirmam que essa prática não ocorria. Quando indagamos se a atual prática docente foi influenciada por outro professor, tanto os professores observados nos estágios quanto os professores que orientaram o estágio na universidade. Apenas quatro sujeitos afirmam que sua prática foi totalmente influenciada pelo dia a dia com o compartilhamento de experiência com os colegas de trabalho. Já a sexta pergunta interroga se o sujeito considera que o estágio supervisionado contribuiu para a sua prática docente. Do total, vinte e cinco pessoas consideram o estágio como essencial para a sua formação e prática profissional, pois ele oportunizou o contato com algumas etapas do ensino básico; para alguns, o ingresso nas instituições devido o contato como estagiário da universidade; possibilidade de uma avaliação pessoal se realmente havia aptidão para se tornar pedagogo e um preparo no breve conhecimento do chão da escola. Quanto à sétima pergunta questiona se eles acreditam que o fenômeno chamado de repetição de modelo existe e se acontece com frequência durante o curso. Nesse sentido, quinze sujeitos acreditam que seja correta a afirmação e que acontece de forma frequente com os egressos do curso de Pedagogia da Unespar– Campus Paranaguá. Porém, não podemos definir que os motivos específicos para que isso ocorra seja devido às metodologias da universidade ou o comprometimento e comportamento do acadêmico. Dos demais indivíduos, onze dizem que a afirmação é correta que existe sim o modelo de repetição, mas que acreditam que não ocorre frequentemente no curso de Pedagogia, devido a diversos momentos de análise e reflexão que a universidade propõe aos seus acadêmicos. Existem sim a influência dos modelos na sua prática docente, mas que nenhuma execução é igual à outra. Na oitava questão perguntamos se o indivíduo achava que a situação de repetição de modelo havia acontecido na sua formação e dez sujeitos responderam que em algum momento aconteceu e dezesseis sujeitos afirmam que não. Na penúltima pergunta, se foi possível reconhecer em campo os fundamentos apresentados e refletidos na teoria, vinte e um egressos afirmaram que sim e cinco afirmaram que não foi possível esse reconhecimento. Concluímos que a tarefa de ofertar um estágio de qualidade ao acadêmico, é árdua. Pois demanda que a universidade consiga propiciar diversos

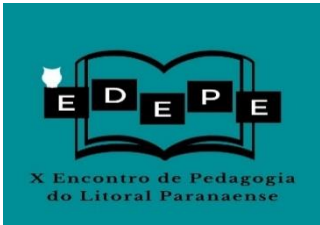


X Encontro de Pedagogia do Litoral Paranaense (EDEPE)
29-30 de novembro, 1º de dezembro 2021
*“Escola, Democracia e Universidade:
Emancipação, Humanização e Libertação”*
Colegiado de Pedagogia



momentos de reflexão, que seja pautado na teoria quanto na prática vivenciada pelos alunos, e para isso se faz necessário que o próprio acadêmico se coloque como sujeito ativo dessa discussão trazendo diálogos construtivos para dentro da sala de aula. Para que o aluno se coloque presente nesse diálogo, a universidade deve instigá-lo a reconhecer em campo, os estudos apresentados na sala de aula e que os mesmos façam ligação entre teoria, prática e realidade. Confirmamos, que dentro da Unespar-Campus Paranaguá, o estágio supervisionado é um dos elementos fundamentais para a formação do pedagogo, de maneira que por meio da pesquisa foi possível confirmar que a maioria dos formandos do ano de 2018 e 2019 reconhece esse elemento e que fazem uso dessa prática na sua formação profissional. Portanto, considera-se que o papel do estágio na formação do professor especificamente dentro do curso de Licenciatura em Pedagogia da Unespar-Campus Paranaguá é de oportunizar ao acadêmico um processo no qual ele possa se formar verdadeiramente um professor, refletindo sobre as práticas apresentadas a ele e tomando para si, de forma que ela se adapte a sua identidade profissional e assim, dificultando que o modelo de repetição ocorra na formação acadêmica. Muitos aspectos ainda podem ser incluídos nesse debate, não deixando de lado que é sempre necessário repensar sobre a prática do estágio e a maneira que ela ocorre dentro da academia, para que não se torne apenas uma obrigatoriedade burocrática, mas sim uma atividade com real sentido para a formação pedagógica e flexível conforme as necessidades da educação básica.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado. Prática. Teoria. Realidade. Identidade profissional.



VIII SEMINÁRIO EDUCAÇÃO, UNIVERSIDADE, DIVERSIDADE E INCLUSÃO

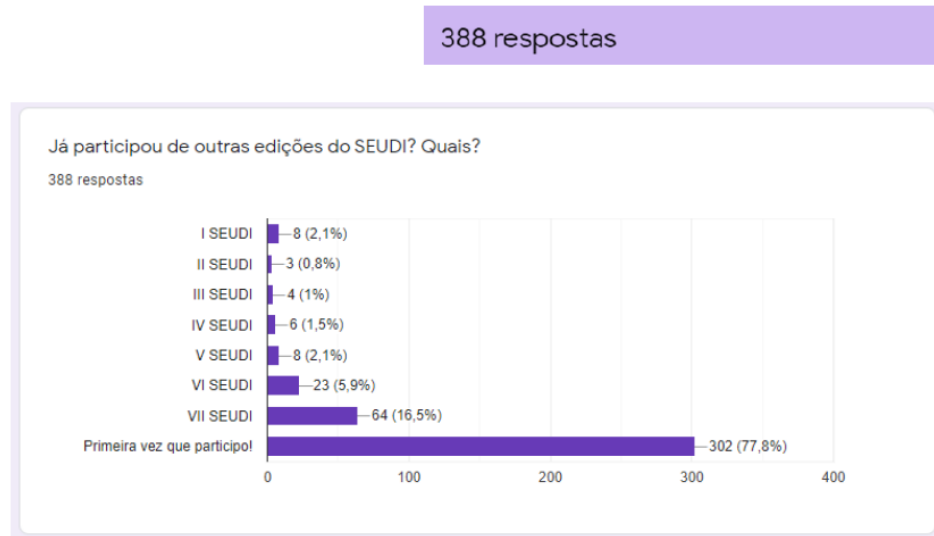
Roseneide Maria Batista Cirino
Unespar/Paranaguá, roseneide.cirino@unespar.edu.br

Victor Gabriel Castagnara
Unespar/Paranaguá, victorgabrielcastagnara@gmail.com

O Seminário Educação, Universidade, Diversidade e Inclusão, já em sua VIII edição, cada vez mais tem se constituído enquanto um evento central dentro do projeto maior de inclusão universitária da Universidade Estadual do Paraná (Unespar). Enquanto uma atividade de extensão, o SEUDI representa um espaço de troca de saberes, práticos e teóricos, de formação continuada dos profissionais da educação na área da educação especial inclusiva, mas principalmente um lugar de valorização e empoderamento das pessoas que historicamente foram, e ainda são, excluídas da universidade e do acesso à cultura acadêmica científica como um todo. Pelo segundo ano realizamos o evento na modalidade remota, por consequência ainda, da disseminação do Coronavírus. Depois de mais de um ano de isolamento social, enfrentamos agora o risco da disseminação generalizada de novas variantes do vírus. Isso tudo devido, principalmente à “negligência” por parte do Estado, que ao invés de investir recursos em um amplo projeto de proteção social, “optou” por financiar a estabilidade econômica e garantir o lucro dos ricos e milionários. A “negligência” é tão explícita, que neste período, até mesmo o atual Ministro da Educação, Milton Ribeiro declarou-se a favor da segregação das pessoas com deficiência, indo de encontro com o movimento internacional de inclusão. O ministro declarou também sua “opinião” sobre o acesso à Universidade, dizendo a “Universidade deveria, na verdade, ser para poucos, nesse sentido de ser útil à sociedade”. Com esta conjuntura, fica mais claro ainda a importância de espaços como o SEUDI, tempo-espaço de resistência, que afirma a bandeira da inclusão como um movimento de garantia de direitos universais e também da diversidade e democracia. A universidade pode e deve cumprir seu papel social de promover a educação enquanto prática da liberdade, como muito bem nos ensina Paulo Freire. Muito diferente da perspectiva utilitarista defendida pelo Ministro Ribeiro. O Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI) apoiou a realização desta edição de forma que os mestrandos tiveram oportunidade de compartilhar um pouco sobre seus temas de pesquisa e atuação profissional nas escolas da educação básica. Cada bloco também foi mediado por um professor. Esta abordagem integradora foi uma excelente oportunidade para promover a divulgação científica própria da UNESPAR, ou seja, sistematizar e compartilhar experiências de aprendizagens no campo da educação especial inclusiva. Os participantes do evento puderam interagir com os mestrandos tanto pelo chat do *Youtube*, quanto pelos formulários disponibilizados ao final de cada bloco. Apesar das limitações do isolamento, no sentido das possibilidades de interação social, o evento permanece gravado no Canal do Youtube da UNESPAR Campus Paranaguá. Sobre o público do evento,

considera-se que, conhecer o perfil dos participantes em uma atividade de extensão pode ser uma grande oportunidade e vantagem no sentido de que, quem apresenta algum conteúdo pode intencionar uma aproximação no campo semântico, facilitando a comunicação. Desta forma, já na ficha de inscrição desta edição solicitamos que os participantes respondessem também a algumas perguntas. Os resultados evidenciaram não somente aspectos específicos da VIII Edição do SEUDI, como também trouxeram uma ideia sobre a trajetória do evento como um todo. A partir do gráfico a seguir é possível refletir sobre os seguintes aspectos:

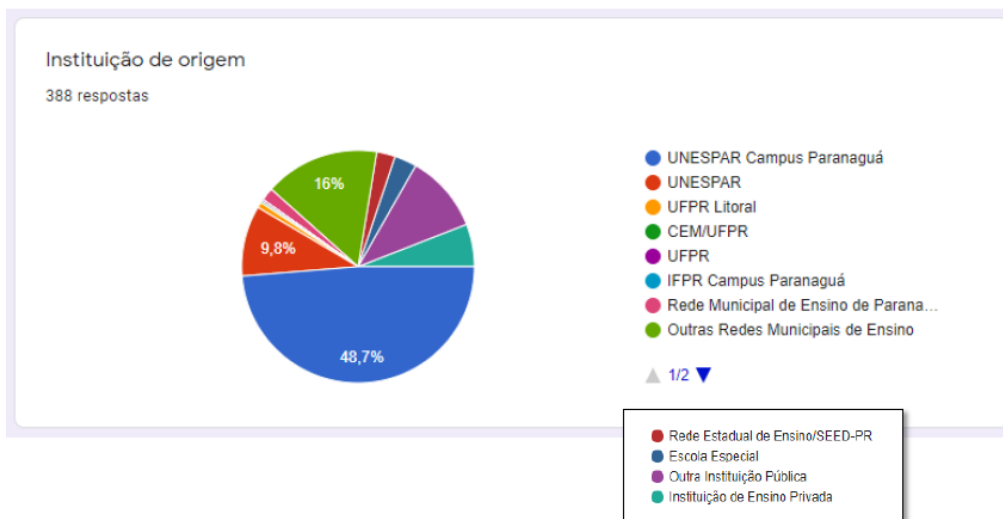
Gráfico 01. Já participou de outras edições do SEUDI?



Quais?

É possível notar que existe um núcleo docente estruturante do evento que vem acompanhando todas as edições, desde 2013. Também que a participação em anos consecutivos se dá em maior número dentro de um período da duração de uma graduação, quatro anos em média. Deste primeiro gráfico, mesmo que indiretamente, é possível destacar também o fato de que o formato remoto possibilitou que mais pessoas tivessem acesso ao evento, 388 inscrições neste ano e mais de 500 na VII edição. Aqui é possível perceber que este recurso de transmissão pode amplificar o alcance de eventos inclusive na modalidade presencial. Defendendo aqui a modalidade presencial como mais adequada para formação docente e também para as ações extensionistas da universidade, aprendemos com as duas últimas edições do SEUDI que as transmissões das atividades ao vivo amplifcam o alcance do conteúdo, e podem enriquecer a ação educativa. Tendo em vista que a maior parcela (48,7%) de participantes foi de estudantes da UNESPAR Campus Paranaguá, dos cursos de licenciatura, cabe refletir também sobre a participação de estudantes egressos. Será que o SEUDI continua sendo um lugar de referência no processo de formação continuada na área da educação especial inclusiva? Quais são os interesses e a representatividade de egressos em cada edição?

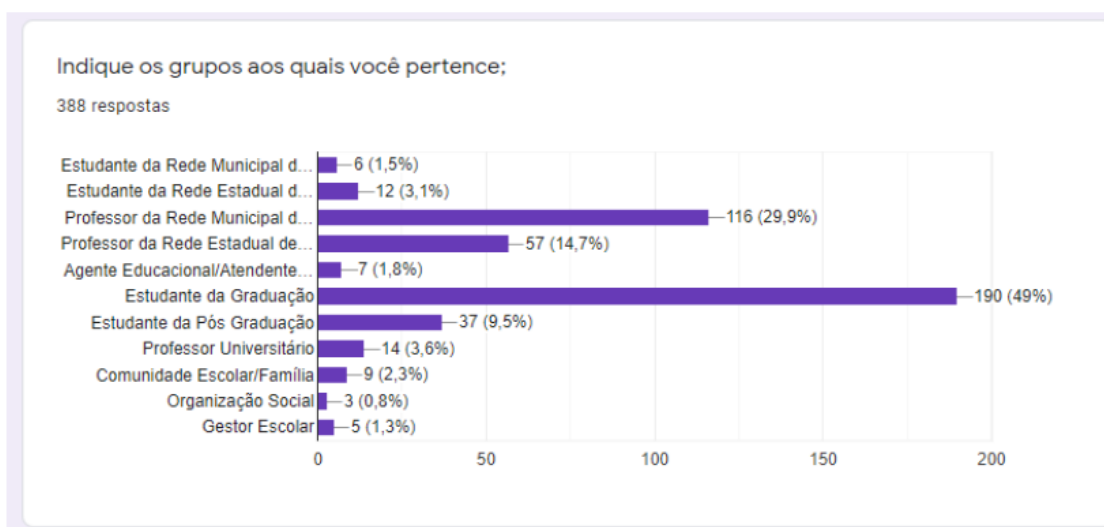
Gráfico 02. Instituição de



origem

Alguns questionamentos surgiram somente depois, quando os resultados dos formulários já estavam colocados, no entanto, considera-se importante este exercício de reflexão na/sobre ação, pensando na continuidade das atividades e na aprendizagem como um processo de busca, envolvimento e transformação. Os gráficos a seguir representam a Diversidade de participantes que se inscreveram no evento. Na pergunta que originou o Gráfico 03, cada um poderia indicar os grupos aos quais pertence. Os grupos todos pertencentes ao universo da educação escolar. Ficou evidente que os três grupos com maior presença são respectivamente: Os estudantes da Graduação; Os professores da Rede Municipal e; Os professores da Rede Estadual. Um indicativo de que o público alvo do SEUDI, de professores da Rede Básica e estudantes das licenciaturas, têm efetivamente participado das ações de extensão.

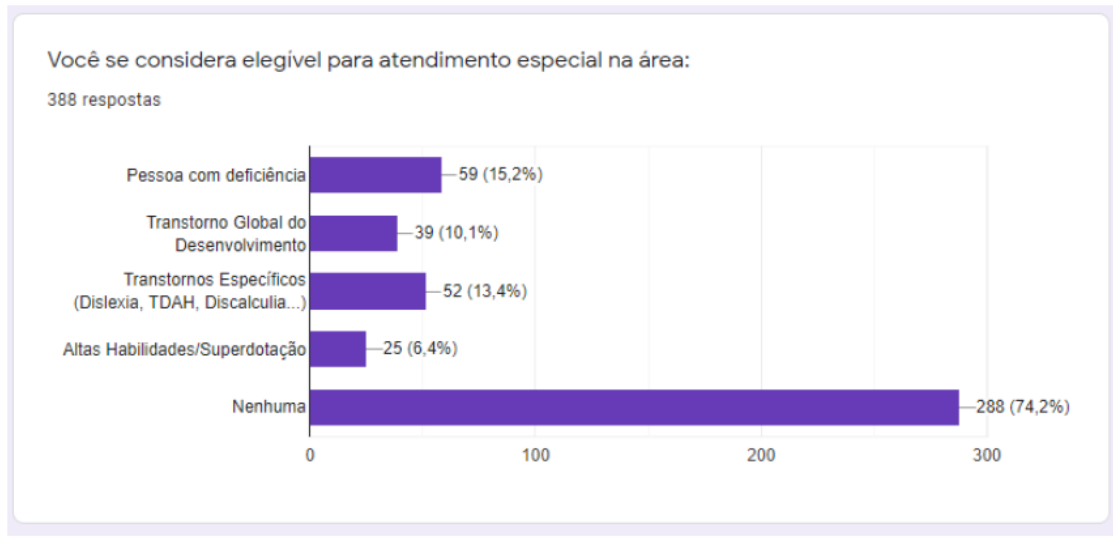
Gráfico 03. Indique os grupos aos quais você pertence.



No universo do Atendimento Educacional Especializado (AEE) inscreveram-se pessoas com diferentes necessidades educacionais: Com Deficiência (15,2%);

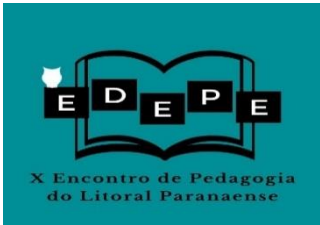
Transtorno Global do Desenvolvimento (10,1%); Transtornos Específicos (Dislexia, TDAH, Discalculia...) (13,4%) e; Altas Habilidades/Superdotação (6,4%). No total, 74,2% das inscrições forma de pessoas que não se consideraram elegíveis para nenhum tipo de atendimento especial.

Gráfico 04. Você se considera elegível para atendimento na área:



Conclui-se que o SEUDI tem se constituído enquanto um espaço de relevância regional no campo da formação de profissionais na Educação Especial Inclusiva, e que mesmo na modalidade remota conseguiu atingir seus objetivos tanto no que diz respeito ao seu papel nas políticas de inclusão universitária quanto no atendimento de uma demanda por profissionais qualificados para enfrentar os desafios educacionais.

Palavras-chave: VIII SEUDI; UNESPAR Campus Paranaguá; Inclusão.



EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS: ENTRE OS DISCURSOS NOS DOCUMENTOS NORTEADORES PARA A EDUCAÇÃO E EM JORNAIS DIÁRIOS DE PARANAGUÁ, 2017-2021 (BRASIL, PARANÁ)

Sabrina Lima
Unespar/campus Paranaguá, salindja@gmail.com

Silvia de Ross
Unespar/campus Paranaguá, silvia.ross@unespar.edu.br

RESUMO

A educação sexual nas escolas é uma questão educacional, de direitos humanos e de saúde pública, que envolve a Educação Básica e que ao longo da história tem mobilizado debates controversos no Brasil. O tema recebeu maior atenção a partir das primeiras décadas do século XX, especialmente por parte dos médicos, mas também entre outros grupos da sociedade, preocupados com um projeto político para construção do país, de uma identidade nacional, enquanto uma nação moderna a partir da educação, considerando ideais de civilidade em circulação no período. Na revisão da literatura realizada ao longo da construção desta pesquisa, muitos foram os trabalhos que indicaram a carência de estudos sobre a educação sexual nas escolas (FIGUEIRÓ, 2010; GAVA; VILELLA, 2016; GESSER; OLTRAMARI; PANISSON, 2015; NOTHAFT et al., 2014; SILVA; GUERRA, 2013). Estes trabalhos também identificaram incongruências em relação às prescrições presentes nos documentos norteadores para a educação no Brasil e às práticas escolares já que apontam a distância entre o prescrito e o das realidades escolares no que concerne à educação sexual nas escolas. Considerando o diálogo com a bibliografia da área e as reflexões realizadas a partir desse movimento, este trabalho buscou compreender quais os discursos presentes nas notícias que circularam em jornais diários do município de Paranaguá entre os anos 2017-2021, que contemplam o tema da educação sexual, da educação sexual nas escolas ou assuntos correlatos. O recorte temporal foi delimitado considerando a suspensão do veto que proibia o ensino de gênero nas escolas, ocorrida em 2017, proibição antes prevista no Plano Municipal de Educação de Paranaguá (2015). A análise do discurso desdobrou-se considerando também as prescrições presentes nos documentos norteadores para educação no Brasil, no Paraná e no município em questão no sentido de compreender aproximações e distanciamentos entre o prescrito e realizado. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, descritivo, analítico e documental, desenvolvida em aproximação com referenciais da História, especialmente da História da Educação para a saúde. Em termos teórico-metodológicos entende-se, em diálogo com Michel Foucault (2007), o discurso jornalístico como discurso educativo, com "vontade de verdade", que atua na tentativa de mobilizar atitudes e



X Encontro de Pedagogia
do Litoral Paranaense

X Encontro de Pedagogia do Litoral Paranaense (EDEPE)
29-30 de novembro, 1º de dezembro 2021
"Escola, Democracia e Universidade:
Emancipação, Humanização e Libertação"
Colegiado de Pedagogia



valores partilhados pela população já que a imprensa não apenas observa, mas também forja e difunde acontecimentos, atua na produção de narrativas que não são neutras, mas expressam crenças e valores daqueles que as forjaram. Considerando a revisão de literatura, as fontes selecionadas e a análise do discurso, este trabalho possibilitou perceber, que esta esteve diretamente relacionada à busca pela constituição da nação e o combate à degeneração da raça entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. No processo de luta pela redemocratização no Brasil, ocorrido especialmente na segunda metade do século XX, à orientação sexual foi atribuído um lugar em meio aos documentos norteadores para Educação no Brasil. A pesquisa realizada nos documentos norteadores para educação no Brasil, no Paraná e em Paranaguá, com destaque para o Plano Nacional de Educação, os Parâmetros Curriculares Nacionais, a Base Nacional Comum Curricular, o Referencial Curricular para o Estado do Paraná e o Plano Municipal de Educação de Paranaguá, foi realizada no sentido de identificar nestes documentos a presença das expressões educação sexual, orientação sexual e gênero e as conotações atribuídas a tais terminologias. Ao analisar as prescrições presentes nos documentos norteadores para educação no Brasil e no Paraná, especialmente no município de Paranaguá, no que concerne à educação sexual nas escolas foi possível identificar o lugar conferido à orientação sexual com vistas à cidadania, previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais, bem como objetivos de aprendizagem no que concerne ao tema da sexualidade no currículo comum previsto pela BNCC. O Referencial Curricular para o Estado do Paraná, em correspondência aos documentos norteadores nacionais, procurou assumir o compromisso com a valorização da diversidade. Ainda considerando as prescrições presentes nos documentos nacionais e no documento estadual, bem como os debates em torno da consolidação do Plano Nacional de Educação e do Plano Municipal de Educação de Paranaguá, este último aprovado em 2015, foi possível identificar a resistência à orientação sexual nas escolas como forma de valorização da diversidade e construção de uma sociedade mais humana e democrática. Partindo de argumentos que educação sexual e orientação sexual seria "ideologia de gênero", o direito à educação sexual nas escolas de Paranaguá foi vetado. Somente em 2017, a respectiva proibição teve o veto suspenso. No contexto da suspensão da proibição da educação de gênero nas escolas e na busca por compreender a produção de verdades a partir da imprensa de Paranaguá, foram analisados os seguintes jornais: Agora Litoral, Correio do Litoral, Agência de notícias do Paraná, Jb Litoral e Folha do Litoral, identificados ao longo do percurso desta pesquisa como aqueles que publicaram sobre educação sexual nas escolas e temas correlatos entre os anos 2017-2021. As fontes levantadas foram organizadas tendo em vista os seguintes critérios: site, título da notícia, ano de publicação, autor e jornal. Para levantamento dos artigos publicados foram utilizados os seguintes descritores no dispositivo de pesquisa do navegador (Google): educação sexual Paranaguá; educação gênero Paranaguá; orientação sexual Paranaguá; educação sexual nas escolas Paranaguá; orientação sexual escolas Paranaguá; educação gênero escolas Paranaguá. A análise desdobrou-se considerando, conforme Foucault (2007), o acontecimento mobilizado no discurso, a vontade de verdade, ou seja, a principal intenção do discurso – do quê o discurso busca convencer e educar a população; e também as estratégias discursivas em quais argumentos o discurso se apoia para convencer da "verdade" defendida. A partir da análise dos discursos foi possível perceber que "a vontade de verdade" que mobiliza os discursos presentes nos jornais está ligada, principalmente, ao convencimento da população da necessidade de proteger



X Encontro de Pedagogia
do Litoral Paranaense

X Encontro de Pedagogia do Litoral Paranaense (EDEPE)

29-30 de novembro, 1º de dezembro 2021

*“Escola, Democracia e Universidade:
Emancipação, Humanização e Libertação”*

Colegiado de Pedagogia



UNESPAR
Universidade Estadual do Paraná

infância e adolescência de exploração e abuso sexual. A maior parte das notícias analisadas argumenta sobre a necessidade de pais prestarem mais atenção em seus filhos e filhas, com objetivos de protegê-los. Também buscam educar sobre a necessidade de acionar a polícia para denúncias e não silenciar frente às situações de violência contra crianças e adolescentes. Entre as notícias analisadas, não foram poucas (7 notícias de 13) que abordam o papel da escola nesse processo, como espaço de escuta às crianças e adolescentes e também como local educativo no que concerne ao conhecimento do próprio corpo, direitos e sexualidade. No entanto, o foco foi destinado especialmente à proteção às crianças e adolescentes e à educação da população – privilegiadamente pais e famílias, quanto às características que compõem a exploração e abuso às crianças e adolescentes. A educação sexual nas escolas como componente curricular também foi discutida, mas as duas notícias que trataram do assunto explicitamente (jornais Agora Litoral e Jb Litoral) não defenderam essa necessidade. Pelo contrário, buscaram evidenciar as controvérsias que existem sobre o tema e ressaltar o “arquivamento” de um projeto de lei com esta perspectiva. Neste sentido, a seleção das fontes e análise dos discursos contribuiu para perceber que a educação sexual nas escolas, tendo em vista a construção de cidadania, no sentido da valorização da diversidade e de uma sexualidade emancipada, ainda parece algo distante. Isso porque, por meio da análise foi possível perceber que em meio às discussões sobre o tema há a preponderância de uma “vontade de verdade”: a de proteger crianças e adolescentes da exploração e abuso sexual, porém, o papel da escola nesse percurso nem sempre é indicado de forma explícita, já que a sexualidade ainda é tratada como espaço privado e interdito – algo que as famílias, principalmente, devem resolver. Ambiente familiar, como os próprios jornais reafirmaram, no qual ocorre na maior parte das vezes, a presença do abusador e do silenciamento. Embora exista a circulação de discursos em defesa do papel da escola e da educação escolar nesse processo de proteção à infância e ao adolescente, nenhum deles teve como “vontade de verdade” romper com a heteronormatividade compulsória - que também pode ser caracterizada como uma forma de violência às crianças e adolescentes – e contribuir com a inclusão, que perpassa o direito à diferentes formas de expressão da sexualidade, o respeito à diversidade e a construção da cidadania conforme preveem, inclusive, os documentos norteadores para a educação brasileira.

Palavras-chave: Sexualidade. Gênero. Discurso jornalístico; Educação informal